

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO
E INTERNACIONALIZAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE

TEREZA CRISTINA LOBATO PEREIRA

SABERES LOCAIS E FOMENTO COMUNITÁRIO: uma estratégia de articulação entre arranjos produtivos e turismo de experiência na comunidade de Damásio em Guimarães – MA

São Luís

2023

TEREZA CRISTINA LOBATO PEREIRA

SABERES LOCAIS E FOMENTO COMUNITÁRIO: uma estratégia de articulação entre arranjos produtivos e turismo de experiência na comunidade de Damásio em Guimarães –MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Mestra em Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Conceição de Maria Belfort de Carvalho.

São Luís

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Pereira, Tereza Cristina Lobato.

Saberes locais e fomento comunitário : uma estratégia de articulação entre arranjos produtivos e turismo de experiência na comunidade de Damásio em Guimaraes MA / Tereza Cristina Lobato Pereira. - 2023.

160 f.

Orientador(a): Conceição de Maria Belfort de Carvalho.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

1. Arranjos produtivos. 2. Comunidades Tradicionais. 3. Damásio em Guimarães (MA). 4. Saberes. 5. Turismo de experiência. I. Carvalho, Conceição de Maria Belfort de. II. Título.

TEREZA CRISTINA LOBATO PEREIRA

SABERES LOCAIS E FOMENTO COMUNITÁRIO: uma estratégia de articulação entre arranjos produtivos e turismo de experiência na comunidade de Damásio em Guimarães –MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Mestra em Cultura e Sociedade.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Conceição de Maria Belfort de Carvalho (Orientadora)

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Arkley Marques Bandeira (Membro Interno)

Doutor em Arqueologia
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Bruno Américo Mezenga de Oliveira (Membro Externo)

Doutor em Ambiente e Desenvolvimento
Instituto Federal do Amapá (IFAP)

*À Deus, que sempre me dá forças para não
desistir.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, por sempre me mostrar um novo caminho quando tudo parece já estar perdido.

À minha filha, Débora Cristina Pereira de Oliveira, que é minha razão de viver e motivo para que eu queira me superar a cada dia mais.

À minha mãe, Marlene Chaves Anchieta, por sua força, heroísmo, por seu grande amor incondicional e por sempre acreditar em meu potencial.

À minha mãe, Ivone Lobato Pereira, que em um gesto de amor mudou toda minha trajetória.

À minha madrinha, Maria Tereza Barbosa de Jesus, a qual sempre me amou e me protegeu.

Aos meus irmãos, Ivan Anchieta, Cristiane de Jesus, Roseane e Rosa de Jesus.

Ao Lucas Sousa de Oliveira, que sempre me incentivou a terminar tudo o que comecei, e pelos ensinamentos e momentos de vida que jamais esquecerei.

À Universidade Federal do Maranhão (UFMA), instituição esta que me ensinou muito do que sei hoje e por ter me dado pessoas e momentos que levarei comigo pelo resto da vida.

À minha professora e orientadora, Conceição Belfort, por acreditar no meu trabalho, pela orientação e pelas tantas ajudas informais que contribuíram fundamentalmente para o aprimoramento e desenvolvimento desse estudo.

A todos docentes, discentes, coordenador e secretário do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult) da Universidade Federal do Maranhão, os quais dividiram comigo seus conhecimentos e aprimoraram os meus.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), instituição que me proporcionou uma estadia tranquila no curso de Mestrado, patrocinando minha pesquisa, fazendo com que esta fosse realizada da maneira mais eficaz e sem transtornos financeiros.

A todas as amizades construídas nesses dois anos de caminhada neste mestrado que, apesar dos momentos muito difíceis e de incertezas, me presentearam com momentos sem igual, os quais fortaleceram a amizade e cumplicidades entre nossa turma.

A todos que contribuíram de alguma maneira para o meu aprendizado e fizeram parte da minha trajetória no PGCult UFMA.

*“O melhor do Maranhão é o povo
maranhense”.*
Felipe Macedo de Holanda

RESUMO

As comunidades tradicionais possuem um papel de grande relevância dentro da sociedade brasileira, visto que são representantes ativos em meio à cultura, costumes e tradições. O turismo de experiência utiliza-se dessa curiosidade ao alargar o olhar de interesse por conhecer mais sobre novas culturas e regiões, transformando-se também em uma oportunidade de negócio que além de contribuir com os aspectos indenitários dessas comunidades, geram maiores possibilidades de crescimento econômico nesses territórios, relacionando-os aos arranjos produtivos e aos modos de fazer e saberes locais, utilizados para esse fim específico, como ferramentas de atratividade e fomento da atividade turística. O projeto apresentado, financiado pela CAPES/CNPQ, trata-se de um desdobramento da cooperação entre o PDPG/PGCULT Amazônia Legal Maranhense, que tem como seu objetivo principal desenvolver as potencialidades dessas regiões através de uma análise, planejamento e desenvolvimento técnico e científico para dinamização da sua economia, na perspectiva de pensar possibilidades e ações que melhorem tanto o desenvolvimento humano quanto o social e econômico desses territórios. A ideia é fruto da observação da atual necessidade de incluir novos personagens e cenários à tão engessada atividade turística do Maranhão, uma atividade não dinamizada e excludente, que valoriza em demasia cenários e personagens que representam o "passado de glórias" do Maranhão (representada por uma elite branca, escravista, intelectualizada, ou seja, uma elite dominante, ainda enaltecida por uma historiografia oficial e institucionalizada), mas que não espelham as peculiaridades e complexidades do dia a dia real da nossa sociedade, tampouco seu complexo de crenças e saberes, atuando, assim, como espelhos anacrônicos e deslocados da atual realidade, o que nos provoca grande inquietação e dissabor. Para essa elucidação, a pesquisa foi realizada em duas etapas distintas: a primeira fase, ainda em 2021, a qual deu-se por estudo exploratório para reconhecimento da comunidade quilombola como um todo. Nesse contexto, foram feitas duas visitas de reconhecimento da área com a colaboração de agentes locais e líderes de arranjos produtivos ocorridos em momentos distintos no ano. A segunda etapa, em 2022, visou conhecer as manifestações culturais e religiosas, bens naturais, saberes e modos de fazer da comunidade, com o intuito de perpetrar uma interpretação mais ampla e focada para os fins de atividade turística, tendo resultados circunstanciais no que tange o desejo da comunidade local e as possibilidades reais de um incremento de um turismo de experiência na região. Logo, a presente pesquisa visa contribuir nas discussões sobre a relação entre dinâmica social e atividade econômica dentro do contexto dessas comunidades, em especial, no caso da comunidade remanescente quilombola de Damásio, em Guimarães (MA).

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais; Turismo de experiência; Arranjos produtivos; Saberes; Damásio em Guimarães (MA).

ABSTRACT

Traditional communities play a very important role within Brazilian society, as they are active representatives in the midst of culture, customs and traditions. Experience tourism makes use of this curiosity by broadening the interest in learning more about new cultures and regions, also transforming it into a business opportunity, which, in addition to contributing to the identity aspects of these communities, generates greater possibilities for economic growth in these territories, relating them to productive arrangements, ways of doing things and local knowledge, used for this specific purpose, as tools of attractiveness and promotion of tourist activity. The presented project, financed by CAPES/CNPQ, is a result of the cooperation between the PDPG/PGCULT Amazônia Legal Maranhense, which has as its main objective to develop the potential of these regions through analysis, planning and technical and scientific development to boost its economy, from the perspective of thinking about possibilities and actions that improve both the human and the social and economic development of this territory. The idea is the result of observing the current need to include new characters and scenarios, the so restricted tourist activity in our state, an activity that is not streamlined and exclusive, which places too much value on scenarios and characters that represent the "glorious past" of Maranhão (represented by a white elite, intellectualized slaveholders, that is, a dominant elite, still praised by an official and institutionalized historiography), but which do not reflect the peculiarities and complexities of the real day-to-day of our society, nor its complex of beliefs and knowledge, thus acting as anachronistic and displaced mirrors of the current reality, which causes us great restlessness and dissatisfaction. For this elucidation, the research was carried out in two distinct stages: the first stage, still in 2021, was carried out by an exploratory study to recognize the Quilombola community as a whole, in this context two reconnaissance visits were made to the area with the collaboration of local agents and leaders of productive arrangements that took place at different times of the year; the second stage, in 2022, the investigation aimed to know the cultural, religious manifestations, natural assets, knowledge and ways of doing in the community, with the aim of perpetrating a broader and more focused interpretation for the purposes of tourist activity, with circumstantial results in the that concerns the desire of the local community and the real possibilities of an increase in experience tourism in the region. Therefore, this research aims to contribute to discussions about the relationship between social dynamics and economic activity within the context of these communities, in particular, in the case of the remaining quilombola community of Damásio in Guimarães (MA).

Keywords: Traditional Communities; Experience Tourism; Productive Arrangements; Knowledge; Damásio in Guimarães (MA).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Seu Paulo em trabalho de cestaria, repassando também os saberes pros sucessores	25
Figura 2 - Pesquisadora fazendo entrevistas com os mais antigos da região	58
Figura 3 - Comparação entre a cidade velha e a cidade nova	59
Figura 4 - Guimarães (cidade satélite da comunidade de Damásio)	60
Figura 5 - Reuniões em Centro Comunitário de Damásio	62
Figura 6 - Folder de divulgação do Festejo Nossa Senhora da Assunção	63
Figura 7 - Radiola Pérola Negra Triton	64
Figura 8 - Folder de divulgação do aniversário da comunidade de Damásio	64
Figura 9 - Etapa da vacinação contra COVID-19 no quilombo de Damásio.	65
Figura 10 - Moradores voltando das atividades laborais da comunidade	66
Figura 11 - Processos da produção da farinha de mandioca	70
Figura 12 – Etapas do processo de produção de farinha	71
Figura 13 – Extração do Tucupi	71
Figura 14 – Torra da farinha	72
Figura 15 – Processo de produção da Juçara	73
Figura 16 – Frutos da Juçara	74
Figura 17 – Lavagem e separação da Juçara	74
Figura 18 – Despulpamento e congelamento da Juçara	75
Figura 19 – Armazenagem para congelamento da Juçara	75
Figura 20 – Horta Comunitária	76
Figura 21 – Contato dentro das vivências e cotidiano na comunidade	79
Figura 22 – Apresentações culturais na comunidade	80
Figura 23 – Acolhimento dos moradores aos visitados	81
Figura 24 – Turistas experienciando a produção da farinha	82
Figura 25 – Agentes locais fazendo o acolhimento ao visitante	83
Figura 26 – Variedade artesanal disponível na comunidade	83
Figura 27 – Biscoitos de polvilho e visitantes consumindo na Feira	84
Figura 28 – Casa de Forno	85
Figura 29 – Balneário de Abrantes e Rio Passaginha	85
Figura 30 – Ações de divulgação dos produtos da comunidade	87
Figura 31 – Folder de Divulgação destino Guimarães	87

Figura 32 – Praça central da comunidade de Damásio	89
Figura 33 – Ginásio Poliesportivo Helvécio Braga	90
Figura 34 - Estrutura interna da Ginásio Poliesportivo Helvécio Braga	90
Figura 35 – Igreja Nossa Senhora da Assunção	91
Figura 36 – Sede da Biblioteca Vaga Lume	91
Figura 37 – Sede do Centro Comunitário	92
Figura 38 – Reunião semanal do centro comunitário de Damásio	92
Figura 39 – Centro Comunitário de Damásio	93
Figura 40 - Placa Centro Comunitário	93
Figura 41 - UEB Manoel Martins da Silva	94
Figura 42 - Centro Educacional Professor Rosalino de Lima Martins	94
Figura 43 - Rio Passaginha	95
Figura 44 – Percurso ao Rio Passaginha	96
Figura 45 – Bebitor (Balneário de Abrantes)	97
Figura 46 - Rio Fonte Grande	98
Figura 47 – Registros da Fonte Grande	99
Figura 48 – Espaço para visitantes na Fonte Grande	99
Figura 49 - Espaços da Fonte Grande	100
Figura 50 – Coleta de Dados com um morador do Quilombo	105
Figura 51 - Via locais dentro do “povoado” e a via de acesso a Damásio	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As diferenças entre turismo tradicional e o turismo de experiência	49
Quadro 2 - Certificação comunidade de Damásio – Guimarães - Maranhão	103
Quadro 3 - Resumo dos impactos socioculturais do turismo.	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIPROQUI	Criação e Inovação de Produtos Quilombolas
COVID-19	Corona Virus Disease, referente a 2019
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PGCult	Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade
PROINFO	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
SECTUR	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
TBC	Turismo de Base Comunitária
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 COMUNIDADES TRADICIONAIS E SABERES LOCAIS	19
2.1 Comunidades Tradicionais	19
2.2 Saberes locais	23
2.3 Os aspectos imateriais da cultura	27
3 COMUNIDADES TRADICIONAIS: desenvolvimento local, arranjos produtivos e inserção no turismo	31
3.1 Comunidades tradicionais: ideias e ideais sobre desenvolvimento	31
3.2 Etnodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável	35
3.3 A Inserção do Turismo em áreas Tradicionais	43
3.3.1 Turismo de Base Comunitária	45
3.3.2 Turismo de Experiência	47
3.4 Arranjos Produtivos Locais e Turismo	51
4 DAMÁSIO: arranjos produtivos e turismo	57
4.1 Damásio: Passado, Presente e Perspectivas	58
4.1.1 Território e Geografia	60
4.1.2 Educação e Política	61
4.1.3 Religião e Festividades	62
4.1.4 Questões sanitárias, Saúde básica e Produção Agrícola	65
4.1.5 Sociabilização e Aspectos Sociais	67
4.2 Damásio: Arranjos Produtivos, Desenvolvimento comunitário e Turismo	68
4.3 Damásio: Turismo de Base Comunitária e fomentação de um turismo de experiência	76
4.4 Damásio: uma caixinha de segredos	88
5 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS	101
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA	142
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA A SER APLICADA AOS AGENTES RELACIONADOS AOS ARRANJOS PRODUTIVOS, DE TURISMO E LÍDERES COMUNITÁRIOS	143

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA A SER APLICADA AO TRADE TURÍSTICO	144
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO	145
APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	146
ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	150

1 INTRODUÇÃO

A questão quilombola, principalmente no que tange à identificação, qualificação e demarcação das terras desse grupo social, ainda é um assunto complexo e contraditório, mas que traz grande fascínio aos que se dispõem a estudá-la, nas suas mais variadas nuances e possibilidades, sejam estas antropológicas, sociais, políticas ou mesmo mercadológicas, como é o caso da utilização dos arranjos produtivos locais como ferramenta para o desenvolvimento da atividade turística de experiência nessas comunidades, mecanismos estes que garantiriam, além da ampliação da perspectiva de novas fontes econômicas, bem como agregariam para uma autonomia política e social.

As comunidades hoje reconhecidas como remanescentes quilombolas não ocupam, necessariamente, territórios originários de quilombos no passado, visto que os territórios ocupados por elas provêm de diversas origens e são desdobrados para os mais diferentes fins, ao passo que a maioria estão voltados ao “desenvolvimento e progresso” do país.

Transcorridos quase cinco séculos desde o início da escravidão no país, o modo de vida nas comunidades remanescentes quilombolas ainda mantém muitas semelhanças, tendo em vista que essas comunidades ainda vivem e sobrevivem da terra, compartilhando delas seus frutos e tudo o que ela oferece, praticando o manejo sustentável, a agricultura familiar, a pesca e o extrativismo, vivendo em regiões de difícil acesso, nas quais muitos grupos ainda preservam seus costumes e tradições ancestrais.

Segundo um levantamento realizado pela Fundação Cultural Palmares, existem cerca de 3.524 grupos remanescentes quilombolas, desses, só 154 foram titulados, ou seja, chegaram à fase final do processo de reconhecimento e proteção de quilombolas no Brasil. Destes, 1.700 grupos estão aguardando a conclusão dos estudos antropológicos ou a emissão de laudos técnicos para conquistar um título.

No Maranhão, a formação das comunidades quilombolas está relacionada à produção de lavouras de algodão e arroz no final do século XVIII, bem como ao abandono de terras por proprietários rurais, com a decadência econômica no final do século XIX. O Maranhão, ainda, figura entre os estados brasileiros com o maior número de comunidades negras rurais reconhecidas ou em vias de serem reconhecidas como comunidades remanescentes de quilombo. Porém, são poucas as que possuem título definitivo de posse dessas terras, por sua vez concentradas especialmente na Baixada Maranhense e nos vales do Itapecuru e do Mearim.

Nesse contexto, destacamos a comunidade remanescente de Damásio, situada na cidade de Guimarães, região retratada como uma das mais antigas comunidades remanescentes do estado, bem como as demais regiões tradicionais semelhantes. Mesmo desconhecidos por grande parte da população, esses locais convergem para si muito da memória coletiva do território e remetem à laços de afetividade e pertencimento, tanto para sua comunidade originária como para os que lhes conhecem e dividem com estes suas experiências, saberes, costumes e crenças.

Partindo desse intento, acredita-se que aglutinando e desenvolvendo esses lugares e saberes de interesse, em que a história, a memória e os laços de afetividade e pertencimento se tornam ponto chave para a autovalorização de um povo e de um território, cabe a ideia da adaptação de mecanismos de arranjos produtivos já encontrados na região ao incremento de uma atividade turística de experiência, podendo, com isso, torná-la uma grande possibilidade para o incremento social, político e principalmente econômico nessas regiões.

O projeto apresentado, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é um desdobramento da cooperação entre o Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) e Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult) Amazônia Legal Maranhense, o qual tem como seu objetivo principal desenvolver as potencialidades dessas regiões através da análise, planejamento e desenvolvimento técnico e científico para a dinamização da sua economia, no que tange ao pensar possibilidades e ações que melhorem, tanto o desenvolvimento humano como o social e econômico desse território.

A proposta é fruto da observação da atual necessidade de incluir novos personagens e cenários à tão engessada atividade turística do nosso estado, uma atividade não dinamizada e excludente, que valoriza em demasia cenários e personagens que representam o “passado de glórias” do Maranhão (representada por uma elite branca, escravistas intelectualizada, ou seja, uma elite dominante, ainda bom e enaltecido por uma historiografia oficial e institucionalizada), mas que não espelham as peculiaridades e complexidades do dia a dia real da nossa sociedade, nem seu complexo de crenças e saberes, atuando, assim, como espelhos anacrônicos e deslocados da atual realidade, o que nos provoca grande inquietação e dissabor.

A atividade turística nessas localidades se sobressai como uma perspectiva de dinamizar a cultura e fazer dela um produto que atenda bilateralmente os visitantes e as demandas das comunidades locais, valorizando-se a sua cultura, não como um ser exótico e bizarro, mas como um conjunto de uma perspectiva entre cenário e contexto de vivências.

Nesse sentido, destaca-se que estes aspectos permitem formular a questão norteadora do trabalho: De que forma os arranjos produtivos locais na região de Damásio em Guimarães (MA) podem fomentar a inserção e desenvolvimento do turismo de experiência na região, auxiliando assim em uma maior autonomia econômica para esta comunidade?

Resultante do problema tem-se o objetivo geral que é: Analisar como a articulação de arranjos produtivos locais podem contribuir para inserção e desenvolvimento do turismo de experiência visando o maior incremento econômico e social na comunidade de Damásio em Guimarães- Maranhão.

Como principais objetivos específicos, apresenta-se:

a) Investigar como as relações entre as origens tradicionais, saberes locais, e os arranjos produtivos se desenham para o desenvolvimento social, territorial e econômico da comunidade.

b) Verificar a viabilidade de formatação de um novo produto turístico na comunidade a partir dos arranjos produtivos locais já existentes inseridos no contexto de roteiro cultural de vivência e experiência, baseado no turismo de base comunitária.

c) Arrolar bens (naturais, culturais e religiosos), infraestrutura e produtos encontrados na região que podem contribuir a uma atividade turística alicerçada no desenvolvimento local.

d) Relacionar formas de utilização para o melhor aproveitamento turístico da região de Damásio levando em consideração a sustentabilidade social e territorial da região.

Levando-se em conta a forma como foram delimitados os problemas e os objetivos da referida pesquisa, desenvolveu-se como metodologia de trabalho a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, tamanha é a relevância em adotar estratégias metodológicas apropriadas de natureza qualitativa e exploratória.

Nessa perspectiva, a escolha se deu pelo interesse em uma pesquisa em torno de um maior envolvimento da comunidade na análise de sua própria realidade e dos interesses que estas pretendem almejar. Utilizaremos, para esse fim, evidências qualitativas para melhor entendimento do grupo e da percepção dos envolvidos no processo; levantamento dos bens culturais e a sugestão de novos produtos, bem como a fomentação de arranjos produtivos ligados aos objetivos específicos.

Dessa forma, para uma melhor elucidação do trabalho, divide-se o mesmo em cinco capítulos, sendo o primeiro a introdução, em que se expõe o objetivo geral, os objetivos específicos e alguns pontos da metodologia, com o intuito de facilitar o entendimento acerca do tema a ser discutido.

No segundo capítulo aborda-se os aspectos conceituais a respeito das comunidades tradicionais, dando ênfase às comunidades remanescentes quilombolas, relacionando tais conceitos aos seus saberes tradicionais analisados na ótica do patrimônio imaterial em suas regiões.

No terceiro capítulo analisa-se como as comunidades remanescentes utilizam-se da sua história e do seu território para fins de desenvolvimento da região e da comunidade. Para isso, remontaremos as ideias e ideais de desenvolvimento, vinculando-as à segmentação da atividade turística que mais encontramos nessas regiões. Neste capítulo também discutimos a relação dos arranjos produtivos locais e as comunidades tradicionais, dando ênfase à atividade turística, refletindo como aqueles podem auxiliar, fomentar e desenvolver a atividade turística em uma esfera sustentável de desenvolvimento local.

O quarto capítulo centra-se no contexto da pesquisa, abordando-se as possíveis correlações entre os arranjos produtivos já existentes em Damásio e o desenvolvimento da atividade turística de experiência, levando em conta as ideias de sustentabilidade da região e da comunidade, bem como desenhamos suas principais atrações no que tange o caráter cultural, belezas naturais e de caráter humano, além de sugerir ideias para o melhor aproveitamento turístico da região.

No quinto capítulo expõe-se a metodologia e as principais características da pesquisa de campo realizada com os moradores, gestores e grupos focais ligadas aos arranjos produtivos da comunidade em geral, apresentando-se os resultados da pesquisa de campo. Nessa parte destaca-se a pesquisa de campo realizada de forma escalonada entre os meses de março e dezembro de 2022.

Por fim, apresenta-se as considerações finais do estudo mediante a avaliação dos resultados obtidos na pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica.

2 COMUNIDADES TRADICIONAIS E SABERES LOCAIS

No presente capítulo aborda-se os aspectos conceituais de temas imprescindíveis ao entendimento desta pesquisa, tendo como norte as ideias baseadas em comunidades tradicionais e suas formas de ver e entender o mundo, os quais refletem diretamente em suas formas de expressão, seus modos de fazer e seus saberes, aspectos estes que no contexto da atividade turística resultam em mecanismos de atratividade e fomento comunitário nos mais diferenciados vieses, entre eles social, político e, principalmente, econômico. Nesse aspecto, para a realização deste capítulo utilizou-se pesquisa bibliográfica com as concepções de vários autores.

2.1 Comunidades Tradicionais

As ideias construídas em torno da história formadora do nosso país e do seu povo, sempre estiveram em voga no nosso dia a dia. Se fazendo presentes em textos e debates, essa realidade é reforçada constantemente à medida que vão sendo modificados os cenários sociais, evidenciando novos contextos de ressignificação e adequação desses discursos, sejam eles no campo simbólico, literário, empírico ou mesmo mercadológico.

Essa constante mudança nas mentalidades é mostrada por Rodrigues (2008) ao se referir às mudanças de paradigmas em nossa Carta Magna de 1988, por exemplo, a qual agora inclui novas esferas e personagens:

Dentre as formas de manifestações a serem tuteladas pelo Estado brasileiro, enumeradas nos incisos I a VI do artigo 216 da Constituição Federal, um aspecto que permeia a todos – a exigência de que sejam consideradas: a identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. [...] pelo princípio da dignidade da pessoa humana que garante ao cidadão a preservação das referências culturais, independente da sua classe social originária. (RODRIGUES, 2008, p. 165).

É muito comum em nossos caminhos, seja na consecução de pesquisas e no ambiente acadêmico, nos deparamos com estudos voltados às comunidades tradicionais, principalmente aquelas que estão inseridas nos campos das ciências sociais e humanas, com seus olhares voltados aos aspectos antropológicos, das buscas constitucionais pelos direitos civis e de propriedade e, mais recentemente, mobilizadas por questões e entraves econômicos e políticos.

Nesse sentido, entendemos os povos tradicionais, de acordo com o Decreto Nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, com sendo:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, p. 1).

Até os dias atuais, os povos tradicionais brasileiros expressam muito fascínio e permeiam o imaginário coletivo da população, sempre vistos em um caráter muito mítico ou caricato, os quais são alvo de muita curiosidade e interesse. Os povos indígenas, observados mais comumente no tocante mais lúdico, sempre estão relacionados às matas, pinturas, suas danças e às suas formas próprias de viver e entender o mundo e a natureza, uma ideia totalmente destoante das comunidades negras que descendem da escravidão e que sempre remontam às memórias coletivas relacionadas a força física, trabalhos compulsórios e danosos castigos físicos.

As diferentes esferas que englobam tais etnias são preponderantes, também, na forma de nos relacionarmos com essas mentalidades e suas histórias. No nosso lúdico, é bem comum nos depararmos com festividades, mesmo que de forma teatralizada, e somos levados a contemplar e festejar a figura indígena, bem como temos festas próprias para a sua celebração. Especificamente no Estado do Maranhão, celebra-se a figura indígena nas suas festas e danças típicas regionais. Todos “admiram” e querem se transfigurar de índios e índias, mesmo que de maneira pontual e sazonal em suas vivências. Porém, se trata de algo que não vemos na esfera das comunidades negras escravizadas e seus remanescentes, ao passo que a ideia recorrente de dor e sofrimento é algo que ninguém gostaria de se identificar e, infelizmente, é o que marca e remonta na história, na literatura e nas memórias de nossa sociedade, sobretudo a identidade do “ser negro no Brasil”.

Como bem ressalta Caio Prado Júnior (2014), “O Brasil é feito de muitas memórias, mas principalmente de muitos esquecimentos”. Sendo assim, comungamos e observamos a origem negra do Brasil entre a ideia dual de curiosidade e distanciamento entre a não almejada representação pelo passado de dor e submissão, bem como a curiosidade em entender de que maneira as populações negras escravizadas conviveram, se relacionaram e, principalmente, como estas resistiram a opressão e a violência imposta a elas por centenas de anos de escravidão compulsória no país.

Embora emblemáticas tais relações, após décadas de isolamento e exclusão social desses personagens, houve uma “coletiva” tomada de consciência da necessidade de garantir-lhes sua a segurança e os seus direitos fundamentais, principalmente no que tange seu direito à propriedade e seus direitos civis. Para tal, foram inseridos várias aparatos de leis que buscavam

lhes identificar e garantir seu direito a terra e a bens, mesmo que estas não fossem as originárias de sua formação, sendo essas comunidades, agora reconhecidos não mais como quilombolas, vistos que não viveram em tal momento histórico, mas como remanescentes de quilombolas, logo seus descendentes e detentores do direito de sucessão ao direito à terra.

Assim sendo, de acordo com a Constituição Federal de 1988, são caracterizadas terras de remanescentes por serem: “[...] terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural [...]” (BRASIL, 1988).

Brandão (2014, p. 5) acrescenta, ainda, que:

Passando do estigma indenitário imposto “pelos que chegam”, pessoas e grupos humanos indígenas, mestiços, quilombolas, habitantes de terras de sobra, reapresentam-se como senhores de direitos ancestrais. Direitos agora tornados legítimos justamente por haverem sido antes aquilo que os desqualificava no passado: o serem índios, negros, mestiços, pobres e marginalizados”.

A necessidade de proteção formal demonstrada através das leis criadas no período se deve a tomada de consciência da dívida histórica que remonta ao fato de que a abolição, em si, não significou a integração efetiva dessas comunidades à sociedade brasileira, sendo estas mantidas às margens dos direitos civis e sem possibilidades políticas, sociais e, principalmente, econômicas de se adequarem à realidade do país. Percebe-se que esse intuito de reparação, mesmo que tardio, vem ao encontro da preocupação em assegurar a sobrevivência dos povos e comunidades tradicionais, as quais constituem a base para a produção e a reprodução de todo o seu patrimônio cultural material e imaterial abrigados nesses territórios.

Sendo assim, assegurar o acesso ao território significa manter vivos na memória e nas práticas sociais os sistemas de classificação e de manejo dos recursos, os sistemas produtivos, os modos tradicionais de distribuição e consumo da produção, além de elementos simbólicos essenciais à sua identidade cultural (BRASIL, 1988).

De forma geral, quando pesquisamos sobre comunidades remanescentes quilombolas, verificamos que os “novos quilombos” referem-se às atuais comunidades negras rurais que, depois de oficialmente e socialmente reconhecidas, passam a denominar-se comunidades remanescentes de quilombos. Tais regiões são também são popularmente conhecidas como “Terras de Preto, Quilombos, Mocambo”.

No cenário da pós-escravidão, o Maranhão figura entre os estados brasileiros com maior número de comunidades negras rurais reconhecidas ou em vias de serem reconhecidas como comunidades remanescentes de quilombo, porém, são poucas as que possuem título de posse dessas terras. Até o ano de 2018, existiam 713 comunidades quilombolas reconhecidas,

com 518 certidões fornecidas pela Fundação Cultural Palmares, concentradas especialmente na Baixada Maranhense e nos vales do Itapecuru e do Mearim.

A questão territorial, se vista por um aspecto mais rígido e formal, é a percepção que temos do poder exercido por um indivíduo ou um grupo, em dado espaço geográfico; no entanto, quando se observa nos estudos sobre comunidades tradicionais, este torna-se um conceito bem mais cultural do que físico, pois mesmo dentro de um mesmo espaço (físico/geográfico) podem ocorrer várias territorialidades e várias visões sobre memórias e pertencimento.

As relações emblemáticas entre o espaço físico e as comunidades remanescentes quilombolas configuram-se, em âmbito geral, maiores e mais complexas do que apenas vistas como um território de posse e propriedade destes. Maior que isto, é, sobretudo, condição para existência e afirmação destes como grupo e a continuidade de seus valores simbólicos e materiais.

Conforme Kabenguele Munanga (2004), a palavra “quilombo” se refere a um tipo de instituição sócio político militar conhecido na África Central, principalmente na região constituída pela atual República Democrática do Congo (Zaire) e Angola.

Segundo Ilka Boaventura Leite (2008), a etimologia significa “banto” e exprime “acampamento guerreiro na floresta” e foi difundida no Brasil pela administração colonial, em suas leis, relatórios, decretos e atos, visando referir-se às integrações de apoio mútuo criadas pelos “rebeldes” ao sistema escravocrata e às suas reações, lutas e organizações pelo fim da escravidão no país.

Com objetivo de garantir direitos e diminuir as desigualdades historicamente acumuladas, utiliza-se a categoria de território, pois a integralidade da cidadania quilombola e das comunidades tradicionais negras é impensável sem a ideia de território. Nesses termos,

[...] desde sua origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreoterror (terror, terrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” [...]. (HAESBAERT, 2007a, p. 20).

Nessa conjectura, o território é entendido como “[...] o produto da valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido [...]” (HAESBAERT, 2007a, p. 20). Sendo seu espaço físico dotado de valores simbólicos, tais como pelo valor de uso, pelo vivido e pela subjetividade, refletindo a chamada identificação positiva.

A História é um processo do qual todos os homens, conscientes ou inconscientes, participam. No contexto de uma comunidade tradicional, a história e a memória são pilares basilares e indissociáveis da sua condição, não só como território consolidado, mas também e principalmente como parte formadora de um grupo.

Ao colocarmos as palavras de Brandão (2014, p. 3), entendemos que uma comunidade é considerada tradicional “[...] por representar uma forma ativa e presente de resistência à quebra de um reduto inter-humano de relações ainda centradas mais em pessoas e redes de reciprocidade [...]”. Sendo assim, essas comunidades têm a necessidade de conhecer seu passado, o qual serve tanto como alicerce para capacitá-los para entender seu presente quanto como pilar para auxiliarem na construção de um almejado futuro, onde sua gênese, seus personagens, suas manifestações e sua história dificilmente serão totalmente esquecidas.

Segundo Neusa Maria Mendes de Gusmão (1993, p. 81):

O processo de constituição como grupo rural e etnicamente diferenciado, revela mecanismos de uma condição historizada que permitiu a existência de tais grupos e também, sua persistência no tempo. Persistir é então, resistir como camponês, reproduzindo a família para si e se reproduzindo como força de trabalho. Não isolado, o negro camponês encontra-se articulado à realidade mais ampla e como tal, organiza a vida e a existência, confrontando-se com problemas relativos à pequena produção (subsistência), ao parentesco e à propriedade [...]. (GUSMÃO, 1993, p. 81).

Buscar as bases de sustentação de um grupo em esferas sociais, culturais ou econômicas não é uma proposta recente dentro da atividade acadêmica, no entanto, pode se tornar escorregadia ao não abranger o restante que forma a globalidade de relações existentes.

2.2 Saberes locais

Introduzindo-se a ideia central, o debate dos saberes locais, adotados também como conhecimentos tradicionais ou indígenas, têm surgido com o objetivo de chamar a atenção da pluralidade de sistemas de produção de saber no mundo e sua importância nos processos de desenvolvimento (SANTOS, 2004).

A base fundamental nesse sentido é variar o cenário constante em que o lugar de memória em nossa sociedade é quase sempre institucionalizado, ou seja, que na maioria das vezes, o que conhecemos como símbolos materiais ou materializados da nossa memória histórica ou cultural são instituídos de maneira oficial e exterior ao indivíduo; poucas vezes estes símbolos representam na íntegra a nossa verdadeira memória individual ou coletiva.

Nosso país, dentre outros, seja talvez um dos maiores expoentes representativos da relação entre as ideias de pertencimento e os símbolos que o agregam e fortalecem. O Brasil,

cantado em verso e prosa, digno de reverências buscadas no passado,” vividas no presente” e almeçadas no futuro, ganha luz, cor e forma a partir das inúmeras ideias vinculadas aos seus expoentes históricos, políticos e culturais.

Essa ideia é ainda recorrente ao se trabalhar com os grupos de “minorias”, em que o colonialismo social, político e literário do nosso país fez questão de negar a cidadania e a historicidade, além do protagonismo de suas vidas e de suas trajetórias em seus grupos. Essa história, a história dos esquecidos, dificilmente era contada e, quando lembrada, remetia à ideia de propriedade, na concepção literal da palavra, por seus grupos dominantes.

Assim sendo, cabe a reflexão sobre a verdadeiro significado e significância dos que nos é apresentado como história, memórias, valores e saberes; e qual elemento se torna mais latente dentro do contexto histórico e social dos indivíduos: a memória coercitiva ou nossa história contada em completude e abrangência, levando em conta nossos verdadeiros heróis, lugares de memória, e saberes.

Após mais de um século do fim da escravidão no Brasil, o modo de vida nas comunidades remanescentes quilombolas ainda mantém muitas similitudes ao de seus antepassados no que tange as práticas de manejo sustentável, a agricultura familiar, a pesca, o extrativismo; ou seja, seus modos de produção, valores e saberes, preservando muitos dos seus costumes e tradições ancestrais.

Logo, o reflexo nas mentalidades coletivas nas identidades tradicionais está intrinsecamente ligado a seus saberes ancestrais ligados aos seus simbolismos nas suas formas de pensar, agir e viver em meio ao grupo e a natureza.

A grande dificuldade neste projeto é envolver efetivamente o que mais interessa - a comunidade. O indivíduo como principal agente do fazer histórico, vê-se muitas vezes relacionado a fatos, personagens, questionamentos e cenários que fogem a sua própria realidade; há grandes problemas quando os símbolos, inicialmente construídos em bases positivas, visando o orgulho coletivo de unificação que esbarra-se nos conflitos e nas contradições da realidade vivida.

A ideia formal ligada aos saberes locais os define trivialmente como modos de ser e fazer de cada território que refletem a cultura de um local e o contexto no qual uma comunidade está inserida. Os saberes locais, sobretudo aqueles relacionados às comunidades remanescentes quilombolas estão, neste viés, relacionados aos seus conjunto de crenças, valores e modos de produção, encontrados nessas regiões, com o intuito de sensibilizar e criar uma relação intrínseca entre memória e o conhecimento, tanto privado a comunidade quanto nos que podem ser repassados aos seus visitantes.

Figura 1 - Seu Paulo em trabalho de cestaria, repassando também os saberes pros sucessores
 Fonte: Página do Instagram do Quilombo Damásio (2022)

Dessa forma, podemos perceber que os saberes não se minimizam ao puro conhecimento e nem ao conjunto de enunciados primitivos, mas aos grupos de enunciados que carregam, consigo mesmos, as noções de saber ser e estar, saber fazer, saber escutar e o conhecer.

Segundo Lyotard (2009), analisando a pragmática do saber narrativo, discute em volta do que são saberes. Para ele, “[...] os saberes se fundamentam na competência que excede a determinação e aplicação do mero critério da verdade.” (LYOTARD, 2009, p. 47).

O antropólogo Geertz (1997, p. 100) afirma que “[...] as formas de saber são sempre e inevitavelmente locais, inseparáveis de seus instrumentos e de seus invólucros [...]”. E afirma, ainda, que os diferentes fenômenos culturais de distintos povos são determinantes para mostrar que os saberes locais se manifestam “[...] através de símbolos facilmente observáveis, um repertório elaborado de designações [...]” (GEERTZ, 1997, p. 100).

Desse modo, diante do que observamos em relação a esses aspectos e ao turismo, podemos depreender que a cultura surge como motivadora da demanda turística, buscando a diversidade e a identidade cultural como fator de diferenciação para a oferta dessa atividade hoje tão mistificada pelo unísono.

Temos visto uma grande preocupação, tanto por parte do governo como da própria comunidade em geral, em salvaguardar o que para eles detém valor inegável; seja do ponto de vista afetivo, econômico, cultural ou histórico. Prova desta preocupação em manter os bens patrimoniais é facilmente percebida nas inúmeras leis e projetos, em âmbito mundial, nacional, regional e local, criados a partir do início do século XX, que visam, prioritariamente, a preservação deste patrimônio.

Como bem pontua Carvalho (2006), essas mudanças culturais refletem em alterações políticas de como o poder público pode se beneficiar do imaginário social legitimando o poder de influência ao fortalecer as bases ideológicas sobre as camadas populares que são, em geral, as maiores produtoras da cultura popular.

No entanto, o que não pode ser esquecido por nós é que, para essas comunidades, uma ideia de patrimônio como entendemos no caráter formal e, principalmente, no aspecto material, era quase impossível de acontecer, dado a sua conjuntura social e as dinâmicas de convivência e permanência `a essas terras os configurava, quase sempre fugindo de território em território temendo represálias.

Em uma historiografia, política e literatura em que a chamada História Oficial é a mesma que engloba e fomenta as ideias que devem conduzir o imaginário popular, o que precisamos questionar é se estamos conscientes que esta é apenas uma visão anacrônica da realidade ou se realmente acreditamos e fazemos parte de tudo isto.

No que acreditamos, a atividade turística pode contribuir significativamente para a valorização sobremaneira de ideais como valorização do passado, da memória e da identidade, maximizando também o sentido de pertencimento destas comunidades.

É interessante ressaltar ainda que o uso turístico desses saberes e modos de expressão histórica geram muitas vezes a sua manutenção, sobretudo, tem o sentido amplo de conservar a memória e a identidade de um povo. Nesse sentido, os saberes tradicionais, repassados através da oralidade de geração em geração, são aspectos refugiados na memória coletiva dessas populações.

De acordo com Le Goff (1990, p. 476),

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e é nesse sentido, que o turismo tem contribuído de alguma forma, mesmo que imperfeitamente, para a preservação e recuperação de identidades locais, além do que, mesmo em lugares em que a reconstituição do passado esteja sendo feita de forma equivocada, não possa haver melhorias na autenticidade e criticidade. A recriação de espaços revitalizados, se bem realizada e feita com base na memória coletiva, estimula o processo de identificação do cidadão com sua história e culturas sociedades de hoje, na febre e na angústia.

Sendo assim, na conservação desse tipo de bem cultural, é de suma importância cuidar dos processos, práticas, saberes e conhecimentos das pessoas. Como exemplos, podemos citar: as maneiras de caçar, pescar, plantar, cultivar, colher, construir moradias, as danças, os modos de vestir e falar, as festas religiosas, as relações sociais e familiares, e todos os aspectos da cultura habitual de uma comunidade.

Desse modo, o fortalecimento da identidade cultural engloba necessariamente a questão dos seus saberes ancestrais tradicionais, o qual permite realizar um elo entre o passado e o presente, corroborando, assim, com a sua identificação com a comunidade, cultura e tradição, agindo como instrumento de coesão e sentimento de pertença e continuidade histórica.

Logo, percebemos que, para que haja a manutenção da identidade da cultura local, é inquestionável que tem-se que definir um ponto de equilíbrio do uso turístico para que, assim, se torne possível aproveitar as representações do passado sem deteriorar a memória das comunidades receptoras.

Nesse sentido, Gramont (2006) afirma que o pensar e o atuar em relação ao Patrimônio Cultural, bem como em relação ao seu contato e a sua integração com a comunidade

onde está inserido, devem construir uma postura de disponibilidade permanente para reflexões e modificações conceituais e práticas sem que isso represente não estar apto à tomada de decisões, mas pelo contrário, disposto a analisá-las também como parte de uma construção cultural.

É fundamental que as próprias populações locais possam destacar suas características e bens culturais para que possam ser trabalhados como um produto turístico. Ao se destacar o sentido da identidade, os moradores locais podem garantir-se como protagonistas em todo esse processo, destacando-se desde o planejamento até sua execução.

Como bem pontua Cammarata (2006), o conjunto de significados e símbolos da cultura local lhe dão sentido e são transferidos ao outro, forasteiro, que no destino procura imagens e representações de objetos que lhe satisfaçam a necessidade de ver, sentir e conhecer. No que se refere ao desenvolvimento turístico, a população precisa construir uma rede de significados a este patrimônio, para que não seja apenas um mero produto a ser comercializado.

2.3 Os aspectos imateriais da cultura

Apesar de não podermos falar em contexto formal sobre um patrimônio material e imaterial nos territórios tradicionais, há do que se falar sobre os aspectos imateriais da cultura, aspectos estes que os abrangem e os representam.

Essa opção coerente de variação é, de acordo Bauman (2005), caracterizada pela perda dos referenciais tradicionais aos quais as sociedades se ancoravam entre os pilares dicotômicos da dominação ou subordinação, culminando na liquefação tanto dos conhecimentos quanto dos poderes hegemônicos.

Dentro dessa perspectiva de não historicidade, gerada por décadas de esquecimento político e social para as comunidades tradicionais e em caráter específico no estudo, as comunidades quilombolas em nosso país, a ideia de um patrimônio material se torna infundada. No entanto, estes congregam para si fortes fundamentos que os vinculariam a uma ideia de um amplo cabedal de um “patrimônio imaterial”.

No mesmo ponto, avesso e aderente à essa ideia, precisamos ressaltar que apesar de símbolos fortes no cenário de legitimação de identidade e de representação desses povos, a maioria desses saberes, modos de expressão e modos de fazer, não são entendidos formalmente como patrimônios imateriais. Isto porque, mesmo sendo concepções representativas e aclamadas por sua comunidade ou mesmo parte da coletividade, estes ainda não são constitutivos da ideia formal para uma aclamação institucionalizada.

Como as expressões culturais devem ser vistas em relação ao contexto social ao qual integram, torna-se também necessário entender os processos comunicativos que permeiam a construção dos significados e de seus referenciais, enxergando a comunicação como um processo de construção social de sentido, imerso em um ecossistema comunicativo (MARTIN-BARBERO, 2001) que carrega em si a manifestação simbólica repleta de significados por meio do qual uma comunidade constrói sua identidade, sendo capaz de produzir, incentivar e mediar o saber (WOLTON, 2004).

No que tange a atividade turística realizada em comunidades tradicionais, as esferas de valores e saberes são os pontos-chaves de atratividade que remetem a ideia de uma historicidade única e de uma forma de pensar, agir e viver bem diferente do que a maioria de nós está acostumado a viver em nossas rotinas diárias.

A valorização dos diversos aspectos das culturas locais se deve basicamente à visão ocasionada pelo fenômeno turístico de que os recursos culturais e naturais são potenciais geradores de riqueza dentro da atividade turística que em si é uma das atividades econômicas, mais expressivas do mundo globalizado.

Tal atividade tem como “matéria-prima” os chamados “atrativos” ou “recursos” que, no segmento específico do turismo cultural, constitui-se em bens preservados da cultura material e imaterial; e que neste contexto específico das comunidades tradicionais, devido a deterioração dos seus bens materiais, subjugação e expulsão das suas terras e a não valorização de sua historicidade, se relacionam mais ao seu caráter imaterial.

A heterogeneidade da cultura está presente nas diferentes referências que a constitui e nas variadas formas de expressão que a caracteriza enquanto um processo construtivo, dinâmico e complexo tanto das identidades individuais como das memórias coletivas. Entendendo a cultura como um processo que inclui práticas e sentidos do cotidiano que se hibridizam em uma consonância de meios, espaços e tempos diferentes ou até divergentes (CANCLINI, 2006).

O turismo é um aliado interessante dentro de áreas tradicionais, pois está intimamente relacionado às formas de proteção do patrimônio cultural, que envolve não somente a conservação do patrimônio material e ambiental, mas que também abrange a preservação cultural dos elementos que compreendem a memória do lugar. Dessa forma, a valorização desses saberes constituiu-se num elemento fundamental para a longevidade da identidade de um povo a fim de consolidar a ideia de pertencimento local que pode contribuir para a conservação de inúmeras formas de expressão e manifestações populares que aliada a atividade turística, podem promover a melhoria das condições de vida da população.

Segundo Magnana (1990, p. 177),

[...] a cultura não se constituiu de cultos e costumes, mas das estruturas de significados, através das quais os homens dão formas as suas experiências”. Podemos entender que essas experiências são adquiridas no cotidiano pelo fazer individual e coletivo. É através desse fazer que se expressam as realizações humanas que devem ser respeitadas e preservadas pelas suas significações. Devem ser preservadas e estimuladas a grande diversidade em suas variadas manifestações No espaço e no tempo aonde a memória se projeta como fonte de formação de identidades culturais.

Nessa perspectiva, as ideias de pertencimento e identidade tem o poder de moldar os sentimentos, os valores e uma infinidade de itens englobados nas mais variadas sociedades do mundo apresentando assim o reflexo da convivência humana. Tamanha é a sua importância, pois retrata uma vivacidade de relações sociais e patrimônios simbólicos que historicamente compartilhados estabelecem a união de determinados valores entre os membros de uma sociedade.

Pesquisas sobre a relação entre patrimônio tangível e imaterial e turismo não são incomuns. No entanto, o patrimônio imaterial não é apenas um simples atrativo turístico, mas um elemento que pode destacar, preservar e fornecer subsídios para entender a identidade cultural de cada comunidade, promover sua cultura compartilhada, vivenciar a vida de pessoas de diferentes lugares. A experiência e a vivência, portanto, devem ser respeitadas pelo seu significado.

As escolhas para o desenvolvimento do turismo devem ser coordenadas com os objetivos de preservação do patrimônio, uso cotidiano dos bens culturais e valorização da identidade cultural local (RODRIGUES, 2007).

Segundo Sahlins (1997), as pessoas, as relações e as coisas que compõem a existência humana se manifestam intrinsecamente por meio de valores e significados que não podem ser identificados por meio de características biológicas ou físicas. Uma sociedade local, seja de um país, de uma região ou de um lugar específico, é entendida como um conjunto de indivíduos ou como um coletivo de indivíduos por meio de uma cultura que possui seu patrimônio cultural ou define sua própria identidade.

Os sentimentos evocados pelo patrimônio são transcendentais e ao mesmo tempo sua materialidade existe no cotidiano, apontando fortemente para a vida das pessoas. Portanto, o patrimônio cultural é a soma dos bens culturais de uma nação. O patrimônio cultural do município de Damásio, por exemplo, é um conjunto de bens culturais do município que carregam valores que podem ser repassados às gerações futuras.

Segundo Martins (2002), a transmissão de saberes no seio familiar é de extrema importância para a perpetuação das práticas culturais, isso porque a cultura popular ocorre no cotidiano como detentora de produtos culturais.

Partindo da premissa de que a transmissão do conhecimento dos mais velhos aos mais novos garante a cultura de massa, a valorização dos mestres detentores desse conhecimento é a base para que essa transmissão ocorra, ou seja, a transmissão do conhecimento de geração em geração só acontecerá ocorrem quando tanto o mestre quanto o aprendiz estão conscientes de seus papéis sociais e da sua importância na comunidade.

As comunidades tradicionais são cientes e exercem sua responsabilidade real de guardiões de seus valores culturais crentes que o patrimônio cultural pertence às comunidades que produzem e os constituem. Não se pode pensar na proteção dos bens culturais, senão em benefício da própria comunidade, que tem a responsabilidade de decidir sua destinação no pleno exercício de sua autonomia e cidadania.

A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) destaca que o patrimônio imaterial é um aspecto específico do patrimônio cultural que pode mudar, adaptar e construir novos significados. Isso se deve à forma como as pessoas interagem com o patrimônio imaterial, o que resulta em um novo significado para ele. Uma das características mais importantes do patrimônio imaterial é sua capacidade de mudar, adaptar e estabelecer novos significados simbólicos de acordo com o ambiente e as necessidades de seus participantes (ABREU, 2009).

Este patrimônio cultural imaterial transmitido de geração em geração é continuamente recriado por comunidades e grupos com base em seu ambiente, interações com a natureza e história, gerando um senso de identidade e continuidade, ajudando assim a promover o respeito e o respeito à diversidade cultural.

3 COMUNIDADES TRADICIONAIS: desenvolvimento local, arranjos produtivos e inserção no turismo

3.1 Comunidades tradicionais: ideias e ideais sobre desenvolvimento

Sempre ao nos remontarmos a ideia sobre desenvolvimento, nos é quase automática a ação de relacioná-la a uma condição de progresso e crescimento no que diz respeito aos mais diferenciados sentidos do contexto humano, mas mais comumente ao social e econômico. O que muitas vezes nos passa despercebido, é que essas ideias e ideais relacionados às noções de

desenvolvimento são em sua grande parte baseados em nossa vivência e valores ocidentais e por que não dizer modernos e de aspirações sociais e políticas, situadas em contextos históricos bem definidos.

Se buscarmos o seu conceito literal, a ideia de desenvolvimento se define modestamente como uma ação ou efeito relacionado ao processo de crescimento e evolução de um objeto, pessoa ou situação em uma determinada condição. Noção que se averiguada de forma mais ampliada, não condiz com toda a complexidade de esferas inseridas no contexto ou mesmo da possibilidade de outros olhares que podem vir a explorá-lo. Esse limiar é facilmente percebido quando nos defrontamos com as noções que norteiam as concepções e objetivos no que tange a ideia de desenvolvimento no cenário das comunidades tradicionais.

O termo desenvolve-se em si, concentra -se sempre na ideia do que há por vir, ocupando-se sempre de uma etapa superior, num próximo passo que sempre será o de superar o anterior. Protagonista de vários debates, no campo político, econômico e social, o ideal de desenvolvimento é considerado como uma das mais antigas e poderosas noções que envolvem o Ocidente uma vez que, os níveis de desenvolvimento polarizam o mundo pós-moderno e definem o que e quem são os que devemos reproduzir em nossas ações e valores.

Estudado de forma mais profunda por autores como Robert Nisbet e John Bury, o desenvolvimento, apesar de impactar significativamente na vida dos homens pós-modernos, tem suas origens na idade antiga, principalmente norteados, de acordo com a historiografia oficial, na importância da civilização grega e da cristandade para a construção dos ideias de progresso nas civilizações. No entanto, ambos autores concordam ao afirmar que tais ideias de desenvolvimentismo, tornaram-se mais relevantes ao nível de esfera social no período iluminista entre o intervalo dos séculos XVII e XVIII.

Segundo Robert Nisbet (1969), muitas das concepções de mundo são criadas a partir de imagens e entendimentos que muitas vezes são sintetizadas por meio de metáforas, e nesse sentido, a metáfora do “desenvolvimento” é uma das mais poderosas no pensamento ocidental, responsável por consolidar uma estrutura de pensamento que, em certa medida, perpassou os povos gregos, a sociedade cristã e culminou como base de formação do mundo moderno.

Outro ponto histórico significativo para estruturação do ideal de desenvolvimento, foi o lançamento da obra *A Origem das Espécies* de Charles Darwin, na qual a ideia de progresso começou a ser relacionada diretamente à noção de evolução social.

Para Bury (1955), a publicação da obra de Darwin inicia um novo momento da ideia de progresso, trazendo a questão da evolução como grande ponto a ser trabalhado. O autor

ressalta que evolução é um conceito neutro, puramente científico, que não exprime a ideia de progresso, a qual era entendida como algo que deriva de forças internas da existência humana. Não era portanto algo relacionado a fatores exógenos que empurram o avanço da humanidade.

Com as mudanças estruturais tanto na sociedade como na economia geradas a partir do século XIX, a noção de desenvolvimento se tornou essencial para o bom andamento da nova ordem vigente mundial, consolidando definitivamente a ideia de progresso, baseado principalmente no modelo comparativo de desenvolvimento.

Como explicita Nisbet (1969, p. 172),

O fato é que as especificidades culturais e institucionais do mundo ocidental começaram a ser trabalhadas a partir do método comparativo, servindo de critério para a comparação de pessoas e culturas no mundo todo. A partir do estabelecimento de linha de progresso por onde as sociedades deveriam caminhar, os termos: “civilizado”, “moderno” e “desenvolvido” começam a ganhar sentido e servir de base para a classificação das diversas sociedades e cultura no mundo. Importante destacar que o método comparativo servira não somente para o estabelecimento de comparações entre as sociedades, mas também um julgamento sobre o desenvolvimento do próprio mundo ocidental, contrastando os elementos que já eram considerados modernos com aqueles subjugados como retrógrados.

Atualmente, as ideias comparativas de desenvolvimento entre países e sociedades norteiam as grandes decisões políticas e econômicas globalizadas justificando de forma injusta as grandes desigualdades mundiais, além de definirem os papéis de coadjuvantes e protagonistas no cenários que envolvem o acesso a conhecimentos técnicos, tecnologia, saúde e acesso a armas (os novos tesouros da contemporaneidade).

Logo, a ideia de comparação entre sociedades torna-se de extrema importância no processo de consolidação do pensamento desenvolvimentista e está ancorado, fundamentalmente, na aceitação da ideia de que há uma tendência evolutiva na vida humana. Assim sendo, as sociedades inevitavelmente progridem e que qualquer tendência diferenciada a estes valores estabelecidos é considerada retrógrada e indigno de serem reproduzidos.

Já segundo Escobar (1995), foi a partir do fim da Segunda Guerra Mundial que o discurso do desenvolvimento ganhou uma escala globalizada. O autor garante, que foi nesse cenário de muita pobreza e fome que o desenvolvimento surge como o discurso capaz de modernizar as sociedades, priorizando a necessidade de destruição dos modelos tradicionais de organização. Assim sendo, o discurso do desenvolvimento deu início a uma série de práticas e intervenções em prol da modernização das sociedades.

Ainda, como salienta Escobar (1995), ao invés de entender as mudanças sociais como um processo que está relacionado à história e cultura de cada sociedade, o discurso do desenvolvimento que se consolidou de maneira predominante no pensamento político ocidental

acredita na capacidade de promover estratégias para transformar as sociedades em modelos pré-existentes, definidos a priori, alheio às especificidades locais.

Na visão ocidental contemporânea, a principal esfera de desenvolvimento observada e apreciada para definição dos seus papéis no cenário global é a do desenvolvimento econômico que se representa principalmente no âmbito efetivo pelo aumento da produtividade ou da renda/capital de um indivíduo/sociedade que se manifesta principalmente em melhoria de estrutura social das populações nas áreas de saúde, educação, habitação, infraestrutura sanitária, emprego, entre outros.

Esses critérios avaliativos foram definidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), e responsável por criar a aferição conhecida como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que calcula o desenvolvimento em termos quantitativos e qualitativos que indicam o grau de melhoria de cada localidade, definindo assim os países sub e desenvolvidos.

São essas noções, já bem desenvolvidas e cristalizadas no ocidente colocadas a partir de um método comparativo, que servem de critério para a regulação de indivíduos e culturas no mundo todo; a partir daí, as etapas de progresso se tornaram retilíneas sobre a forma de como as sociedades deviam se guiar, tornando mais forte as ideias de “civilizado”, “moderno” e “desenvolvido” seguindo como base para a classificação das diversas sociedades e culturas, definindo-as entre modernas ou retrógradas .

E é este o contexto que diferencia as ideias e os ideias de desenvolvimento das sociedades ocidentais pós-modernas com as de grande parte das comunidades tradicionais e em especial as estudadas nesta pesquisa, as comunidades remanescentes de quilombolas.

As principais noções remetidas à ideia de desenvolvimento nas comunidades tradicionais, está intimamente ligada com a genuína relação sustentável da comunidade com seu meio e com a simbólica identificação que estes têm com o seu território e seus desdobramentos.

Trazendo as observações de Haesbaert (2007), o território é visto pelas populações tradicionais como uma forma de abrigo, ideia essa que os ligam numa esfera material, simbólica e social, o que se afasta do conceito moderno das sociedades ocidentais que os desfrutam do território inserido como mais uma forma de obtenção de renda, logo servindo para os ideais de acumulação e lucro através da exploração e usufruto econômico.

Ao nos debruçarmos ao ideal de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, precisamos pensar sobre as esferas que essas englobam dentro desse contexto, as quais são: o caráter econômico, ambiental e humano/social, e infere que a boa qualidade de vida

destes esteja relacionada ao uso consciente e cultural do território, tendo este como uma base de sustentação para a vida bem como para seus saberes e fazeres culturais, não desvinculando a terra como possível provedora de benesses econômicas, mas não a vendo como um fim inevitavelmente utilizada para obtenção de lucros do capital.

Para Martins (2002, p. 54), “[...] quando se fala de 'local', está-se referindo à escala das inter-relações pessoais da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade [...]”.

Para Castilho, Arenhardt e Bourlegat (2009, p. 163) “[...] a territorialidade é o exercício de poder social, político e econômico em um contexto local ou nacional que resulta do processo de valorização do espaço geográfico [...]”. Considera-se que o território é o componente essencial da comunidade, de cuja vida social, econômica e política é matriz.

Nesse contexto, a ideia de desenvolvimento para as comunidades tradicionais se dá de forma totalmente particular e desvinculada dos valores ocidentais, tendo como base a identificação com seu ambiente, suas formas de expressão, saberes e fazeres ressoantes destes, baseando-se numa expectativa de desenvolvimento do local em contrapartida das ideias globalizadas e globalizantes do restante da sociedade pós-moderna, o que também faz delas um diferencial dadas as suas singularidades e peculiaridades, destacando-as dentre os iguais e tornando-a atraente e digna de curiosidade.

Trevizan e Simões (2006, p. 9) aduzem que “[...] descobrir e dar vida às especificidades do local é uma forma de atrair o global para o local [...]”. Toledo e Barrera-Bassols (2008, p. 108) ressaltam, por sua vez, que compreender de maneira adequada “[...] o conhecimento tradicional é necessário então entender a própria natureza da sabedoria local, que é baseada (é formada) na completa inter-relação entre crenças, conhecimentos e de práticas [...]”.

Constantemente novos paradigmas e teorias têm surgido sobre essas disparidades entre as formas de ver e agir entre tais sociedades, bem como sobre os abismos de choques culturais causados pelos ideais globais e locais de desenvolvimento.

Considera-se o desenvolvimento local como processo de transformação centrado no protagonismo do indivíduo para a melhoria da qualidade de vida da coletividade, dos grupos sociais e das comunidades. Tal diferencial se dá principalmente no que tange às novas e diferenciadas formas de produzir, consumir e compartilhar, que nem sempre leva em consideração as ideias e valores globalizados.

Esse ideal é embasado no econômico, no social e na base de sustentação material, ou seja, em recursos naturais e tecnológicos que melhoram a organização da produção e a

organização social, tal noção de desenvolvimento, tem como lastro o objetivo de comunidades locais serem o ponto focal do seu autodesenvolvimento.

Nas últimas duas décadas, o conceito de desenvolvimento local tem sido apontado como uma nova proposta de desenvolvimento para questões relativas à compatibilidade entre ambiente, comunidades e sustentabilidade (KASHIMOTO; MARINHO; RUSSEFF, 2002; MARTINS, 2002; ARNAUDO; CORBELLA, 2013). No entanto, no contexto deste estudo, um em especial chama atenção por suas especificidades, notadamente o conceito de etnodesenvolvimento.

3.2 Etnodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável

O Etnodesenvolvimento se caracteriza como “[...] um desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade [...]” (GRUNWALD, 2002, p. 51). O conceito de etnodesenvolvimento se formou como uma oposição alternativa às teorias desenvolvimentistas e etnocidas que de acordo com Verdum (*apud* FARIA, 2005, p. 72), “[...] tomavam as sociedades indígenas e as comunidades tradicionais em geral como obstáculo ao desenvolvimento, à modernização e ao progresso [...]”.

De acordo com o exposto, o etnodesenvolvimento representa que “[...] a etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses [...]” (GRUNWALD, 2002, p. 51).

As bases do etnodesenvolvimento parte do pressuposto que a comunidade local tenha um mínimo de organização de grupo e que dividam anseios coletivos embasados numa perspectiva de utilização racional e sustentável do seu território, buscados nos recursos reais e potenciais disponíveis no seu ambiente, e na utilização de seus significados e experiências históricas compartilhadas para seu desenvolvimento.

As comunidades quilombolas, aqui já explanadas mais a fundo, são exemplos claros de grupos sociais tradicionais, cujos processos identitários de construção social e cultural se distinguem do restante da sociedade, sendo sua identidade étnica e sua relação simbólica com ambiente, pilares para sua forma de organização social, econômica e política.

A globalização permite a coexistência de diferentes culturas, mas, ao mesmo tempo em que as aproxima, também pode levar à alienação e à exclusão dos menos capazes de se expressar e organizar. Dessa forma, o desenvolvimento deve atentar para a relação formada por

essas culturas, a fim de se opor à imposição unilateral de uma cultura sobre a outra (ZAMBAM; KUJAWA, 2017).

A exclusão das comunidades tradicionais decorre da aplicação unilateral do conceito de desenvolvimento sem respeito e respeito à diversidade cultural e sem garantias do pleno exercício das liberdades individuais e das capacidades substantivas. Sendo assim, a ideia do etnodesenvolvimento deve ser alcançada através do reforço e identificação das estruturas internas, valorizando o potencial endógeno da área de forma a criar condições sociais e económicas favoráveis à população local.

Este deve ser um processo que inclua os participantes do território, valorizando suas potencialidades, garantindo a igualdade de oportunidades e buscando a qualidade de vida por meio da sustentabilidade.

Isso tudo indo ao encontro da ideia de desenvolvimento homogênea do Estado e se consolidando como uma única nação e território nacional, que não corresponde à realidade, principalmente nos países das colônias europeias, sendo composta por diferentes grupos sociais, nos quais os sem poder se escondem e se amotinam. Esses povos têm lutado para reconhecer sua diversidade cultural e social (MOREIRA, 2013).

O termo etnodesenvolvimento tem dois significados complementares. Significa o desenvolvimento de uma nação particular e corresponde ao desenvolvimento da nacionalidade de um grupo. Isso porque é necessário desenvolver outros aspectos da vida de um grupo para desenvolver plenamente sua etnia, caso contrário, ocorrerá a marginalização económica (LITTLE, 2002).

O etnodesenvolvimento introduz, assim, uma abordagem étnica para a esfera política, baseada no direito dos povos à autodeterminação, e até mesmo põe em questão a noção de soberania nacional. Com o conceito de desenvolvimento étnico, a relação entre o Estado e a comunidade tradicional mudou. É preciso entender até que ponto isso representa uma ruptura com os paradigmas anteriores e quais são as limitações dessa modificação, pois esse conceito vai de encontro à teoria desenvolvimentista que considera as comunidades tradicionais como barreiras ao progresso, desenvolvimento e modernização.

Pensando em razão de uma ideia de desenvolvimento nacional, Batalla (1982) argumenta que o desenvolvimento nacional significa construir o futuro por meio do "exercício das capacidades sociais" dos povos, de modo que as escolhas e estratégias de desenvolvimento sejam definidas em termos da experiência histórica, da prática cotidiana e dos recursos e potencialidades de sua cultura. Dessa forma, é necessário garantir que as comunidades com

diferenças culturais tenham as condições necessárias para se expressar e orientar seu próprio desenvolvimento (VERDUM, 2006).

O etnodesenvolvimento afeta prioritariamente a autonomia cultural, envolvendo a participação nas decisões envolvendo os recursos naturais de seu território e o controle sobre os recursos culturais, como língua, organização social, saberes locais e práticas tecnológicas (ALMEIDA, 2017). Tendo isso em vista, a implementação de qualquer processo de desenvolvimento étnico precisa manter um equilíbrio entre o fortalecimento da autonomia cultural do grupo étnico e a integração na economia regional e nacional.

Esta busca pela autonomia cultural não pode e não deve ser confundida com movimentos separatistas, mas deve ser entendida como a afirmação e mesmo controle das decisões que afetam o próprio grupo, garantindo sua participação direta na tomada de decisões, tanto nos recursos naturais de sua território e recursos culturais como língua, organização social e práticas tecnológicas (LITTLE, 2002).

Sem dúvida, incorporar questões étnicas na teoria do desenvolvimento é um desafio. As políticas e programas públicos direcionados a essas comunidades não devem conflitar com seus interesses, pois jamais alcançarão seus objetivos, geralmente voltados para a inclusão.

Loureiro (2009) identificou cinco pilares que deveriam ser aplicados no modelo de desenvolvimento, confirmando a ideia de desenvolvimento étnico: manutenção da identidade nacional e da diversidade cultural para a construção de uma sociedade rica e multicultural; conhecimento secular, aliado ao conhecimento científico, criar novas formas de vida ao invés de impô-las; tornar a natureza uma aliada, respeitá-la e protegê-la para a segurança ambiental das gerações futuras; usar e preservar a biodiversidade e desenvolver a ciência para atender às necessidades regionais.

Qualquer política voltada para o desenvolvimento das comunidades tradicionais precisa ter como foco a identidade e a cultura, promovendo a inclusão social e a cidadania. Além disso, cada comunidade tradicional tem suas características e potencialidades próprias, por isso as políticas não podem ter fórmulas prontas (OLIVEIRA, 2013).

Conceitualmente, o Etnodesenvolvimento pode ser descrito observando duas linhas de pensamento econômico. Uma de natureza teórica, argumentando que desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico, e outra mais voltada para a realidade empírica, argumentando que é preciso aumentar indicadores de crescimento que reflitam melhorias nas condições de vida das pessoas, como: saúde, educação, segurança e qualidade ambiental. Dessa

forma, o crescimento se reflete no progresso da sociedade como um todo, não apenas economicamente, mas de várias maneiras (ARAÚJO, 2010).

Segundo Sen (2010, p. 28), “[...] um conceito adequado de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do PIB e de outras variáveis relacionadas à renda [...]”. É amplamente reconhecido que o desenvolvimento se baseia na melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social de indivíduos e comunidades. Não se concentra no conjunto vazio. O desenvolvimento ocorre em uma comunidade específica, em uma região específica, sendo a localidade do desenvolvimento óbvia. O desenvolvimento local é uma alternativa onde as comunidades locais desempenham um papel de liderança no processo (FARIA, 2012).

Segundo Martins (2002, p. 51), considerar o desenvolvimento local é “[...] dar-lhe uma face mais humana”, partindo do pressuposto de que as pessoas das comunidades locais devem ser “ativamente envolvidas, não apenas beneficiárias do desenvolvimento [...]”. Segundo esse autor, este será o principal diferencial no desenvolvimento local. Uma mudança de atitude é, portanto, essencial, questionando até mesmo conceitos teóricos e crenças, constituindo um dos principais desafios do processo, pois requer uma visão de mundo bastante diferente da visão de mundo tradicional (MARTINS, 2002).

É preciso ressaltar que o termo “participação comunitária” também precisa ser entendido de forma mais ampla e não deve ser reduzido a “[...] participação esporádica e parcial de algumas instituições e instituições representativas sociais [...]” (MARTINS, 2002, p. 54). Em vez disso, o engajamento deve ser entendido como “[...] um compromisso pessoal de aprender as regras da maneira mais difícil e ser ouvido, compreendido e cuidado [...]” (MARTINS, 2002, p. 54).

A construção da identidade deve ser também uma parte importante do processo de desenvolvimento local, “[...] essencial para fortalecer o contexto comunitário, permitindo-lhe escolher a melhor solução para o processo de desenvolvimento local [...]” (KASHIMOTO; MARINHO; RUSSEFF, 2002, p. 41).

Os autores também destacam a importância desse processo de valorização das identidades locais, vinculando-o à sustentabilidade das atividades turísticas e das comunidades. Eles afirmam que o impacto do turismo na cultura local pode ser agravado porque o próprio turismo aumenta a densidade populacional e aumenta a seletividade de oportunidades de trabalho em comunidades onde o turismo é uma alternativa de desenvolvimento (KASHIMOTO; MARINHO; RUSSEFF, 2002).

O turismo reúne atributos e características essenciais para a solução de problemas causados pela desigualdade social. As vantagens do turismo como atividade econômica são enfatizadas como estratégias para a propulsão do desenvolvimento. A atividade gera benefícios diretos e indiretos para a região, quando planejado de forma justa e participativa a localidade receptora se fará presente para promover o turismo e não ser apenas mão-de-obra operacional nos empreendimentos.

O Turismo Sustentável vem sendo amplamente disseminado nos últimos anos, principalmente por ser um elemento capaz de satisfazer as necessidades atuais sem comprometer as gerações futuras, a Organização Mundial do Trabalho (OMT) conceitua o turismo sustentável da seguinte forma:

O desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida. (OMT, 2003, p. 17).

É importante ressaltar que o turismo não deve ser promovido sem seguir todas as etapas do planejamento, muito menos sem levar em conta as particularidades existentes em cada localidade. A atividade turística, quando explorada de maneira desregulada e predatória, acaba por comprometer seriamente o meio ambiente e a comunidade envolvida, por vezes causando danos irreversíveis.

Naturalmente, algumas experiências negativas causadas pela exploração predatória do Turismo, juntamente com a questão atual da conservação do meio ambiente, fizeram com que os responsáveis pelo setor adotassem uma postura diferente, buscando a conservação dos espaços naturais e das comunidades receptoras a fim de que o turismo possa ser uma atividade que trará benefícios constantes, não somente lucro imediato.

A busca por um desenvolvimento que não agrida ao meio ambiente, à sociedade e aos sistemas econômicos é percebida desde os primórdios das civilizações. Segundo Swarbrooke (2000), o termo sustentável só passou a ser usado explicitamente nos últimos 20 ou 30 anos, mas as ideias que o ampara surgiram nos modelos mais remotos de planejamento urbano. Quando os romanos planejaram e desenvolveram as cidades e as metrópoles, eles já estavam colocando em prática este conceito.

Existem várias formas de definir o desenvolvimento sustentável. Estas formas irão variar de acordo com as interpretações de cada autor sobre o assunto. “[...] a resposta às necessidades humanas nas cidades com o mínimo ou nenhuma transferência dos custos da

produção, consumo ou lixo para outras pessoas ou ecossistemas, hoje e no futuro [...]” (SATTERTHWAITE, 2004, p. 129).

Desse modo, o desenvolvimento sustentável deve ser uma consequência do desenvolvimento social, econômico e da preservação ambiental. Sobre esse assunto, afirma-se que “[...] o desenvolvimento sustentável caracteriza-se, portanto, não como um estado fixo de harmonia, mas sim como um processo de mudanças, no qual se compatibiliza a exploração de recursos, o gerenciamento de investimento tecnológico e as mudanças institucionais com o presente e o futuro.” (CANEPA, 2007, p. 12).

Nesse contexto, o direito ambiental deve ser firmado em princípios e por normas de origem e funções específicas tentando sempre equilibrar uma relação regular entre o homem e a natureza sem afetar o meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável é um processo de aprendizagem social de longo prazo que, por sua vez, é direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional. Assim, a pluralidade de atores sociais e interesses presentes na sociedade colocam-se como um entrave para as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável (BEZERRA; BURSZTYN, 2000).

Oliveira e Fontana (2006) enfatizam ao dizer que atualmente:

Muitas cidades brasileiras dependem do turismo para obter renda. Essas cidades são mais atraentes graças aos recursos naturais que atraem turistas. No entanto, este turismo tem consequências negativas significativas para o ambiente. Alguns desses efeitos vêm da atividade turística direta e alguns vêm do planejamento e gestão ambiental. Qualquer planejamento ambiental precisa ser extenso para limitar os efeitos dessas consequências negativas [...].

Nesse sentido, a economia gerada pela visitação desses atrativos turísticos que foram remanejados através de um planejamento dessa área natural poderá contribuir na melhoria de uma redução das desigualdades socioeconômicas do lugar.

De fato, a intervenção do turismo tem levado ao deslocamento de atividades tradicionais, como os pescadores artesanais, cujos filhos abandonam o trabalho dos pais para se tornarem assalariados em alojamentos, e os pequenos agricultores que perdem o interesse pelo trabalho árduo. Jardins servirão como guias de trilhas ecológicas (LOZADA, 2017).

É de se esperar que a dinâmica das atividades turísticas tenha impactos positivos e negativos na sustentabilidade ambiental das comunidades. No entanto, fortalecer o senso de identidade comunitária é essencial tanto para o desenvolvimento local quanto para o desenvolvimento sustentável, sendo importante que os indivíduos da comunidade se conheçam e “[...] usem esta poderosa ferramenta para se tornarem seus próprios protagonistas [...] [no

[...] processo de desenvolvimento local [...]” (KASHIMOTO; MARINHO; RUSSEFF, 2002, p. 39).

Segundo Arnaudo e Corbella (2013, p. 4), atualmente, para corroborar essa ideia é agrupar os conceitos de desenvolvimento local, fortalecendo a identidade e a sustentabilidade das comunidades, “[...] em que o desenvolvimento não vem de uma única fonte ou ocorre da mesma forma em lugares diferentes [...]”.

Numa comunidade com uma especificidade cultural e geográfica muito destacada, o desenvolvimento pode manifestar-se tanto no seu próprio percurso como nas ofertas específicas e exclusivas do seu território. Acredita-se que, como afirma Dias (2008, p. 87), “[...] o turismo tem o potencial de ter efeitos benéficos sobre o meio ambiente, contribuindo para a proteção e conservação ambiental [...]”.

Conforme o mesmo autor é também uma opção de sensibilização para os valores ambientais. Assim, as comunidades locais podem usar este evento como uma opção de desenvolvimento local, contribuindo para a sustentabilidade de suas comunidades. Portanto, na próxima seção, são apresentados os desafios e as oportunidades do turismo sustentável local, observando que a atividade turística é um fenômeno social, moderno e influente, tanto em aspectos negativos quanto positivos (DIAS, 2008).

O desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo e inclui mudanças na composição dos produtos e na alocação de recursos em diferentes setores econômicos para melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, estado de saúde, alimentação, educação e habitação) (VASCONCELOS; GARCIA, 2014, p. 242).

O crescimento econômico há muito é um indicador do desenvolvimento de um país, mas seu radar não captava o que acontecia na maioria dos países coloniais, ou seja, a concentração de renda. Por meio de uma crítica ao modelo, surgiu o conceito de desenvolvimento econômico, levando em conta o escopo social que foi subtraído, e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado em 1990 pela Convenção, consiste em indicadores destinados a medir a conquista dos direitos humanos.

Ainda com base nessa evolução, forma-se o desenvolvimento sustentável, imbuído da perspectiva do desenvolvimento, preocupado com o meio ambiente, usufruindo do meio ambiente em harmonia, tendo como pano de fundo o compromisso com a próxima geração (ARAÚJO, 2010).

O etnodesenvolvimento é uma forma de repensar as transações multiculturais que ocorrem na realidade dos países coloniais. Subsidiar a gestão local com uma compreensão da

diversidade cognitiva. Diante disso, percebe-se o quanto que a atividade turística representa uma grande importância para a economia, especialmente pelo seu crescimento contínuo, considerando que quanto maior o fluxo de pessoas numa destinação turística tem-se maior a possibilidade de degradação ambiental. Nesse sentido, o planejamento e a gestão do turismo devem estar atentos às questões ambientais, buscando sempre minimizar os impactos no local.

As atividades que valorizam a tradição e o modo de vida local de um povo se desenvolvem, geralmente, em áreas tradicionalmente habitadas, ou seja, em territórios de povos tradicionais, que passam a incorporar o turismo como alternativa de renda e possibilidade para a manutenção da cultura.

Nesse cenário, o cotidiano, os valores locais, o saber-fazer, os sentimentos de pertencimento e as relações com a natureza de um lugar podem ser considerados elementos de atratividade turística. Eles cumprem o papel de conservar os princípios da ancestralidade e de valorizar as identidades das comunidades tradicionais, além de promover benefícios para todos os agentes envolvidos (BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009).

Verifica-se ainda que houve um impulso no desenvolvimento de atividades turísticas em comunidades tradicionais no Brasil, devido ao crescimento no número de iniciativas com modelos de organização voltados para o turismo comunitário e turismo de base comunitária (SAMPAIO; ZAMINGNAN, 2015).

Esse tipo de organização do turismo procura adaptar a atividade às expectativas e necessidades comunitárias. Desta maneira, as populações tradicionais, que geralmente são excluídas dos processos de planejamento turístico convencional, dos quais as grandes operadoras de turismo, redes hoteleiras e segmento de sol e praia são os mais impulsionados, e podem buscar, por meio da organização comunitária, uma forma de assumir o papel de protagonismo na atividade (CORIOLANO, 2006).

3.3 A Inserção do Turismo em áreas Tradicionais

As noções cada vez mais padronizadas e globalizantes, engessadas pelos anseios de desenvolvimento dos países e sociedades, tornam cada vez mais similares e homogêneas as experiências geradas a partir destes. Valores e concepções antes destoantes, tornam-se reféns de fórmulas lançadas para que se consigamos o tão almejado progresso, tornando aspectos antes divergentes cada vez mais análogas às vividas em qualquer outra parte mundo, o que faz do novo, do diferente e do antes considerado como “exótico”, algo digno de curiosidade e

admiração pela forma como mantém suas especificidades (em especial no seu caráter cultural) mesmo em um meio contaminado pelo uníssono.

A cultura engloba todas as formas de expressão do homem: o sentir, o agir, o pensar, o fazer, bem como as relações entre os homens e destes com o meio ambiente. Nos últimos anos, o lançamento de novos conceitos e olhares sobre as diferenças entre culturas e a atual valorização dos povos tradicionais vêm ampliando a percepção das possibilidades de interpretação e sentidos para a fomentação de novas formas de conceber a atividade turística dentro desses “novos” territórios.

Assim, as diversas combinações da cultura, que é uma das principais motivações do turista ao se deslocar a uma nova região, ganha uma nova conotação em experimentar e vivenciar os aspectos e situações que não são tão peculiares a sua cultura.

Nessa dinâmica, a utilização dos diferenciais culturais na atividade turística pressupõe sua valorização, promoção e a manutenção de sua dinâmica e permanência no tempo, como símbolo de memória e de identidade, induzindo assim, ao mais consciente e sustentável acesso e usufruto a moradores e turistas buscando a convivência harmônica das diferenças em benefício de ambos.

Esse cenário busca que a comunidade local tenha uma maior autonomia gerencial da atividade e ao visitante uma maior imersão na nova cultura a este apresentada, como bem explicitada por Cammarata (2006), quando afirma que o conjunto de significados e símbolos da cultura local lhe dão sentido e são transferidos ao outro, forasteiro, que no destino procura imagens e representações de objetos que lhe satisfaçam a necessidade de ver, sentir e conhecer.

O turismo, apesar de uma atividade prioritariamente econômica, serve como um importante mecanismo de alicerce de várias questões de fundo relevantes no que diz respeito à conservação, fomento e desenvolvimento de regiões, populações e bens culturais, incentivando mesmo que em âmbito teórico, o respeito às diferenças e a preservação dos seus patrimônios materiais e imateriais.

Na categorização de Moesh (2002, p. 9), o turismo seria:

[...] uma combinação complexa de inter-relacionamento entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais [...].

Como atividade, o turismo faz parte do consumo global que responde às dinâmicas econômicas e sociais do capitalismo mundial, potencializando aspectos culturais, econômicos, geográficos e sociais de destinos turísticos, embora sendo embebecido pelas ideias globais de

desenvolvimento e progresso. Dentro do contexto de inserção do turismo em comunidades tradicionais, este tem um maior papel como importante alternativa econômica para essas populações, que necessitam bem mais que o do direito às suas terras, mas de autonomia política e capacidade financeira para se auto – gerirem social, cultural e economicamente.

Dessa forma, a atividade turística pode ser considerada um importante fator para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades tradicionais, cuja compreensão está cada vez mais na busca pela qualidade de vida, tendo os indivíduos que a compõem uma efetiva participação em todo o processo; além de se apresentar um elemento relevante na construção identitária dessas populações, na medida em que a identidade se constrói através do contraste, na relação com “o outro” (CUCHE, 2002).

Dentro de uma vertente mais ampla, algo que será aprofundado a posteriori é a inserção do turismo em áreas tradicionais, a qual pode ser considerada como um dos inúmeros desdobramentos de turismo cultural, o que é definido por compreender as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (BRASIL, 2010).

Como sabemos, os povos tradicionais e seus descendentes, embora sendo maioria da população em nosso país, ainda são considerados minorias, principalmente no que tange seus direitos políticos e ao direito a sua historiografia e, como já fora explicitado anteriormente, em sua grande maioria não ocupam as áreas originalmente habitadas por estes, tendo tido a dificuldade inerente de ter garantido a conservação de seu patrimônio e bens materiais, mas que representa-se muito bem através de seus saberes e modos de expressão, logo, por seus elementos imateriais.

E este é um dos elementos mais fortes de atração no turismo em áreas tradicionais, a forma como seus personagens são protagonistas do próprio cenário das experiências, baseando nas comunidades, seus saberes, modos de expressão e fazeres e não no seu patrimônio de cal e pedra, o auge do encantamento da experiência lá vividas.

Assim a tendência da inserção do turismo em áreas tradicionais, implica bilateralmente no interesse em experiências positivas tanto do visitante quanto da população local, de modo que essa apreciação venha a contribuir com a percepção de seus sentidos e a contribuir para a preservação tanto do seu meio ambiente, quanto do seu patrimônio imaterial.

Dentro do contexto de estudo buscado por esse projeto, duas vertentes se fazem necessárias para melhor acepção das características dos modelos de inserção da atividade turística em áreas tradicionais e, em específico, na comunidade remanescente quilombola de

Damásio em Guimarães (MA), um por já ter bases atuantes dentro do cenário da comunidade adotada e outro por ser representar a expectativa da pesquisa em questão.

3.3.1 Turismo de Base Comunitária

De acordo com Mintrand (2003), o turismo de base comunitária é definido como uma atividade que tem suas bases na integração com os rumos do desenvolvimento regional, na gestão comunitária do receptivo, na vivência e troca de saberes entre turistas e comunidades, na valorização cultural e ambiental e no amplo acesso aos benefícios do turismo.

Assim sendo, o turismo de base comunitária é a formatação ideal e uma das mais defendidos ao se falar em turismo em áreas tradicionais, pelo menos no que concerne o seu caráter de planejamento; quando pensada a introdução desse segmento, a nível de projeto, todos os elementos são basicamente contemplados, fato que pode ser mudado drasticamente com o manejo não eficiente do destino e da massificação da sua zona turística.

Seguindo essas diretrizes, o Turismo de Base Comunitária (TBC) prioriza as experiências comunitárias e a sua participação efetiva em todas as etapas da atividade o compartilhando valores característicos do etnodesenvolvimento, bem como os elementos básicos que impulsionam ao desenvolvimento local e singular das regiões e da comunidade.

Segundo Sampaio (2008), no Brasil, essa nova modalidade do turismo surge a partir do I Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL), realizado em São Paulo, em 1997, e somente aparece em discussões no Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado em Fortaleza, em 2003 (COSTA NOVO, 2011).

Apesar do surgimento e discussões do turismo de base terem emergido ainda na década de 1990, foi apenas em 2008 que o Ministério do Turismo (MTur) o reconheceu institucionalmente, o definido como:

[...] um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação, por parte dessas, dos benefícios advindos da atividade turística [...]. (BRASIL, 2008).

Já para de Ballesteros e Carrión (2007, p. 5)

El turismo comunitario es una forma de gestión del turismo que aúna três perspectivas fundamentales: una sensibilidad especial con el entorno natural y las particularidades culturales, la búsqueda de sostenibilidad integral (social y natural), y el control efectivo del negocio turístico por parte de las comunidades. Se trata, pues, de un modo de implementar el turismo que persigue equilibrar las dimensiones medioambientales y las culturales, con la particularidad de una gestión y organización anclada en las comunidades.

No que tange o entendimento de Henríquez, Mansur e Sampaio (2011, p. 27),

[...] O turismo comunitário, solidário e sustentável apresenta-se como estratégia de sobrevivência e comunicação social de conservação de modos de vida e preservação da biodiversidade, organizado associativamente em territórios, como arranjos socioprodutivo e político de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços.

Embora os fundamentos básicos desse nicho da atividade sejam facilmente percebidos na prática, não há consenso no campo das teorias a respeito do turismo de base comunitária. Nesse tocante, o MTur (BRASIL, 2010) traçou princípios recorrentes entre as diversas definições, sendo estas: a autogestão; o associativismo e cooperativismo; a democratização de oportunidades e benefícios; a centralidade da colaboração, parceria e participação; a valorização da cultura local e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.

Além do aspecto de fortalecimento da economia local, as premissas do turismo de base são também um modo de diálogo com os visitantes sobre a importância dos territórios tradicionais para a conservação ambiental e do respeito aos saberes ancestrais, ainda conservados nesses ambientes. Visitar comunidades que vivem de maneira sustentável há milênios nos leva a refletir e repensar nos nossos próprios caminhos tomados em relação a nós mesmos, a sociedade e ao meio ambiente.

No TBC buscam-se estratégias de desenvolvimento para comunidades, este desenvolvimento não é aquele voltado apenas à dimensão econômica, mas sim social.

Antônio Diegues (2002), ao explicar o sentido de comunidade, aponta que estas são possuidoras de culturas tradicionais sendo o padrão tradicional e o modo de vida critérios de fundamental importância para a definição de comunidade.

Comunidades são entendidas, neste fim, como grupos sociais que residem em pequeno espaço geográfico, cuja integração de pessoas entre si e dessas com o lugar é capaz de criar identidades muito fortes que tanto os habitantes como o lugar são identificados como comunidades (CORIOLANO, 2009).

Essas ditas comunidades são associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência do mercado já existente, mas não é total. Tais sociedades realizam formas peculiares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural, como também percepções e representações em relação ao mundo

natural marcadas pela ideia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos (DIEGUES, 2002, p. 83).

A noção seria a concepção de um turismo sustentável, onde a palavra-chave seria a ativa participação popular, de modo que a comunidade se sinta totalmente envolvida no processo, em que não se procure apenas o que o destino tem a oferecer, mas em somar com este para um dialético aproveitamento da atividade conduzindo-o a um fomento do turismo em caráter estratégico e eficiente nessas localidades.

3.3.2 Turismo de Experiência

Se no desdobramento do TBC o papel de protagonismo estava centrado nas comunidades em todas as etapas do processo, na denominação do turismo conhecida como turismo de experiência, esse papel de protagonista é também dividido com o visitante, uma vez que é este que tende a experimentar uma experiência totalmente destoante da sua realidade. Ele quer fazer parte da sua própria experiência, ser marcado intensamente pelo lugar, pelas paisagens, pelo convívio com as comunidades, e este abrangeria os cinco sentidos do turista (BRASIL, 2010; PANOSSO NETO, 2010).

Se analisarmos a fundo, a atividade turística em si, esta se dá como uma forma inerente de experiência, uma vez que uma de suas características fundantes está no fato do indivíduo, ausentar-se da sua zona comunal para visitar locais diferentes da sua rotina. Entretanto, a forma como esse destino é apresentado para o viajante deixa na maioria das vezes, uma margem de distanciamento da realidade local, o que se distorce do ideal do turismo de experiência em que a ideia é ter uma interação profunda com o meio e com as pessoas, além da assimilação de aspectos da cultura.

Nesse sentido, temos uma boa distinção trazida por Trigo (2010, p. 31), o qual explica que,

[...] precisa superar a banalidade, os aspectos triviais, estereotipados e convencionais e estruturar-se como uma experiência que nasça da riqueza pessoal do viajante em busca de momentos e lugares que enriqueçam sua história. Caso contrário, sobrarão a promessa não cumprida, a frustração, uma felicidade dúbia, contaminado pela incompreensão dos paradoxos e contradições inerentes ao nosso mundo.

E como bem ressalta Bonald Neto (1983, p. 83) “[...] a busca das diferenças num verdadeiro turismo em que o visitante é levado a procurar ver, viver e gozar os ambientes naturais e especificamente os que compõem o acervo cultural da comunidade [...]”.

No turismo de experiência, o contato é importante para evidenciar a participação ativa do turista, motivado pela oferta de atividades, visando estimular os sentidos e proporcionar envolvimento emocional (PANOSSO NETTO, 2010; GUZMÁN; VIEIRA JÚNIOR; SANTOS, 2011).

Já de acordo com Guzmán, Vieira Júnior e Santos (2011), esse segmento tende a se aproximar de um novo tipo de consumo turístico relacionado às comunidades tradicionais, e ganham relevo os apelos mercadológicos para a experimentação de novos lugares, de sensações e diferenças culturais.

Grosso modo, o turismo de experiência fundamenta-se na ideia dos visitantes em experimentar, vivenciar e participar das práticas locais absorvendo com isso, novas vivências e aprendizados. Quando não há envolvimento ou a imersão nos lugares visitados, distancia-se do conceito de experiência e passa a configurar-se o conceito de vivência (SOUSA, 2010).

Assim sendo, o Turismo de Experiência tem em seu caráter conceitual:

O turismo de experiência é um nicho de mercado que apresenta uma nova forma de fazer turismo, onde existe interação real com o espaço visitado, mesmo que não seja o ideal, é o real e é o que o turista está em busca. Esta prática turística está relacionada com as aspirações do homem moderno, cada vez mais conectado e em busca de experiências que façam sentido. É uma maneira de atingir o consumidor de forma mais emocional, por meio de experiências que geralmente são organizadas para aquele fim. A ideia é estimular vivências e o engajamento em comunidades locais que geram aprendizados significativos e memoráveis. (SEBRAE, 2015, p. 8).

Esse nicho, como designou o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), começou a ter maior amplitude no Brasil a partir de 2006, quando a entidade juntamente ao Ministério do Turismo, lançou o projeto Tour da Experiência, com o objetivo de desenvolver destinos vocacionados ao objetivo do projeto, influenciando a valorização dos empreendimentos que apresentam produtos diferenciados e que estariam alinhados com os conceitos da economia da experiência. Tal projeto começou no Rio Grande do Sul, na região da uva e do vinho, e se expandiu para Petrópolis, Belém e Bonito.

Partindo desse entendimento, podemos inferir que o turismo de experiência não é um segmento do turismo, mas uma estratégia de marketing que pode ser aplicada ou alinhada com todos os segmentos turísticos.

Turismo de Experiência, segundo o Plano Estadual de Educação (PEE, 2010), é o termo mercadologicamente utilizado na atualidade para descrever uma forma de desenvolver produtos turísticos, inserindo o turista como protagonista de sua própria viagem. Logo, esse nicho da atividade busca proporcionar ao visitante, acontecimentos únicos e marcantes durante

sua viagem, por meio de ofertas inovadoras (elementos e atrativos turísticos) que compensam toda a viagem (PEZZI, 2013).

Para Tuan (2013, p. 167), ao ficarmos uma relação de conhecimento com um espaço indiferente, este deixaria de ser algo abstrato e se tornaria algo valoroso, pois “[...] O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado [...]”.

De acordo com Benjamin (1989, p. 105), “[...] a experiência é um fato da tradição, tanto na vida privada quanto na coletiva. A experiência não consiste precisamente com acontecimentos fixados com exatidão na lembrança, e sim, em dados acumulados, frequentemente, de forma inconsciente, que afluem a memória”.

A tabela criada pelo SEBRAE (2015), explicita bem a contextualização de Pezzi (2013), ao demonstrar as diferenças entre os elementos ofertados nos dois eixos da atividade, integrando o modo que diferentes produtos e serviços podem ser ofertados em uma experiência, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 – As diferenças entre turismo tradicional e o turismo de experiência

Turismo tradicional	Turismo de experiência
Apresenta características funcionais	Tem foco na experiência do consumidor
É orientado pelo produto e pela concorrência	É orientado para oferecer experiências de forma integral e exclusiva
Entende que as decisões de consumo são racionais	O turista é visto como consumidor racional e emocional
As ferramentas utilizadas são quantitativas e verbais	As ferramentas são multidisciplinares e bastante variadas

Fonte: SEBRAE (2015)

O anseio pelo novo e agora a busca incessante pelo que é diferente das concepções uníssonas encontradas mundo afora, ganham novo contraste ao se falar em turismo de experiência; ao buscarmos a atividade turística sempre buscamos uma pausa da realidade, como refere Cohen (1974). Uma das características do turismo é conotar uma mudança de rotina, algo diferente, estranho, incomum, uma experiência não comumente presente na vida diária das pessoas, mas atualmente mais que isso buscamos imergir em experiências cada vez mais distintas da nossa rotina em caráter profundo e significativo, com interações reais dentro do contexto de vida dos lugares, situações e pessoas.

Maccannell (1976) assegura que os turistas desejam ir além do que normalmente lhes é mostrado. Não se satisfazem mais com o conhecimento de fachada, superficial, pois querem, também, participar dos bastidores e dos lugares que visitam.

Nesse intento pelas novas e profundas experiências, cruzamos pelos aspectos antropológicos do processo, uma vez que, pessoas e concepções de experiências são únicas e assim sendo, as formas de contemplá-las pelo visitante se tornam cada vez mais complexas devido às suas especificidades.

Para Schmitt (2002), uma experiência é um acontecimento individual que ocorre como resposta a algum estímulo e dura pela vida toda. Turner (1974) acredita ser um momento único, especial, extraordinário que ocorre durante vivências particulares, em diversas ocasiões da vida.

Pezzi (2013) acredita que um relevante viés pelo qual esse nicho norteia-se seria principalmente o envolvimento de elementos do marketing, voltados para o planejamento e fomentação da atividade. O autor considera que o marketing é uma área estratégica que deve estar orientada para o mercado, com objetivo de entender e atender as necessidades e desejos, melhor que a concorrência, criando engajamento dos clientes e consumidores através de uma proposta de valor percebido, gerando preferência e indicação.

Nesse contexto, encontramos um dos principais desejos dos visitantes em uma perspectiva de turismo de experiência, as quais seriam: as experiências memoráveis.

De acordo com essa pretensão do visitante, Cooper (2011, p. 22-23) analisa:

Bens são tangíveis e os serviços intangíveis, mas as experiências são memoráveis; bens são relacionáveis e serviços são sob comando e logo vivenciados, mas experiências desdobram-se ao longo do tempo, estocadas na memória; bens são padronizáveis e serviços são personalizáveis, mas experiências são pessoais.

Esse consumidor do turismo estaria mais emocional, em busca de algo que lhe despertasse sensações únicas e memoráveis, procurando uma maior interação com o cotidiano do local visitado, visando conhecer as comunidades residentes e nas trocas de informações, experiência e valores (SEBRAE, 2015). Ele quer fazer parte da sua própria experiência, ser marcado intensamente pelo lugar, pelas paisagens, pelo convívio com as comunidades, e este abrangeria os cinco sentidos do turista (BRASIL, 2010; PANOSSO NETO, 2010).

Assim sendo, na contramão das margens do desenvolvimento global, em que buscase fórmulas e paradigmas uníssonos para a busca do progresso, na temporalidade e com ascensão do ideal do desenvolvimento local, o anseio se torna que, ao nos afastarmos temporariamente da nossa rotina, se tenha experiências profundas e significativas e únicas,

experiências memoráveis que tornem-se, como afirma Krippendorf (2001), uma espécie de escapismo, de fuga do cotidiano e até de si mesmo, mas que além disso, representem como ressaltam Goldner, Ritchie e McIntosh (2002), interações entre visitantes e visitados proporcionando um maior conhecimento entre ambos, e que essas aproximações aumentariam o sentimento de estima e respeito mútuo.

Nesse sentido, a participação no cotidiano das comunidades pode também ser considerada uma experiência única para os turistas, pois este relacionaria o imaginário com o real (CASTRO, 2002), contribuindo com os intentos de valorização das comunidades tradicionais, conservação dos bens culturais e do manejo sustentável do território e meio ambiente.

No ideal da implementação de um turismo de experiência em áreas tradicionais, o ponto que merece atenção está na ideia da implementação de uma forma planejada e sustentável da atividade, visando a sua não descaracterização e não a tornando um elemento exclusivamente comercial gerada pelo e para o marketing, visando assim experiências excepcionais e memoráveis não apenas para o turista/visitante mas também para a comunidade que se beneficiaria desse processo tanto no contexto de intercâmbio de saberes e experiências, mas também no incremento do seu desenvolvimento local.

3.4 Arranjos Produtivos Locais e Turismo

Nos últimos anos, o desenvolvimento da globalização proporcionou muitas pesquisas que têm se concentrado na eficiência de aglomerações produtivas organizadas de forma determinado espaço geográfico.

O arranjo produtivo do turismo compreende os atrativos turísticos, o trade turístico, incluindo as atividades desenvolvidas por empresas pertencentes aos seguintes setores: hospedagem, serviços de alimentação, hotelaria e turismo turístico, comércio e serviços de apoio e comércio e serviços turísticos, comércio e serviço de suporte, bem como o comércio e serviços turísticos.

Outras organizações e instituições públicas, como escolas, centros de pesquisa e conselhos comunitários, ajudam a sustentar os Arranjos Produtos Locais (APLs) como uma forma estabelecida de agregação produtiva, este é intuito da pesquisa alvo da cooperação entre o CNPQ e a Universidade Federal do Maranhão, no que tange o projeto da Amazônia Legal e a segmentação de auxílio aos arranjos produtivos locais da baixada maranhense. Na perspectiva adotada, o turismo permite que um lugar se desenvolva de forma sustentável ao oferecer uma

alternativa de preservação cultural, sustentabilidade ambiental, combate à pobreza e promoção da qualidade de vida dos nativos (BARBOSA; ZAMBONI, 2000, p. 13).

A palavra *cluster* foi originalmente usada na língua inglesa para se referir a grupos de objetos semelhantes. Agora, também é usado como um termo acadêmico para descrever as economias territoriais de agentes econômicos que criam atividades semelhantes.

Hubert Schmitz definiu que empresas que trabalham cooperativamente estimulando uma maior competição em uma área geográfica e setorial por meio de mão de obra especializada. Isso resulta em maior eficiência como um todo e é representado pelo cluster como um todo (ALBAGLI; BRITO, 2003, p. 10). Diferentes nomes podem ser dados à aglomerações de áreas produtivas. Estes são baseados em fatores culturais, econômicos e sociais específicos encontrados na área. Estes também podem ocorrer em vários setores – como aqueles em rápido desenvolvimento econômico ou cultural – ou ser mais estabelecidos.

Porter (1999, p. 216) identifica diferentes concentrações produtivas em termos de tamanho, amplitude e estágio de desenvolvimento. Algumas empresas têm uma equipe de pequeno a médio porte, enquanto outras incluem empresas maiores com outras menores. Porter também observa que algumas concentrações produtivas envolvem setores mais especializados com suporte para outras instituições e setores. Alguns têm instituições e setores de apoio ainda mais amplos do que Porter descreve.

Segundo Cassiolato e Lastres (2002, p. 61), a teoria econômica convencional considerava a localização irrelevante para o sucesso dos negócios. Eles acreditavam que as empresas só poderiam ter sucesso se a administração se concentrasse exclusivamente no funcionamento interno de sua organização, independentemente de sua localização geográfica.

Com a capacidade de viajar muito mais longe e métodos de transporte mais limpos, os produtores puderam fornecer aos consumidores uma variedade maior de itens. Isso incluía roupas, pertences pessoais e especiarias. As peças eram produzidas em locais específicos da Europa por meio de feiras, ou mesmo nas casas das pessoas.

Amorim (1998, p. 24) afirma que essa forma particular de aglomeração produtiva é definida por um grande número de empresas – tipicamente pequenas ou médias empresas – operando em um clima de intensa cooperação dentro de uma área geográfica específica. Essas empresas também realizam parte do processo produtivo respeitando a autonomia administrativa de cada organização.

No Brasil, entre 1980 e 1990, a consciência social e econômica alimentou a discussão sobre a importância da concentração geográfica da atividade econômica para a

promoção do desenvolvimento sustentável em diversas regiões nacionais com condições subjacentes.

Há uma abordagem conceitual para o fenômeno da aglomeração produtiva no Brasil, o termo Arranjos Produtivos Locais (APL) desenvolvido pela Rede de Pesquisa em Sistemas Locais de Produção e Inovação (RedeSist), que propõe que o fenômeno internacional esteja vinculado às especificidades nacionais com os ajustes necessários para as variáveis determinantes. Sediada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a rede de pesquisa está oficialmente estabelecida desde 1997 com a participação de diversas universidades e instituições de pesquisa nacionais e internacionais.

Lemos (2004) afirma que os sistemas econômicos locais envolvem um conjunto de instituições vinculadas com foco em um setor econômico específico. Isso inclui instituições educacionais, associações, empresas, instituições financeiras e muito mais.

Além dessas instituições locais, existem agentes públicos e parceiros – como fornecedores e clientes – que atuam juntos em uma mesma localização geográfica.

Por representar um agregado de empresas que atuam nas diversas etapas constituintes do processo produtivo de uma determinada atividade econômica, um arranjo produtivo local pode constituir ou tornar-se parte de uma cadeia produtiva. Um produto ou serviço passa por uma cadeia produtiva quando está sendo produzido, entregue e utilizado por seus consumidores. Este processo envolve uma ampla gama de atividades, como a mineração de matérias-primas e a venda do produto acabado.

Existe uma forte ligação entre os APLs e as cadeias produtivas. Ambos envolvem muitos indivíduos trabalhando juntos para produzir um produto acabado. No entanto, a primeira envolve a cooperação entre muitas entidades públicas, empresas e escolas. Em comparação, as cadeias produtivas não envolvem nenhuma cooperação entre esses grupos.

Vários fatores são mencionados que podem contribuir para o nascimento de um *cluster*, mas os autores acreditam que os fatores mais importantes são: conveniência de localização física, infraestrutura adequada, recursos naturais disponíveis, qualificação profissional e iniciativa empreendedora.

Zaccarelli (2004, p. 197) propõe uma taxonomia das aglomerações produtivas com base nas características nacionais da concentração geográfica das firmas e utilizando a terminologia cluster, que considera dois tipos, o modelo *full cluster* e o modelo *cluster* simples, que podem ser analisados diretamente etapas de evolução de uma forma de agrupamento.

Um *cluster* completo que atingiu sua forma avançada e máxima competitividade apresenta os seguintes requisitos: alta concentração geográfica, presença de múltiplos tipos de

empresas e instituições de apoio, alta especialização da produção, bom aproveitamento de materiais reciclados ou subprodutos, grande cooperação entre empresas, debate acirrado, unificação do nível técnico e adaptação à cultura social das atividades grupais.

Em *clusters* simples e em estágio inicial de evolução, esses requisitos não são devidamente validados, constituindo-se em pontos-chave de melhoria para que os clusters produtivos se tornem.

No que diz respeito ao desenvolvimento do APL, ressalta-se que vários atores econômicos, sociais, financeiros e políticos desempenham um papel decisivo e dinâmico neste processo, desenvolvendo ações para promover o surgimento de empresas, fortalecer a cooperação, conectar e aprender. Caso contrário, o fato de a empresa poder declinar contribuirá muito para o declínio desse arranjo.

Segundo a definição proposta pela RedeSist, um arranjo produtivo local representa um conjunto de atores econômicos, políticos e sociais que realizam um conjunto específico de atividades produtivas no espaço geográfico, exibindo vínculos, mesmo incipientes (LAESTRES; CASSIOLATO, 2003, p. 21).

O foco nos arranjos produtivos locais constitui uma nova forma de pensar o desenvolvimento brasileiro a partir de uma política pública que não se limita a enfoques econômicos setoriais ou firmas isoladas, independentemente do contexto geográfico em que atuam.

Para Pretrocchi (2001, p. 37), é normal o enfoque nas aglomerações produtivas nas atividades turísticas, uma vez que constituem uma gama diversificada de serviços especializados que atendem às necessidades dos turistas, composta por diversas empresas que geralmente estão localizadas em uma área geográfica específica ou ambientes que oferecem atrativos nacionais, naturais, urbanos e culturais.

A descrição das componentes do APL turístico é uma representação gráfica constituída por zonas sombreadas que representam territórios demarcados que albergam no seu centro uma atração turística que por sua vez reúne em torno de si os diversos atores locais necessários, facilitados no contexto da Atividade de Viagens.

Territórios representam destinos turísticos que naturalmente constituem áreas turísticas, independentemente de limites oficiais que limitem cidades, estados ou mesmo países. Este deve ter as características geomorfológicas da área, os recursos turísticos existentes na área, a localização relativa ao mercado de distribuição, a dinâmica e localização dos principais fluxos turísticos e empreendimentos turísticos (PETROCCHI, 2001, p. 287).

Atrações turísticas são recursos que existem em uma região, geralmente por suas diferenças, que vão motivar as pessoas a viajarem. Ignarra (1999, p. 49) apresenta categorias de atrativos naturais e categorias de atrativos culturais, utilizando uma hierarquia desenvolvida pela empresa brasileira de turismo Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

A indústria do turismo é o foco deste estudo e representa um grupo de empresas organizadas na APL que fornecem uma variedade de serviços turísticos e de apoio para permitir que os viajantes desfrutem das atrações. No presente trabalho, esse componente dos arranjos produtivos locais do turismo é dividido em cinco componentes, a saber: hospedagem, alimentação e bebidas, transporte e turismo, negócios e serviços turísticos e negócios e serviços de apoio.

As organizações locais de apoio representam uma ampla gama de atores sociais da região que podem fornecer apoio direto e contínuo às atividades turísticas por meio de ações que promovem o bem-estar geral dos destinos turísticos. Por exemplo, podem ser citadas prefeituras, associações de classe, conselhos comunitários, etc. (BARBOSA; ZAMBONI, 2000, p. 14).

Uma organização de apoio “hiperlocal” é uma organização que, embora sediada fora do território, desenvolve e promove no seu contexto atividades destinadas à proteção ambiental, segurança local, formação empresarial e qualificação de trabalhadores, investigação e turismo. Por exemplo, existem: órgãos governamentais estaduais e federais, instituições de ensino e pesquisa, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e organizações do sistema "S" (SENAI, SEBRAE, SENAC, SENAR, SESI e SESC).

A cadeia produtiva do turismo é composta por diversos tipos de organizações que constituem arranjos produtivos locais, que em conjunto realizam atividades que idealizam, produzem e comercializam produtos turísticos para os consumidores finais, ou seja, turistas. Descrever a composição de um arranjo produtivo turístico cuja principal característica parece ser a concentração de diversos atores locais, em um mesmo espaço geográfico que, juntos, realizam ações concentradas dedicadas a explorar o potencial turístico do local.

Laestres e Cassiolato (2003, p. 22) argumentam que no Brasil existem tantos arranjos produtivos locais segundo a capacidade nacional permitir, pois o argumento da RedeSist é que onde quer que se concentre a produção de um bem ou serviço, sempre haverá Seu arranjo varia de forma APL mais simples até a mais complexa e explícita.

A compreensão da dinâmica dos arranjos produtivos locais e suas potencialidades e principais limitações deve focar nas especificidades locais de desenvolvimento das diferentes

atividades, bem como sua importância e papel na composição das cadeias produtivas e dos setores econômicos onde estão inseridas.

Como exemplo de casos de sucesso de APLs do turismo como uma alternativa para o desenvolvimento de regiões e como promotor de vantagens competitivas. Para aumentar um mercado de turismo mais competitivo, oito cidades se juntaram e passaram a ser observados como um APL de turismo na região de Alagoas (Paripueira, Barra de Santo Antônio, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Japaratinga, Maragogi e Porto Calvo), considerado um referencial de sucesso dentre os destinos nacionais de sol e mar (BRASIL *et al.*, 2006).

Com relação ao desenvolvimento regional, pode-se inferir que as empresas contribuem indiretamente para o desenvolvimento da região e da APL ao adotar medidas de crescimento da empresa, criação de mais empregos, melhores salários, impostos mais altos e melhor qualidade de vida para os funcionários. No entanto, são raras as ações socioambientais das empresas do APL (SACRAMENTO, 2010).

4 DAMÁSIO: arranjos produtivos e turismo

Inseridos na configuração de povos tradicionais e como recorte em nossa pesquisa, estudaremos uma comunidade de remanescentes quilombolas; dentro dos marcos conceituais, podemos considerar, segundo o art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, como sendo uma comunidade quilombola: “[...] remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.” (BRASIL, 2003).

Como já referimos anteriormente, são, de modo geral, comunidades oriundas daquelas que resistiram à brutalidade do regime escravocrata e se rebelaram frente à quem acreditava serem eles sua propriedade. Envolto nos novos paradigmas de afirmação e proteção dos direitos civis e de propriedade dos povos tradicionais e as novas formas de ver e entender o patrimônio, passou a ser direito legal dessas populações descendentes da nação escravizada do país o tombamento e domínio sobre “suas” terras ,através da resolução do tombamento presente no artigo 216 da Constituição Federal de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...] § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL, 1988).

O que podemos observar é que o direito da posse e legitimação dos direitos civis e da propriedade de suas terras busca dar conta de uma realidade extremamente complexa e diversa, que implica na valorização dessas comunidades e no reconhecimento da dívida histórica da sociedade brasileira para eles, mas que sem a autonomia política e econômica dessas regiões, passam a ser apenas um conceito político-jurídico vazio utilizado para dar uma resposta a um passado vergonhoso que continua a não dar um caráter cidadão e independente à esses remanescentes.

As comunidades quilombolas, mesmo aquelas que já se apresentam certificadas pela Fundação Cultural Palmares (instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira), são conhecidas e se autodefine de variadas maneiras tais como: terras de preto, terras de santo, comunidade negra rural ou, ainda, pelo nome da própria comunidade.

4.1 Damásio: Passado, Presente e Perspectivas

Nesse contexto de curiosidade e distanciamento, envolta pelas suas histórias e memórias de um passado vinculado a escravidão e resistência encontramos a comunidade remanescente quilombola de Damásio, situada na cidade de Guimarães no Maranhão.

A comunidade é uma das mais antigas regiões remanescentes quilombolas reconhecidas do estado, e figura no ascendente patamar de utilização sustentável do seu território no seus caracteres social, ambiental e mercadológico.

Aproveitando-se desse novo viés de interesse e curiosidade oriundos dos atuais discursos simbólicos da história negra e quilombola, a comunidade vem adotando como perspectiva de desenvolvimento econômico, o turismo voltado a experiência e as vivências, utilizando para isso, de algo que lhes já é abundante por natureza: sua história, suas memórias, seus saberes além de seu belo território.

Damásio, apesar de se configurar como uma das mais antigas comunidades remanescentes do estado, não possui substancial referencial bibliográfico sobre sua história e domínio das suas terras. Isso ocorre, prioritariamente, devido às dificuldades em se encontrar documentações contemporâneas a essas comunidades (tidas no período, como não dignos de uma historicidade), bem como à um incêndio ocorrido na cidade de Guimarães (cidade sede) na década de 1980, tendo assim sua história e suas memórias repassadas de geração em geração a partir da memória e oralidade dos mais antigos da região, como pode ser visto na Figura 2.

Figura 2 - Pesquisadora fazendo entrevistas com os mais antigos da região



Fonte: Autora (2022)

Dentro de sua rotina cotidiana, os moradores desenvolveram formas próprias de convivência com o meio ambiente em que estão inseridos, extraindo e consumindo os recursos

naturais de forma sustentável. A sobrevivência se dá principalmente pela pesca, da agricultura familiar - através do plantio de mandioca e produção de farinha- e mais recentemente de alguns programas sociais enquanto políticas públicas. Na sua contabilização mais recente, feita por Avelar (2021), a comunidade conta com 224 indivíduos, estes distribuídos em 108 famílias, sendo 36 idosos, 37 jovens, 101 adultos e 50 crianças.

A configuração espacial da comunidade remete à década de 1960, quando chegou ao quilombo uma expedição de padres canadenses com a missão de “organizar” o povoado e implantar de forma mais sistemática o catolicismo. A princípio, os padres ajudaram os moradores a construir casas de 22 adobe (blocos feitos de barro sem aquecimento em fornos) e juntaram as casas em um terreno de aproximadamente 500 m², onde foram construídas 10 casas no primeiro conjunto e mais 14 na etapa seguinte.

O primeiro conjunto de casas da região foi inaugurado em 1969. Assim, esses 10 moradores receberam as chaves das casas, inseridos num novo modelo de organização espacial, com a comunidade elegendo um presidente para orquestrar tudo que aconteceria dentro e em torno dela e uma junta de pessoas que auxiliavam o seu comando. Esse sistema tem vigência até hoje em Damásio, que é vista como modelo de comunidade organizada pelas demais ao seu redor, conforme pode ser melhor observado na Figura 3.

Figura 3 - Comparação entre a cidade velha e a cidade nova



Fonte: Página do Instragram Quilombo Damásio (2022)

4.1.1 Território e Geografia

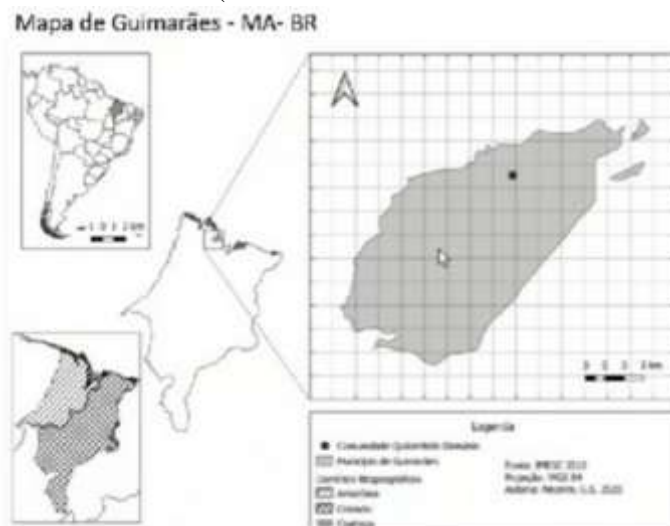
Como mencionado anteriormente, a maioria dos remanescentes quilombolas no Brasil não ocupa as regiões habitadas por seus ancestrais escravizados. Isso ocorre principalmente por estes territórios serem alvos de disputas violentas por parte de grandes latifundiários, ou por serem regiões fundamentais para as visões de progresso e desenvolvimento do país, que levaram a expropriação dessas terras dos seus antigos residentes.

No entanto, algumas dessas áreas são terras doadas, entregues ou adquiridas, com ou sem formalização jurídica, às famílias de escravos a partir da desagregação das grandes propriedades.

Quanto à formação do seu território, Avelar (2021) relata que surgimento do quilombo de Damásio, configura-se enquanto terras doadas pelo então proprietário, Manoel Martins da Silva, à três mulheres negras que trabalhavam em regime de escravidão por volta do século XIX, Angola, Crioula e Joaquina, que receberam as terras, antes conhecida como “Fazenda Calhau”, as quais foram sendo passadas para seus filhos e netos, num sistema que a literatura convencionou chamar de “terras de uso comum” (Almeida, 2006, entre outros).

Essa concepção de origem do povoado, apesar de pouco comprovada pela historiografia oficial, é a versão difundida e repassada através das memórias e oralidade de geração em geração. A comunidade de Damásio foi fundada juridicamente em 1969, sendo a primeira no Maranhão a ser reconhecida de origem quilombola. Possui uma área total aproximada de 10.600 hectares, estando localizada no município de Guimarães, na Baixada Maranhense, a 70 km da capital, São Luís, conforme Figura 4.

Figura 4 - Guimarães (cidade satélite da comunidade de Damásio)



Fonte: Avelar (2021)

Segundo Almeida (1989), a territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existentes.

Nesse sentido, podemos então conceber Damásio como um território, pois se configura para os seus moradores como a terra a partir da qual se produz um vínculo e um sentido de história e memória.

Quanto a sua geografia, o quilombo de Damásio pertence ao município de Guimarães no estado do Maranhão, com localização a uma latitude 02°07'59" sul e a uma longitude 44°36'04" oeste, a uma altitude de 41 metros. Sua população é de 224 habitantes, tendo as origens de sua colonização iniciada ao final do século XVI, quando foi construído um forte na Baía de Cumã para vigiar o possível movimento de invasores em direção a Alcântara ou São Luís.

4.1.2 Educação e Política

Era um cenário previsível já na realidade do povoado que as crianças, ao terminarem o ensino fundamental, tivessem que viajar ao município sede (Guimarães) ou à outras cidades próximas para dar continuidade aos seus estudos. Como uma reivindicação antiga, a comunidade de Damásio hoje conta com duas escolas, uma para os anos iniciais da formação infantil e educação fundamental (escola municipal Manoel Martins), e uma recentemente inaugurada (2019) dirigida para o ensino médio e profissionalizante dos jovens.

A instituição trata-se de uma escola com selo quilombola que faz parte do projeto Escola Digna do governo estadual e conta com vínculos e currículos voltados à história, cultura e religião ligada às comunidades negras.

Já em relação a gestão política, esta é feita através de um conselho comunitário liderado por um presidente e uma diretoria eleita a cada quatro anos. Este conselho é escolhido dentro do grupo que trabalha ativamente na associação, a entidade intitulada "Terra de Preto". A referida instituição é formada por todo e qualquer morador que tenha interesse em participar ativamente dos debates do quilombo e tem como objetivo planejar e implementar as melhorias necessárias na saúde, educação e regras de convivência, sociabilidade e economia dentro da região.

Figura 5 - Reuniões em Centro Comunitário de Damásio



Fonte: Autora (2022)

As regras de convivência criadas a partir da opinião grupal incluem a marcação de dias para festejos, encontros, dias de trabalho comunitário e incluem também o respeito ao meio ambiente como questão prioritária no território.

4.1.3 Religião e Festividades

Na pesquisa de campo, pudemos observar que a religião oficial da comunidade é a religião católica, contando com pouquíssimos moradores instituídos na fé protestante e apenas quatro pessoas que praticam as religiões de matrizes africanas. Nesses poucos casos, o fiel tem que deslocar-se para comunidades vizinhas, visto que dentro da comunidade não encontramos nem um local destinado a esses cultos.

Segundo Santos (2013), no tocante às práticas religiosas, já existiram na comunidade dois terreiros de culto afro. Não existem igrejas protestantes, apenas uma capela da igreja católica onde o padre da paróquia de Guimarães celebra as missas em semanas alternadas. Essas celebrações se dão em média de 15 em 15 dias ou quando solicitados com bastante antecedência pelos párocos, uma vez que há poucos padres atuantes na região de Guimarães.

A santa padroeira da comunidade de Damásio é a Nossa Senhora da Assunção, comemorada todos os anos no mês de agosto em um grandioso festejo religioso que antecede uma grande festa da cidade. Tal fato se dá pela necessidade dos moradores em não misturar festas sagradas com as pagãs, como é categorizada a celebração do aniversário de “emancipação” do quilombo, visto que nesta situação há grande quantidade de bebidas, danças e músicas não religiosas, conforme está retratado na Figura 6.

Figura 6 - Folder de divulgação do Festejo Nossa Senhora da Assunção



Fonte: Comunidade de Damásio (2022)

Relativo às práticas culturais e festivas que ocorrem em Damásio, a mais significativa é a comemoração do aniversário da comunidade, realizada todos os anos no mês de agosto, onde moradores, familiares que moram em outras cidades, visitantes de Guimarães e principalmente os povoados vizinhos são convidados a participarem. A festa dura em média uma semana com variadas gamas de atrações e nessa ocasião que acontece algo significativo dentro do contexto das comunidades tradicionais da região, que são as chamadas trocas de visitas - onde povoados comparecem a festas religiosas e pagãs em troca de outras visitas em períodos festivos quando estes as organizam. Um ponto importante nessas trocas de visitas, além das sociabilidades, é o interesse em ajudar o outro povoado economicamente, assim fazendo comprando seus produtos e consumido de forma significativa nessas festas, cujo exemplo pode ser observado na Figura 7.

Figura 7 - Radiola Pérola Negra Triton



Fonte: Tereza Lobato (2022)

Dentro do contexto dessas festividades, ou mesmo no dia a dia da localidade, o que nos chama atenção são as “festas de radiolas”. O que se configura como principal atrativo desses eventos são grandes estruturas de som que migram de povoado em povoado fazendo as festas nas localidades. Estas podem ser estruturadas ao ar livre, ou como é mais comum no povoado: dentro da sede comunitária com pagamento de porta voltado aos custos e manutenção do mesmo. No ano de 2022, a comunidade de Damásio comemorou os seus 53 anos do que eles costumam designar como sua emancipação como território, o que é celebrado por todos com muito e alegria, conforme Figura 8.

Figura 8 - Folder de divulgação do aniversário da comunidade de Damásio



Fonte: Comunidade de Damásio (2022)

4.1.4 Questões sanitárias, Saúde básica e Produção Agrícola

Os remanescentes de Damásio contam com um eficiente acesso à água que é obtida através de poços artesianos e um escoamento de esgoto já bem desenvolvido na região. O oferecimento de recursos elétricos também é de grande qualidade, apesar da iluminação pública ainda ser bem escassa em algumas áreas da localidade.

Já quanto à saúde básica, está ainda é considerada pelos moradores como ineficiente, uma vez que, na comunidade, encontra-se um único posto de saúde, o qual atualmente é apoiado por apenas uma técnica de enfermagem que deve atender a toda comunidade, o que termina a acontecer apenas em casos de perturbações de saúde leves.

Esse fato, além de ser contraproducente para a comunidade local, também representa um entrave na perspectiva turística, uma vez que os visitantes correriam graves riscos ao sofrerem algum tipo de acidente na área.

Outro relato de descontentamento na comunidade é o fato deste posto de saúde ser fechado durante o último trimestre do ano, uma vez que os serviços da técnica de enfermagem local são dispensados devido ao fechamento das contas públicas, o que acarreta uma maior precariedade da saúde nesse período.

Figura 9 - Etapa da vacinação contra COVID-19 no quilombo de Damásio.



Fonte: Comunidade de Damásio (2022)

Na figura acima, vemos profissionais de saúde de Guimarães participando da primeira etapa da vacinação contra COVID-19 em Damásio. De acordo com as leis dos povos

tradicionais, estes têm prioridade em questões de saúde em casos de pandemias bem como na sua imunização.

No que concerne à produção agrícola, podemos perceber que a vinculação e o simbolismo envoltos em relação ao meio ambiente e a terra é muito significativo no tocante dos povos tradicionais, o que não é destoante dentro da região remanescente de Damásio, onde o povo percebe a terra para além do meio de seu sustento, mas também o que lhes agregam a ideia de grupo e lhes conferem identidade. Santos (2013) já explicita bem essa relação ao pontuar que a terra significa a produção e a reprodução da vida em família, pois dela se tira o seu sustento. Gomes (2009, p. 325), por sua vez, reforça que,

[...] pelo trabalho na terra ficam asseguradas a sobrevivência da família e a reprodução do patrimônio, que possibilita a continuidade das gerações futuras, a honra e a formação do caráter dos filhos. O saber fazer do camponês é um aprendizado para toda a vida, é o bem que garante a certeza de uma vida sem privações [...].

Atualmente, a agricultura de subsistência praticada em Damásio envolve o cultivo da mandioca, do milho, arroz, feijão, além de frutas como laranja, banana, melancia, que às vezes é comercializada no município, ou em cidades vizinhas, além de associações com a prefeitura que compra parte da produção para oferecimento de cestas básicas para a população carente e de vulnerabilidade do município, bem como para oferta da merenda escolar nas escolas.

Além da produção agrícola, conta-se também com a prática da caça, da pesca, criação de animais e a produção da farinha de mandioca em grande escala, contando inclusive com casa de farinha própria, conforme pode ser observado na Figura 10.

Figura 10 - Moradores voltando das atividades laborais da comunidade



Fonte: Página do Instagram Quilombo Damásio (2022)

4.1.5 Sociabilização e Aspectos Sociais

Buscar as bases de sustentação de um grupo em esferas sociais, culturais ou econômicas não é uma proposta recente dentro da atividade acadêmica, no entanto, pode se tornar errôneo ao não abranger o restante que forma a complexidade dessas várias relações existentes.

De acordo com Santos (2013), o caráter de autorreconhecimento dos quilombolas de Damásio é visível, pois em sua maioria relatam a história do passado de formação da sua comunidade e, de certo modo, estão ligados à herança da situação escrava o que podemos encontrar na história de Damásio.

Na experiência empírica dentro da localidade, percebeu-se que o ponto chave para o desenvolvimento comunitário da região se dá, principalmente, devido à ativa participação dos atores sociais na elaboração do planejamento e implementação das estratégias pensadas dentro na região, funções estas herdadas quase sempre dentro das famílias, as quais incorporam nas suas vivências ações e iniciativas voltadas à fomentação e desenvolvimento locais em âmbito global, que superam a mais comumente visão setorial e estritamente econômica.

Os aspectos de cidadania, fundada em valores e vínculos de parceria, integração e cooperação mútuas dos vários setores da comunidade de Damásio, é bem articulada em critérios comunitários, tanto no que tange a gestão formal da comunidade como na propagação de seus saberes ancestrais e sua produção local, tendo na população jovem as bases principais das suas lideranças; tal ideia de coletividade na região gera possibilidades ainda mais amplas de bem-estar e desenvolvimento social e econômico dentro da região.

Tais laços, apesar de bem explícitos em Damásio, são aspectos comuns nas demais comunidades remanescentes, como demonstra Monte Alto (2012, p. 57),

Não se espera, portanto, que as comunidades tradicionais permaneçam “estáticas” no tempo. A vida é dinâmica, assim como o é a cultura. Entretanto, como ressalta Carlos Rodrigues Brandão (2004), alguns valores como a solidariedade, a afetividade e a cumplicidade são marcantes na vida dos povos que vivem no campo, e esses são valores humanos que merecem ser preservados, compartilhados e espalhados para outros setores da sociedade.

As formas de sociabilidade e cidadania encontradas na conjuntura social de Damásio remontam a ideia de uma sustentabilidade social e, até porque não dizer, ideal para uma sociedade contemporânea que vive na ideal dual bipartida entre progresso/desenvolvimento e o uso racional dos recursos naturais, ambientais e até porque não dizer humano.

Como conduz Leff (2001, p. 31), que nos traz que “[...] o princípio da sustentabilidade surge como uma resposta a fratura da razão modernizadora e como uma condição para construir uma nova racionalidade produtiva, fundada no potencial ecológico e em novos sentidos de civilização a partir da diversidade cultural do gênero humano [...]”, é clara a aproximação da ideia de sustentabilidade à da economia, a fim de que andem em conjunto.

Baseada em princípios de cooperação e coletividade, a ideia principal é que todos trabalhem e se beneficiem do fruto desse trabalho, sem colocar em risco algo que para essa comunidade é primordial: a proteção da natureza e da matéria prima que estes retiram dela. A lógica produtiva dessas comunidades não baseia-se na acumulação e no lucro, mas no uso racional dos recursos, os quais garantem a eles não só um retorno financeiro, mas um retorno maior em qualidade de vida, vida esta que está diretamente relacionada à sua identificação ao solo. Essa relação simbiótica em relação à terra e à natureza garante uma ideia de sustentabilidade tanto social quanto ambiental que impede que a racionalidade capitalista, tão normal a nós, não perpassa às ideias, valores, usos e costumes nessas comunidades tradicionais, denotando ainda mais a ideia de curiosidade e interesse por elas e suas visões de mundo.

4.2 Damásio: Arranjos Produtivos, Desenvolvimento comunitário e Turismo

Dentro desta secção, procuraremos conhecer e desdobrar os arranjos produtivos já encontrados na comunidade remanescente quilombola de Damásio, fazendo uma relação com sua perspectiva em relação ao desenvolvimento local/comunitário da região e relacionando com a atividade turística já realizada no local.

O novo paradigma da sustentabilidade baseia-se na interação e integração, propondo uma nova visão na forma de olhar e transformar o mundo (ALMEIDA 2002).

Os arranjos produtivos em Damásio são sem dúvida o principal viés de desenvolvimento comunitário na região, focando prioritariamente nas casas de farinha, que são os sistemas produtivos mais antigos, bem desenvolvidos e mais prósperos da região. Como bem salienta Calheiros (2010), esse tipo de estratégia propicia o desenvolvimento sustentável e especificamente no agronegócio tem uma importância significativa na questão da cultura e dinâmica da gestão das micro e pequenas unidades da cadeia produtiva.

Essas estratégias de aglomeração produtiva e financeira feitas na região pelos próprios moradores e donos da propriedade, conduzem a utilização mais racional dos seus recursos naturais, evitando grandes impactos ambientais, levando em consideração a ideia de

melhores condições de vida para a comunidade como um todo, deixando de ser como em outras realidades. Mais que uma estratégia meramente de mercado e de marketing, torna-se uma filosofia de vida, algo que remete muito à cultura e ao modo de ver e viver das comunidades tradicionais. Assim sendo, afirma-se que “[...] a questão de incorporar a sustentabilidade ambiental ao processo de desenvolvimento passa pelo processo de valorizar o ambiente como materialidade social que participa nas relações de produções [...]” (RODRIGUEZ; SILVA, 2010, p. 79-80).

O ponto significativo de compartilharem um território e um ambiente institucional comum, além de critérios políticos que definem as atividades laborais e as regras que instabilizam o “fazer e o dividir” dentro da tessitura social, são critérios importantes que auxiliam no bom desenvolvimento desses sistemas produtivos. Estes são organizados mesmo que em um aspecto não formal, e são entendidos como uma governança local que correlaciona vários atores nas suas mais diversas funções dentro do arranjo produtivo.

Nesse sentido, a utilização desses arranjos produtivos na inserção de uma perspectiva de experiência turística tem o intuito principal de promover ainda mais desenvolvimento econômico local na região utilizando-se dois pontos fortes da comunidade, seus saberes e modos de fazer (representados aqui pelas APL’S) e a sua inegável vocação ao turismo de experiência, dadas sua história, cultura e bens naturais belíssimos lá encontrados.

Nesse tocante, o nosso papel reflete-se em utilizar do conhecimento técnico e científico para subsidiar mecanismos eficientes para que todo o processo seja realizado de forma a gerar um menor impacto possível dentro contexto social e de conservação ambiental.

Como explicitam Nelson e Winter (2005, p. 538), os estudos e as análises técnico-científicos dos fenômenos fazem parte do processo pelo qual se define o interesse público que orienta as políticas de apoio, em síntese, “[...] os estudos ajudam a definir um interesse público [...]”.

Este é outro local de fala em quem deveria ter a soberania seriam as comunidades tradicionais, mas como na maioria dos casos da historiografia oficial, suas vozes são silenciadas, cabendo a nós como academia buscar torná-los um “interesse público” e de “conhecimento geral”, para estes venham a ocupar lugares de fala e de ações que já deviam ser seus por direito originalmente. Por conseguinte, ao relacionar-se a questão econômica e as comunidades tradicionais, remete-se à possibilidade de proporcionar o encontro do saber científico e do saber tradicional, o que possibilita a abertura do caminho para o desenvolvimento sustentável.

No contexto, os Arranjos Produtivos Locais (APLs) em áreas tradicionais surgem como estratégias para o desenvolvimento local por meio de um conjunto de variáveis, presentes em graus diferentes de intensidades.

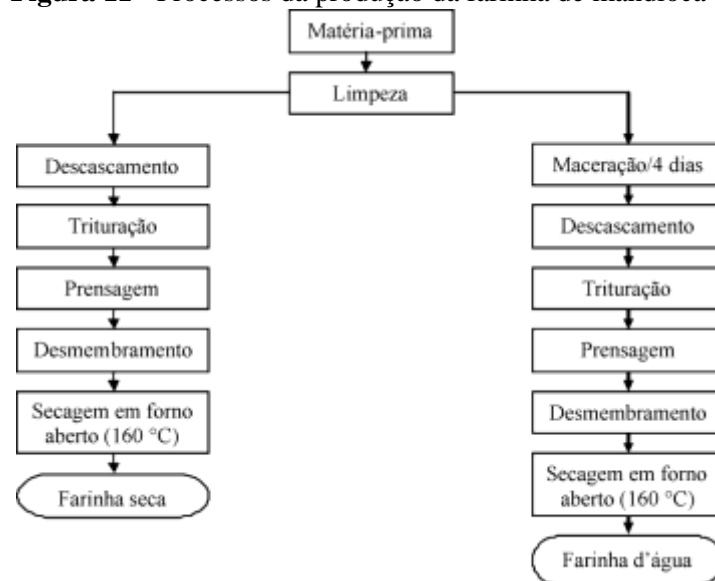
Para Diegues (2005), as comunidades tradicionais referem-se a uma organização econômica e social em que os produtores se envolvem em atividades econômicas de pequena escala, como extrativismo, agricultura, artesanato e conhecimento dos recursos e serviços naturais, seus ciclos biológicos e hábitos alimentares.

A cultura das comunidades tradicionais está relacionada ao seu trabalho e territórios. Portanto, as identidades étnicas e culturais dos indivíduos devem ser consideradas ao tratar do desenvolvimento dessas comunidades, priorizando a expansão dos limites produtivos e agrícolas e evitando sua subjugação (ZAMBAM; KUJAWA, 2017).

Dentro dessa contextualização podemos perceber que as atividades ligadas à terra e produção agrícola são as maiores expressões de sistemas produtivos dentro de áreas tradicionais, o que não se modifica na comunidade remanescente de Damásio, que tem em 3 pilares principais seus arranjos produtivos: a casa de farinha, a produção de juçara, e a mais recente, a Horta comunitária.

a) APL Casa de Farinha

Figura 11 - Processos da produção da farinha de mandioca



Fonte: Renan Campos Chisté (2022)

A Figura 11 exemplifica os processos para fabricação de farinha de mandioca, dentro desse contexto produtivo da Casa de Farinha. A primeira etapa se dá ainda na

constituição do plantio na lavoura da própria mandioca, sendo muito comum que a maioria das famílias da região tenham em seu “pedaço de roça” um plantio substancial de mandioca, uma vez que este representa o produto mais procurado e de melhor escoamento da região.

Após a colheita, a macaxeira é descascada e colocada de molho dentro de grandes caixas d' água. Logo após o período de maturação, a macaxeira é triturada até que vire uma massa o mais possível homogênea, conforme Figura 12.

Figura 12 – Etapas do processo de produção de farinha



Fonte: Autora (2022)

Devido ao caráter solúvel do Ácido Cianídrico (HCN), no processo da lavagem boa parte deste é levado e retirado através da prensa ou extração do Tucupi, como pode ser observado na Figura 13.

Figura 13 – Extração do Tucupi



Fonte: Autora (2022)

Após esses processos, a massa já seca vai para o processo de peneiração e “escaldamento”. Neste momento da produção, o restante de Ácido Cianídrico (HCN), possivelmente presente no alimento, é volatilizado, sendo dissipado no ar. Ao final desse processo, a farinha ganha o aspecto comumente conhecido por nós, de aspecto amarelo, branco e torrado, como pode ser visto na Figura 14.

Figura 14 – Torra da farinha



Fonte: Autora (2022)

Mais importante que a dinâmica de produção da farinha é a contextualização desse sistema produtivo dentro da comunidade, a qual é adepta de terras comunais, ou seja, a ideia de que a terra é de todos e que seus frutos também correspondem a certo desdobramento de todos os moradores, portanto, a ideia de ajuda comunal também é desenvolvida.

Como já foi dito, a maioria das famílias da comunidade contam com plantação de macaxeira nas suas áreas de roçado, logo, todos produzem a farinha, seja em pequenas quantidades e para uso restrito às famílias, seja em maior quantidade para comercialização. Como a casa de farinha também é de uso comunal, a utilização dela é decidida nas reuniões semanais dos moradores.

Outro ponto significativo é que durante as segundas-feiras – considerado o “Dia do Trabalho”, o qual é voltado ao trabalho na comunidade – todos trabalham na produção da farinha de um membro da comunidade, que dá uma parte simbólica da sua produção à comunidade em meio à doação do centro comunitário. Embora essa regra seja para os dias de trabalho coletivo, o mais comum é vermos grupos trabalhando voluntariamente na produção dos amigos que retribuem a mesma gentileza nas “suas vezes”.

Como já foi remetido, a associação produtiva na produção de farinha é a melhor desenvolvida na região de Damásio, dada principalmente pelo seu caráter mais antigo e de

origens de subsistência do produto. Outro ponto benéfico dessa maior adequação é a maior facilidade de venda do produto, dada a grande procura na região por ser considerada de grande qualidade.

b) APL Produção da Juçara

Figura 15 – Processo de produção da Juçara



Fonte: Autora (2022)

O processo de produção da Juçara, conforme observado na Figura 15, divide-se da seguinte forma:

a) a semente é germinada e depois plantada no campo

A semente da Juçara é plantada em uma área destinada para o processo de germinação - o que ocorre no período de 30 ou 45 dias. Após esse período, a semente germinada ainda é guardada por pelo menos mais um mês até o plantio de fato. Passado esse tempo, a semente é cultivada no campo, e leva em média 7 anos para crescer e gerar os primeiros cachos tendo diversas variações tais como roxo, branco, espada, chumbinho e outros, sendo que as mais cultivadas em áreas maranhenses a Juçara roxo ou preto, conforme Figura 16.

Figura 16 – Frutos da Juçara



Fonte: Autora (2022)

b) Transporte

Após a colheita, os frutos são levados ao local onde passarão por um processo mais detalhado de lavagem e separação, cujo processo pode ser observado na Figura 17, a seguir.

Figura 17 – Lavagem e separação da Juçara



Fonte: Autora (2022)

c) Lavagem

Os frutos são lavados em tanques com água clorada (um processo que leva por volta de 30 minutos) e, depois, são peneirados. Em seguida, ocorre uma nova lavagem, que serve especificamente para a retirada do cloro. Por fim, é armazenado em um outro tanque de água, onde aguarda até o processo de despulpamento e congelamento, como pode ser visualizado na Figura 18.

Figura 18 – Despolpamento e congelamento da Juçara



Fonte: Autora (2022)

d) Despolpamento e congelamento da Juçara

Figura 19 – Armazenagem para congelamento da Juçara



Fonte: Autora (2022)

Após a lavagem, os frutos são encaminhados para uma máquina "despolpadeira" que serve para separar a polpa das sementes com mais rapidez. Em seguida, a polpa é encaminhada para os setores de embalagem e congelamento.

Depois de todo esse processo, a Juçara está pronta para ser distribuída e vendida e pode ser também obtido o pó da fruta para diferentes fins (produção de cosméticos ou diferentes alimentos).

O mais recente sistema produtivo gerido na comunidade de Damásio é o da Horta Comunitária. Tal empreendimento surgiu no segundo semestre de 2022 com o intuito de criar uma produção que, além da subsistência das famílias locais, servisse também para a comercialização, conforme pode ser melhor observado na Figura 20.

Figura 20 – Horta Comunitária



Fonte: Autora (2022)

Até o presente momento, um pequeno grupo de 10 mulheres é responsável pelo desenvolvimento desse sistema produtivo ainda em incubação. Uma das reclamações do grupo em relação a fomentação da horta comunitária é à respeito da grande distância da área da cidade com o espaço de produção, a qual, segundo eles, dificulta a ida diária para cuidados da terra e para regar as mudas. Dentre as hortaliças cultivadas na horta comunitária estão o alface e o cheiro verde.

4.3 Damásio: Turismo de Base Comunitária e fomentação de um turismo de experiência

Já aqui buscaremos descrever e analisar as formas de atividade turística já implementadas pela população de Damásio, que até o presente momento é baseada em um segmento de turismo de base comunitário, engradando para o estudo da possibilidade da fomentação eficaz de um eixo de um turismo de experiência na região.

Um modelo de gestão baseado no turismo comunitário é uma forma de garantir que as comunidades tradicionais tenham protagonismo no planejamento de eventos. Essa perspectiva se expressa territorialmente, pois o turismo tradicional oferece espaços regulamentados para turistas e residentes, enquanto o turismo comunitário e de base

comunitária oferece espaços utilizáveis que transformam experiências autênticas e históricas em espaços de encontro (SAMPAIO; CORIOLANO, 2009).

Scocuglia (2004) destaca que um dos fatores que impulsiona a preservação do patrimônio cultural e natural é a intervenção com o objetivo de desenvolver o turismo em algumas comunidades quilombolas, alterando o perfil econômico da cultura local.

Para conseguirmos vislumbrar a ideia de uma experiência turística dentro de uma comunidade tradicional, é necessário conhecer alguns casos que deram certo e a ideia de implantar arranjos produtivos locais e turismo em diferentes lugares do país. Como foi o caso do Quilombo do Campinho da Independência, localizado em Paraty, no Rio de Janeiro. Foi o primeiro quilombo reconhecido no estado do Rio de Janeiro, contando a história do final do século XIX.

A rota etnoecológica oferece uma experiência diferente para quem passa pela cidade colonial de Paraty. A comunidade recebe os visitantes por meio de contação de histórias com mestres Griôs, visitas a núcleos familiares, casas de farinha, viveiros agroflorestais e casas de artesanato. O restaurante da comunidade serve comida típica quilombola feita com produtos orgânicos produzidos dentro da própria comunidade. Localizado na Reserva Ambiental Cairuçu, a visita ao quilombo também oferece a oportunidade de entrar em contato direto com as belezas da Mata Atlântica.

Outra comunidade que merece destaque é o Quilombo da Fazenda, localizado em Ubatuba, São Paulo. Cerca de 40 famílias vivem no quilombo de mais de 200 anos, localizado na Reserva da Mata Atlântica no litoral de São Paulo. Lá, eles descobriram que desenvolver o turismo de base comunitária era uma forma de preservar sua cultura e sua terra e unir os moradores.

Além da gastronomia típica, as atividades do Quilombo da Fazenda se dividem em quatro roteiros principais: a trilha do Jatobá, a casa de farinha, as oficinas de artesanato e as oficinas agroflorestais. Em todas as experiências, os membros da comunidade orientam pessoalmente e compartilham seus conhecimentos e tradições com os visitantes.

O Quilombo Kalunga está localizado em Cavalcante (Goiás) na Chapada dos Veadeiros. Possui mais de 20 comunidades, considerado o maior grupo de quilombola do Brasil. Eles habitam mais de 230.000 hectares de cerrado protegido dentro do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, no estado de Goiás.

O povo Kalunga vive na região há 300 anos e conhece a Chapada como ninguém. Muitas pessoas se tornam guias. Várias atrações, como a famosa Cachoeira de Santa Bárbara,

estão localizadas em seu terreno. Em algumas comunidades, os passeios acontecem com trilhas, cachoeiras, e hospedagem e alimentação com os moradores.

O Quilombo Rota dos Quilombos está localizado no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Envolve 12 comunidades quilombolas nos municípios de Berilo, Chapada do Norte e Minas Novas no vale do Jequitinhonha. Existem 10 passeios diferentes de turismo de base e experiências personalizadas.

O Quilombo Rota da Liberdade está localizado no Recôncavo Baiano (Bahia) e é composto por representantes das comunidades remanescentes quilombolas de Kaonge, Dendê, Kalembá, Engenho da Ponte e Santiago do Iguape, que estão na região da Baía de Iguape, no município de Cachoeira, a 1 hora e 30 minutos de Salvador. Seus quilombos oferecem passeios exclusivos com oficinas de farinha, azeite de dendê e sabedoria griôs.

O passeio inclui um passeio pela cultura tradicional e uma imersão em trilhas ancestrais. Além disso, os participantes podem participar de danças tradicionais quilombolas e samba de roda.

Já no Quilombo do Mocambo, está localizado em Porto da Folha, Sergipe. O turismo rural comunitário propõe a inclusão social das comunidades por meio do turismo sustentável. Lá é possível morar nas casas dos residentes locais, saborear uma incrível culinária sertaneja e até tomar banho no rio São Francisco. As experiências incluem caminhadas pelos jardins naturais da Caatinga, samba de coco e contação de histórias dos moradores.

Um exemplo de grande sucesso é a Grota Quilombola, que está localizada em Mirangaba Bahia, Chapada Diamantina. Na região quilombola de Coqueiro, no município de Mirangaba, na Chapada Diamantina, está o projeto de turismo étnico rural Grota Quilombola. Lá vivem cerca de 100 famílias que preservam e transmitem a cultura de seus antepassados. A linda região reúne atrativos como a Serra das Figuras e as cachoeiras do Gelo e da Zoada. A comunidade oferece trilhas guiadas, além de culinária típica com alimentos orgânicos produzidos pelos moradores, conversas e imersão na cultura e história do povo.

Dentro do contexto da comunidade de Damásio, o acesso se dá através de uma viagem mista entre *Ferry Boat* e van. Os horários de saída, partindo da cidade de São Luís, são às 6 horas da manhã e às 13 horas da tarde, atualmente, com origem do terminal das vans localizado no Anel Viário. O percurso via *Ferry Boat* demora cerca de 1 hora e meia a 2 horas e meia, dependendo das condições estruturais da embarcação. O restante do trajeto feito de vans demora em média de 3 a 4 horas de viagem. Após a chegada na sede, em Guimarães, os visitantes são realocados em carros menores e partem em direção à comunidade, trajeto este que dura em média 15 minutos.

Já no contexto do povoado, os visitantes que pernoitam na cidade ficam hospedados em residências dos próprios moradores, encontrando-se no cenário de cama e café (as diárias contam com o direito a um quarto e ao café da manhã). Sem dúvida, esse é o primeiro ponto significativo na ideia de uma experiência no turismo, uma vez que é nesse momento que o visitante tem o primeiro e mais significativo contato dentro das vivências e cotidiano do grupo, como pode ser observado na Figura 21.

Figura 21 – Contato dentro das vivências e cotidiano na comunidade.



Fonte: Autora (2022).

Os quartos costumam ser bem simples, compostos por uma cama de casal, uma cama de solteiro e ventilador. A hospedagem possui pelo menos um banheiro coletivo na área interna da casa. Atualmente, apenas 4 pessoas trabalham no segmento de hospedagem familiar em Damásio. Além dos critérios citados, o número limitado de membros da família morando na residência é outro fator determinante para que tanto o visitante como os moradores tenham certo grau de privacidade.

Além da cama e do café já incluídos antecipadamente durante a diária, o visitante também pode ocasionalmente fechar o pacote de alimentação completo (almoço e jantar) na própria residência. Os valores costumam ser acessíveis, visto que as refeições são preparadas considerando-se inclusive a família receptora, tendo valores médios que variam de 10 a 20 reais por pessoa.

A iniciativa pelo empreendimento surgiu dos próprios moradores e contou com o assessoramento do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas) para questões de avaliação das residências, composição e precificação de valores, bem como para auxílio técnico em questões de aperfeiçoamento do serviço de recepção e hospedagem.

Outro ponto bastante interessante na dinâmica de experiências na comunidade é a apresentação cultural de danças de matrizes africanas e de reggae formado pelo grupo de jovens da região. O principal intuito, além da demonstração performática para moradores e visitantes, é manter o interesse pela cultura remanescente e pelas manifestações culturais do povoado presentes nas gerações atuais e futuras. O grupo sempre se apresenta em grandes festas das comunidades e também quando convidadas por outros povoados, como pode ser visto na Figura 22.

Figura 22 – Apresentações culturais na comunidade.



Fonte: Autora (2022).

Dentro do contexto de ações já inseridas no local, outra que representa significativa importância é a já formada equipe de guias locais, jovens da própria comunidade que se revezam no auxílio e acolhimento dos visitantes. Estes são responsáveis por receber o turista, falar sobre a história, cultura e manifestações culturais da comunidade, além de inserir o visitante no dia a dia do povoado.

Vale ressaltar que o aspecto acolhedor e, porque não dizer, familiar, é um elemento significativo durante a convivência, fazendo dessa experiência algo memorável. Chegamos na localidade como meros visitantes e temos a sensação de que, ao partirmos, somos membros da

família dos quais todos aguardam ansiosos o breve retorno, conforme retratado na Figura 23. No caso dos produtos turísticos, “[...] quanto maior for o envolvimento, maior será o prolongamento em termos de recordações de imagens e sensações que, inclusive, extrapolam o nível individual do turista, e se ‘socializam’ no círculo dos amigos e familiares, pelas narrativas, mostras de fotos, de vídeos, etc.” (MARCELLINO, 2002, p. 74).

Figura 23 – Acolhimento dos moradores aos visitados.



Fonte: Autora (2022).

No caso de Damásio, o “fazer” tem tudo a ver com experiência, ou seja, aquilo que envolve os sentimentos, emoções e paixões das pessoas; os próprios sistemas produtivos inseridos na região são mecanismos que vão bem além do interesse comercial e financeiro; são meios básicos de subsistência e representam os seus mais simples afazeres do dia a dia, sendo que estes são suas vidas cotidianas puras e simples.

De acordo com Kim (2009), as empresas precisam desenvolver ações que incentivem a participação do cliente, além de criar ambientes que apoiem um tema em que suas ações ou seus serviços pertencem. Quando o turista se encontra em um ambiente favorável, imerso em uma atividade, a chance de ele recordar depois é muito maior do que simplesmente estar passivo ao que acontece.

Construir experiências memoráveis deve ser um dos principais objetivos desse segmento da atividade. No entanto, nessa localidade, as próprias dinâmicas laborais e sociais já são, por si só, grandes experiências reais, as quais ganham ainda mais força quando unidas na contextualização da história e cultura rica e multifacetada da organização, uma vez que

representa uma oportunidade de fazer parte de verdade da vida das pessoas, tal como retratado na Figura 24.

Figura 24 – Turistas experienciando a produção da farinha.



Fonte: Autora (2022).

Segundo Kim (2009, p. 7), a experiência memorável é “[...] uma experiência que é melhor mantida e recordada posteriormente [...]”. Para isso, precisa ser marcante e diferente do que a pessoa está acostumada a ver, a sentir, a experimentar. Segundo Trigo (2013, p. 137), “[...] experiências significativas estão relacionadas com a intensidade emocional e intelectual que nos proporcionam e com sua força de impacto na memória, ou seja, precisam ser memoráveis [...]”.

É nesse contexto de turismo e de experiência que acontece a troca de valor. Podemos falar, inclusive, que a transação financeira é consequência de uma experiência bem construída que vem desde a recepção do visitante até sua inserção no cotidiano da comunidade. Larrosa (2002, p. 25-26) define a “[...] experiência como aquilo que ‘nos passa’, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma [...]”.

Figura 25 – Agentes locais fazendo o acolhimento ao visitante.



Fonte: Autora (2022).

Outro elemento já iniciado em Damásio é a criação artesanal para fins de comercialização, formado principalmente pelo segmento mais jovem das mulheres da região. O produto mais utilizado para esse fim é o coco e seus derivados e a folha da bananeira. Em visita recente, o grupo salientou que tal segmento encontra-se mais esquecido pela comunidade. Ao perguntarmos o porquê, a equipe remete a falta de valorização do trabalho na região, a carestia para produção do produto, que acaba saindo mais caro ao consumidor final, e o difícil escoamento das peças para outras regiões, uma vez que o polo (Guimarães) também tem muita variedade artesanal disponível, conforme ilustrado na Figura 26. Cabe destacar que a demora na comercialização das peças acaba levando diretamente à desmotivação do grupo, o qual acaba abandonando a atividade.

Figura 26 – Variedade artesanal disponível na comunidade.



Fonte: Autora (2022).

A gastronomia também é algo que pode ser integrado à experiência do turismo na localidade. Apesar de não constituírem um arranjo produtivo local ou serem considerados produtos nativos da região, dois produtos chamam bastante atenção no contexto alimentar e de comercialização entre os visitantes: o café moído com erva doce e o biscoito de polvilho feito com a mandioca.

Ambos os produtos são feitos em pequenas quantidades para a comercialização ou a pedidos. Pontua-se que esses produtos são os mais cobiçados nas feiras e exposições gastronômicas envolvendo a comunidade. Atualmente, apenas um pequeno grupo de 3 pessoas trabalha na produção e escoamento desses produtos que, se aperfeiçoados, têm uma expectativa real de serem muito bem comercializados, representando assim mais uma oportunidade de renda para a localidade, como pode ser visto em alguns registros apresentados na Figura 27.

Figura 27 – Biscoitos de polvilho e visitantes consumindo na Feira.



Fonte: Autora (2022).

Apesar de considerarmos, neste trabalho, os modos de produção representados pelos APLs como próprios mecanismos das vivências, a Casa de Forno é outro local que não pode estar desvinculado da experiência turística em Damásio. Conhecer e participar da dinâmica, processos e produção da farinha, bem como das sociabilidades criadas nesse ambiente, são essenciais para uma visita bem aproveitada, cujo retrato dessas práticas pode ser visto na Figura 28.

Figura 28 – Casa de Forno.



Fonte: Autora (2022).

A mais destacada e, com certeza, o ponto alto da experiência na comunidade, está em conhecer suas belezas naturais, representadas prioritariamente pelos seus rios: Fonte Grande, Passaginha e Bebidor (Balneário de Abrantes), conforme ilustrado na Figura 29.

Figura 29 – Balneário de Abrantes e Rio Passaginha.



Fonte: Autora (2022).

Esses locais são os principais pontos de lazer, encontros e festividades da comunidade e onde se dá o maior contato entre a população local e seus visitantes. Tais rios são um pouco destacados da área central do povoado, tendo-se que percorrer alguns quilômetros para acessá-los. Como os locais ainda contam com uma iluminação deficiente ao seu acesso, suas atividades costumam ocorrer prioritariamente no período da manhã e tarde, sendo que em festejos e datas especiais as festas continuam noite adentro, com a animação de carros de som e paredões de reggae.

Embora bem organizado localmente, no que tange o desenvolvimento embrionário gestado com bases no turismo de base comunitário, a atividade turística em Damásio ainda é uma satélite em volta das atividades geridas por Guimarães (cidade sede), sendo seus visitantes basicamente, egressos da comunidade, visitantes de povoados próximos e os visitantes que conhecem a região a caminho da praia de Araoca.

A mais famosa praia de Guimarães tem nome indígena. Vem da língua tupi: “ara”, que significa ave, e “oca”, que corresponde a casa. Casa de ave. Muitos a chamam de Aruoca, porém, o nome correto é Araoca, conforme a escritura da terra, registrada no Cartório de Imóveis da cidade.

A praia, inicialmente frequentada só por pescadores de Guimarães, de Cedral e, posteriormente, da Raposa, começou a ser visitada por centenas de pessoas de outros municípios, a partir da abertura da estrada Damásio-Araoca no ano de 1990, favorecendo também maior visibilidade e visitantes à comunidade quilombola, em contrapartida.

As ações de maior amplitude relacionadas ao turismo na comunidade são impulsionadas pela secretaria de cultura e turismo do município de Guimarães, que já inclui o destino em alguns grandes eventos, como é o caso do 5º Salão de Turismo Rota das Emoções. Tal iniciativa já demonstra que o próprio setor público acredita na possibilidade do destino vir a se tornar um polo turístico dentro dessa região e nessa segmentação de roteirização.

Nessa contextualização, Damásio foi divulgado juntamente ao destino Guimarães, o qual faz parte do Polo Floresta dos Guarás. O Polo Ecoturístico da Floresta dos Guarás, que está localizado nas Reentrâncias Maranhenses, e o Pólo Amazônia Atlântica, no Pará, constituem a maior floresta contínua de manguezais do mundo (8.900 km²), justamente na Costa Amazônica brasileira.

O Polo Ecoturístico Floresta dos Guarás compreende os municípios de Cedral, Guimarães, Mirinzal, Porto Rico do Maranhão, Serrano do Maranhão, Cururupu, Bacuri e Apicum Açu.

Para este fim de divulgação, foram levados da comunidade dois guias de informações locais que faziam toda a contextualização do espaço, cultura, gastronomia e expressões culturais da região, dentre algumas ações que podem ser observadas na Figura 30.

Figura 30 – Ações de divulgação dos produtos da comunidade.



Fonte: Autora (2022).

No que tange a publicidade geral do destino, Damásio não conta com nenhum material publicitário que possa ser usado para divulgação da comunidade, algo que é comum dentro dos demais polos que aglutinam essa região. O material utilizado para esse fim é de uso conjunto e é utilizado para a divulgação para o *trade* do polo Guimarães e conta com informações gerais, tais como sobre como chegar, onde se hospedar e o que conhecer nessas áreas, como pode ser visto na Figura 31.

Figura 31 – Folder de Divulgação destino Guimarães.



Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo de Guimarães (2022).

A organização local é comunitariamente planejada e gerida dentro da comunidade de Damásio. Sem dúvida, foi uma das grandes surpresas no interior da pesquisa, que se viu diante de iniciativas importantes já criadas para uma implantação de sucesso da atividade turística. O ponto alto a ser observado é a ideia de independência que esta região tem em relação a esfera pública que, claro, é vista como extremamente necessária para uma efetivação da atividade em caráter amplo e constante, mas que não é imprescindível, visto o grande interesse popular e comunitário em criar cada vez mais um cenário propício e sustentável ao seu território, à sua comunidade e aos seus visitantes.

4.4 Damásio: uma caixinha de segredos

Nesta seção do estudo será apresentado o levantamento dos locais de interesse, modos de fazer e modos de expressão da comunidade que podem influenciar diretamente na atratividade e demanda turística. Para tanto, buscou-se entender como a comunidade, o executivo, o trade e o turista veem e percebem o território e a cultura de Damásio, delineando suas principais riquezas culturais, naturais e humanas além da infraestrutura já criada para o desenvolvimento da atividade.

Diferente do que imaginamos no início da pesquisa, Damásio já tem uma organização primária voltada para a prática de lazer e da inserção da atividade turística. Mesmo com poucos conhecimentos técnicos e com dificuldades financeiras e políticas para seu desenvolvimento, o território já conta com iniciativas comunitárias importantes que contribuem para uma inserção introdutória eficiente.

A comunidade de Damásio, apesar de ser um povoado pequeno e pouco povoado, tem grandes áreas de interesse para quem pretende visitá-la, atrativos estes que vão bem além dos seus bens de caráter natural (os mais facilmente perceptíveis a olho nu). As socializações no território talvez sejam o ponto mais forte encontrado nesta pesquisa. Na verdade, esta é a própria experiência memorável dentro desta comunidade. O orgulho por sua história e a prestatividade em ajudar e fazermos sentir em casa é algo que torna o local tão especial e, quando analisado de forma mais próxima, vemos que nada mais é que um caráter cultural desses remanescentes. No entanto, aqui nos remetemos a um levantamento da infraestrutura, lugares de interesse e modos de fazer e expressões dessa comunidade para que vocês como visitantes, queiram por si só, viverem essa experiência.

Infraestrutura e Lugares de interesse da região

a) Praça Central de Damásio

Encontra-se literalmente no centro do primeiro conjunto de casas que foi inaugurado na região em 1969, bem em meio às 10 primeiras casas do “atual” desenho estrutural norteador das edificações do povoado. A praça conta com um canteiro que serve para reuniões e para atividades de lazer da comunidade. Pontua-se que o local também dispõe de uma placa de boas-vindas à comunidade que, apesar de fazer o papel, não é apropriada para fins de sinalização turística.

Como o chão da região é de terra batida, durante o dia, o local se torna um pouco insalubre, devido às altas temperaturas e a poeira excessiva levantada pelos veículos, se tornando bem mais agradável no final da tarde e principalmente à noite; onde é invadida pelas crianças da região em suas brincadeiras coletivas, como pode ser observado na Figura 32.

Figura 32 – Praça central da comunidade de Damásio.



Fonte: Autora (2022).

b) Ginásio Poliesportivo de Damásio – Helvécio Braga

Figura 33 – Ginásio Poliesportivo Helvécio Braga.



Fonte: Autor (2022).

É no ginásio poliesportivo da comunidade que as atividades de lazer cotidianas acontecem. Damásio tem uma íntima relação com a prática de esportes, principalmente nas modalidades de futebol de quadra, campo e atletismo, isso inclui a massiva participação dos dois gêneros na atividade e com resultados expressivos tanto a nível municipal quanto estadual.

No contexto comum do povoado, é comum e rotineiro competições e torneios, tanto entre os próprios moradores quanto de times vizinhos, tendo também fortes competidores representando-os em torneios em povoados vizinhos.

A quadra é um bom aparelho a ser utilizado tanto pelos residentes como pelos visitantes, que também podem experienciar o dia a dia desses atletas. No entanto, a estrutura física do ginásio está bem deficiente sendo necessário reformas estruturais, principalmente no que diz respeito a reestruturação de banheiros e vestiários que se encontram desgastados devido ao grande tempo de uso.

Figura 34 - Estrutura interna do Ginásio Poliesportivo Helvécio Braga.



Fonte: Autora (2022).

c) Igreja Nossa Senhora da Assunção

Figura 35 – Igreja Nossa Senhora da Assunção.



Fonte: Autor (ano).

O único templo religioso da comunidade de Damásio leva o nome da sua padroeira, Nossa Senhora da Assunção. A igreja católica é o local de encontro dos moradores em festividades religiosas durante todo ano, conta com a solenidade formal da missa em média de 15 em 15 dias, sendo que nos demais momentos é gerida por ministros da própria comunidade. Durante a pesquisa, foi relatada a dificuldade em terem ações formais da igreja, visto que o seu mentor é também responsável por outras comunidades, além de também exercer seu ofício na a sede (Guimarães).

d) Biblioteca Vaga Lume

Figura 36 – Sede da Biblioteca Vaga Lume.



Fonte: Autor (2022).

Fruto de diversas doações de ONGs ligadas à questões quilombolas, a biblioteca comunitária Vaga Lume representou um grande marco no incentivo à leitura na comunidade, que tem nas crianças do povoado seu maior expoente e público-alvo. Atualmente localizada na

praça central da cidade, a biblioteca funciona em uma das casas doadas pela união dos moradores, apesar de já ter favorecido bastante a região. Até a presente data, conta com alguns problemas estruturais, principalmente no que tange a conservação das obras e a ausência de um profissional especializado que possa dar assistência aos visitantes. No momento da pesquisa de campo, a biblioteca encontrava-se fechada por problemas estruturais da casa que precisa urgentemente de uma reforma em seu telhado.

e) Centro Comunitário Paulino Martins

Figura 37 – Sede do Centro Comunitário.



Fonte: Autora (2022).

Centro da vida social e política da comunidade de Damásio, o centro comunitário Paulino Martins é o local onde todas as decisões sobre a localidade e as sociabilidades em Damásio são definidas. As regras de convivência, o trabalho comunal semanal, as decisões econômicas e dos fundos financeiros são decididos em meio a sessões ordinárias e extraordinárias guiadas por um presidente. Ressalta-se que o cargo no ano de realização desta pesquisa está ocupado pelo senhor Martinho do Rosário Barbosa Azevedo e a vice-presidente Célia Regina Fonseca Santos, bem como uma diretoria eleita de 4 em 4 anos em eleições que envolvem todos os membros da comunidade, como pode ser visto na Figura 38.

Figura 38 – Reunião semanal do centro comunitário de Damásio.



Fonte: Autora (2022).

Mesmo gerido por uma diretoria eleita, todas as decisões importantes envolvendo a comunidade são descritas e votadas pela maioria dos moradores presentes em grandes assembleias que ocorrem sempre nas segundas-feiras.

Organização e definição das tarefas, colheita, plantio, festas, divisão e função dos trabalhos coletivos e doação de terras e casas, são exemplos de temas comumente discutidos nessas assembleias, uma vez que a terra e seus desdobramentos são considerados como sendo de todos os filhos da região. Na Figura 39 podem ser vistos espaços do Centro Comunitário de Damásio e, na Figura 40, é possível visualizar a placa de fundação do Centro Comunitário de Damásio.

Figura 39 – Centro Comunitário de Damásio.



Fonte: Autora (2022).

Figura 40 - Placa Centro Comunitário.



Fonte: Autora (2022).

f) Unidade de Ensino Básico Manoel Martins da Silva

Figura 41 - UEB Manoel Martins da Silva.



Fonte: Autor (2022).

O centro de ensino Manoel Martins da Silva encontra-se bem no início do povoado e congrega crianças da comunidade de Damásio e povoados vizinhos, sendo de responsabilidade municipal é gerido pela cidade de Guimarães, a qual dispõe dos recursos financeiros e de profissionais para atuarem no estabelecimento que ensina crianças do ensino fundamental do 1 ao 8 ano. Como já fora comentado anteriormente, quando havia apenas essa escola na região, era comum as crianças e adolescentes migrarem já no final dos estudos fundamentais básicos para cidades de Guimarães e São Luís a fim de concluírem sua formação, algo que se tornou mais tardio com a inauguração da mais nova escola da região.

g) Centro Educacional Professor Rosalino de Lima Martins

Figura 42 - Centro Educacional Professor Rosalino de Lima Martins.



Fonte: Autora (2022)

Recentemente inaugurado, especificamente no ano de 2019, o centro de educação Rosalino de Lima Martins é uma escola voltada para o ensino médio e profissionalizante dos jovens da comunidade de Damásio. A instituição constitui uma escola com selo quilombola que faz parte do projeto Escola Digna e é vinculada e dirigida por órgãos governamentais do estado do Maranhão. O grande diferencial do estabelecimento de ensino é contar com vínculos e currículos voltados à história, cultura e religião ligada a comunidades negras, vinculando-às principalmente à história e tradições da região.

h) Rio Passaginha



Figura 43 - Rio Passaginha.

Fonte: Autora (2022).

O Rio Passaginha é o mais afastado da região central. Tem esse nome por literalmente ser uma passagem para o outro lado da comunidade, apesar de ser o mais afastado e, por isso, menos utilizado no dia a dia. Recebe grandes investimentos no que se refere a limpeza, ambientação e manutenção do espaço.

O ambiente conta com banheiros logo na chegada e uma pequena venda para comercialização de bebidas (que fica restrita a esse espaço). Como o rio configura-se como uma passagem, seu percurso até o rio propriamente dito é bem estreito, sendo possível percorrer por meio de finas rampas de madeiras dispostas por cima da água.

Após a chegada ao rio, os visitantes têm que ficar em um lugar ao sol aberto e sem sombra, o que se torna um pouco desconfortável em longos períodos. Caso estes precisem ir ao banheiro, é necessário retornar todo o caminho, como ilustrado na Figura 44.

Figura 44 – Percurso ao Rio Passaginha.



Fonte: Autora (2022).

Na Figura 44, pode-se observar a “passagem”, ou seja, o caminho do rio. Além disso, pode-se observar nitidamente as mudanças espaciais e físicas geradas pela remodelação dos espaços criados para utilização mais comercial da área. Tais interferências, apesar de simples e necessárias para uma mínima infraestrutura de uso turístico, também modificam seriamente o ambiente e o ecossistema, trazendo graves transtornos que podem ser sentidos a médio e longo prazo.

i) Bebidor (Balneário de Abrantes)

O Rio Bebidor, mais conhecido pelos visitantes como Balneário Abrantes, fica entre os rios Passaginha e Fonte Grande. Diferenciando-se dos demais, este encontra-se em uma área “particular” (lembrando-se que os bens naturais da comunidade são de propriedade comuns, este está dentro dos domínios de uso de uma família específica) que faz o gerenciamento, ambientação e manutenção da área de forma mais individualizada. Na Figura 45, abaixo, pode-se observar a área do balneário.

Figura 45 – Bebidor (Balneário de Abrantes).



Fonte: Autora (2022).

A ambientação do espaço também é um dos diferenciais do local, que se distingue dos demais na sua infraestrutura, a qual conta com várias mesas e cadeiras cobertas, ação que proporciona sensação de conforto e tranquilidade aos visitantes. O rio fica em posição de destaque, circundado por vários cenários e mirantes paisagísticos, e conta com uma pequena área de parquinho para as famílias com crianças.

É um dos rios mais desenvolvidos em questões de infraestrutura turística e conta com grandes facilidades para comercialização de seus produtos, como a aceitação de cartões de crédito e débito, Pix e também, a liberação de Wi-Fi gratuito aos seus clientes.

j) Rio Fonte Grande

Figura 46 - Rio Fonte Grande.

Fonte: Autora (2022).

Local mais conhecido no que tange os pontos de interesse dos visitantes, e a maior área relacionada aos bens naturais da comunidade de Damásio. Com essa consciência latente, é a extensão que mais recebe investimentos da gestão comunitária para seu aprimoramento, além de ser a região de maior expansão de infraestrutura turística do local.

Embora seja o rio mais próximo da região central do povoado, para acessá-lo há um extenso percurso, o qual se inicia na casa de forno até a chegada ao seu destino. Tal percurso é feito por uma estreita estrada de terra que foi aberta pelos próprios moradores em sistema de mutirão. Cabe pontuar que todas as iniciativas implantadas na área são fruto de um trabalho participativo da coletividade, cujos moradores ajudam tanto com a mão de obra quanto financeiramente na manutenção e conservação do local. Alguns registros do local podem ser observados na Figura 47, a seguir.

Figura 47 – Registros da Fonte Grande.



Fonte: Autora (2022).

A manutenção do caminho de acesso, bem como a limpeza do rio, é feita semanalmente. Existem ainda regras rígidas para a utilização do espaço. Cabe pontuar que está sendo empreendida uma infraestrutura maior pensando nos visitantes e na comercialização dos produtos feita pelo próprio grupo de gerenciamento da área.

Tal grupo alterna-se para a preparação das comidas e compra dos demais produtos que serão vendidos na pequena estrutura de madeira construída para esse fim. Além das mesas e bancos feitos de madeiras, até a data de realização desta pesquisa, já se encontram muitas cadeiras e mesas, na perspectiva de atender o quantitativo de visitantes do local nos finais de semana, feriados e datas comemorativas, conforme registro na Figura 48.

Figura 48 – Espaço para visitantes na Fonte Grande.



Fonte: Autora (2022).

Como foi comentado anteriormente, a Fonte Grande é um dos locais de maior agregação social e local de sociabilidades da comunidade, a qual o utiliza para grandes ápices culturais dos seus grandes festejos e festas de tradição que tem como ponto alto as festas com os carros de som e paredão.

A infraestrutura conta com uma pequena composição voltada para a comercialização de comidas e bebidas, mesas e cadeiras móveis e dois banheiros, locais estes ainda improvisados em forma de fossas. O caminho do rio conta com uma ponte que também auxilia a estadia de pessoas mais idosas e crianças.

Ainda, nesse contexto de infraestrutura, o local de interesse gera preocupações pontuais quanto às mudanças estruturais e físicas pretendidas a serem efetivadas, dentre elas estão o alargamento do caminho (estrada) que leva até o rio e a derrubada de árvores nativas para a construção de estacionamento. Quanto ao alargamento da via, percebe-se que tal iniciativa pode levar a uma maximização grande do número de pessoas que terão acesso à região, o que dificulta o controle e a proteção das áreas e bens culturais. No que diz respeito à extração da mata nativa próximo à grandes áreas de morro, pode gradativamente levar à soterramentos e à própria sobrecarga de resíduos, os quais podem levar ao desaparecimento do rio. Na Figura 49 pode-se observar alguns espaços da Fonte Grande.

Figura 49 - Espaços da Fonte Grande.



Fonte: Autora (2022).

5 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados aspectos relativos à metodologia utilizada no desenvolvimento deste trabalho, revelando detalhes sobre o tipo de pesquisa, coleta de dados, o universo e a amostra, assim como a análise dos resultados encontrados.

Para esses aspectos, algumas questões abordaram assuntos que se relacionam diretamente aos temas tratados em capítulos anteriores, tais como a importância dos arranjos produtivos para o desenvolvimento local, a ideia do turismo de experiência como mecanismo de fortalecimento da cultura e dos saberes da comunidade, bem como entender como moradores, gestores e visitantes em geral percebem a comunidade e suas potencialidades em relação a inserção de uma atividade turística na região.

Diante destas características, a pesquisa permeou por caminhos de um estudo de caso exploratório, pois “[...] têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilitasse a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado [...]” (GIL, 2002, p. 41). Tal descrição de Gil (2002) relaciona-se bem com os intentos desta pesquisa, uma vez que pretende estudar uma comunidade, que apesar de antiga no rol de comunidades tituladas ainda não tinha sido analisada por esse viés, ligando-a à uma esfera econômica e social na perspectiva do turismo.

De acordo Selltiz *et al.* (1967, p. 63 *apud* GIL, 2002, p. 41), as pesquisas exploratórias “[...] envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que ‘estimulem a compreensão.’”

A escolha por trabalhar com questionário e entrevistas direcionadas deu-se com o intuito de ter uma visão sistêmica dos múltiplos olhares sobre como a mesma realidade pode ser entendida nesse território, além de conseguir, com isso compilar diferentes ideias para o aprimoramento de uma visão mais ampla no que tange o desenvolvimento de uma atividade turística que engloba os valores e a identidade da comunidade, levando-nos a perceber a comunidade não apenas por seu caráter técnico, mas através de si mesma.

No que se refere ao tipo de abordagem da pesquisa, esta é considerada qualitativa,. Nesse caso específico, houve a necessidade de, como bem explicita Martins e Theóphilo (2007), ir além de descrições, compreensões e uma análise profunda das informações levantadas (PRODANOV; FREITAS, 2013; GIL, 2010).

Como fonte de obtenção de dados, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e técnica que envolveu estudos em livros, revistas e sites que proporcionaram uma análise mais profunda e significativa sobre o tema. Com relação a esse aspecto, é importante destacar que todo material recolhido foi submetido a uma seleção, a partir da qual se estabeleceu um plano de leitura que, de acordo com Gil (2002, p. 44), “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado [...]”. Além disso, recorreu-se a pesquisa documental, que é conceituada por Helder (2006, p. 1-2) como uma técnica que “[...] vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...]”. Como procedimento de coleta de dados procedeu-se a realização de entrevistas (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Adotou-se, juntamente a isso, como procedimento de coleta a combinação de pesquisa bibliográfica, registros fotográficos, filmagens dos espaços e das atividades relacionadas como também de aplicação dos instrumentos de pesquisa aos líderes e membros das comunidades investigadas.

A pesquisa em campo teve como principal fim coletar especificidades culturais da comunidade, bem como relacionar os bens e produtos encontrados na localidade que podem vir a cooperar para inserção turística. A coleta de informações se deu através de entrevistas estruturadas realizadas com os representantes da comunidade e dos arranjos produtivos e questionários aplicados à comunidade geral e visitantes.

Para essa elucidação, a pesquisa foi realizada em duas etapas distintas: a primeira fase ainda em 2021, a qual ocorreu mediante um estudo exploratório para reconhecimento da comunidade quilombola como um todo, nesse contexto foram feitas duas visitas de reconhecimento da área com a colaboração de agentes locais e líderes de arranjos produtivos ocorridos em momentos distintos no ano; a segunda fase foi empreendida no ano de 2022, na qual visou-se conhecer as manifestações culturais, religiosas, bens naturais, saberes e modos de fazer da comunidade, com intuito de perpetrar uma interpretação mais ampla e focada para os fins de atividade turística.

Mediante a aplicação de questionários e entrevistas aos membros da comunidade, registro por fotografia e filmagens, buscou-se estruturar e consolidar os dados que auxiliaram na produção das informações necessárias para formulação e adequação de uma inserção turística a longo prazo, bem como a criação de políticas públicas e de suporte de dinamização econômica para esta região.

A pesquisa foi realizada na comunidade remanescente quilombola de Damásio, localizada no município de Guimarães (MA). O Quilombo de Damásio foi certificado como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares através do processo FCP de Nº

01420.000738/2005-10 e certificado pela portaria de Nº 26/2005, como nome atribuído de Quilombo de Damásio, cujos dados complementares podem ser observados no Quadro 2.

Quadro 2 - Certificação comunidade de Damásio – Guimarães - Maranhão.

Nº	Nome	Endereço	Cidade	UF	CEP	Telefone	E-mail	Observações
1	Associação dos Agricultores Familiares	Rua 1, nº 10	Guimarães	MA	65.000-000	(98) 3333-1111	afamiliares@guimaraes.ma.gov.br	
2	Associação dos Trabalhadores Rurais	Rua 1, nº 10	Guimarães	MA	65.000-000	(98) 3333-1111	trabalhadores@guimaraes.ma.gov.br	
3	Associação dos Pequenos Produtores Rurais	Rua 1, nº 10	Guimarães	MA	65.000-000	(98) 3333-1111	pequenosprodutores@guimaraes.ma.gov.br	
4	Associação dos Pequenos Produtores Rurais	Rua 1, nº 10	Guimarães	MA	65.000-000	(98) 3333-1111	pequenosprodutores@guimaraes.ma.gov.br	
5	Associação dos Pequenos Produtores Rurais	Rua 1, nº 10	Guimarães	MA	65.000-000	(98) 3333-1111	pequenosprodutores@guimaraes.ma.gov.br	
6	Associação dos Pequenos Produtores Rurais	Rua 1, nº 10	Guimarães	MA	65.000-000	(98) 3333-1111	pequenosprodutores@guimaraes.ma.gov.br	
7	Associação dos Pequenos Produtores Rurais	Rua 1, nº 10	Guimarães	MA	65.000-000	(98) 3333-1111	pequenosprodutores@guimaraes.ma.gov.br	
8	Associação dos Pequenos Produtores Rurais	Rua 1, nº 10	Guimarães	MA	65.000-000	(98) 3333-1111	pequenosprodutores@guimaraes.ma.gov.br	
9	Associação dos Pequenos Produtores Rurais	Rua 1, nº 10	Guimarães	MA	65.000-000	(98) 3333-1111	pequenosprodutores@guimaraes.ma.gov.br	
10	Associação dos Pequenos Produtores Rurais	Rua 1, nº 10	Guimarães	MA	65.000-000	(98) 3333-1111	pequenosprodutores@guimaraes.ma.gov.br	
11	Associação dos Pequenos Produtores Rurais	Rua 1, nº 10	Guimarães	MA	65.000-000	(98) 3333-1111	pequenosprodutores@guimaraes.ma.gov.br	
12	Associação dos Pequenos Produtores Rurais	Rua 1, nº 10	Guimarães	MA	65.000-000	(98) 3333-1111	pequenosprodutores@guimaraes.ma.gov.br	
13	Associação dos Pequenos Produtores Rurais	Rua 1, nº 10	Guimarães	MA	65.000-000	(98) 3333-1111	pequenosprodutores@guimaraes.ma.gov.br	
14	Associação dos Pequenos Produtores Rurais	Rua 1, nº 10	Guimarães	MA	65.000-000	(98) 3333-1111	pequenosprodutores@guimaraes.ma.gov.br	
15	Associação dos Pequenos Produtores Rurais	Rua 1, nº 10	Guimarães	MA	65.000-000	(98) 3333-1111	pequenosprodutores@guimaraes.ma.gov.br	
16	Associação dos Pequenos Produtores Rurais	Rua 1, nº 10	Guimarães	MA	65.000-000	(98) 3333-1111	pequenosprodutores@guimaraes.ma.gov.br	
17	Associação dos Pequenos Produtores Rurais	Rua 1, nº 10	Guimarães	MA	65.000-000	(98) 3333-1111	pequenosprodutores@guimaraes.ma.gov.br	
18	Associação dos Pequenos Produtores Rurais	Rua 1, nº 10	Guimarães	MA	65.000-000	(98) 3333-1111	pequenosprodutores@guimaraes.ma.gov.br	
19	Associação dos Pequenos Produtores Rurais	Rua 1, nº 10	Guimarães	MA	65.000-000	(98) 3333-1111	pequenosprodutores@guimaraes.ma.gov.br	
20	Associação dos Pequenos Produtores Rurais	Rua 1, nº 10	Guimarães	MA	65.000-000	(98) 3333-1111	pequenosprodutores@guimaraes.ma.gov.br	

Fonte: Autora (2022).

A escolha por esta comunidade se deu pela confluência da região com os objetivos pleiteados pelo projeto da Amazônia Legal maranhense, projeto vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult) e o PDPG/UFMA, cooperação esta financiada pelo CNPQ/Capes, a qual visa prioritariamente estudar e propor “soluções” no que tange o desenvolvimento econômico e estratégias de melhoramento social para as regiões escolhidas dentro desta proposta.

Por se tratar de uma pesquisa em comunidade quilombola e por buscar entendê-la além da perspectiva técnica da inserção turística, este estudo investigou diferentes sujeitos que participam de forma ativa na comunidade, focando principalmente no que se configura como os atores principais ligados aos arranjos produtivos locais, sujeitos ligados a atividade turística, gestores, comunidade em geral e visitantes, com a finalidade principal de analisar sua percepção sobre a possibilidade de relação dos arranjos produtivos locais e a inserção de uma atividade turística (experiência) na comunidade.

Assim sendo, foram realizadas entrevistas com gestores ligados diretamente ao sistema produtivo e a organização social e econômica da comunidade para melhor entender suas nuances e perspectivas sobre esse tema.

Em outro tocante, buscamos saber do trade especializado quais seriam os principais pontos assinalados para efetivação de uma atividade turística mais aprimorada na região, destacando-se seus pontos fortes e seus pontos de atenção e que que devem ser rapidamente melhorados. O recorte para este estudo com o trade se deu com pessoas que realmente estiveram na comunidade e pudessem fornecer seu relato real e empírico sobre a localidade.

Nesse sentido, destaca-se que a seleção dos entrevistados seguiu uma amostragem intencional, buscando entrevistar profissionais que têm acesso direto com os assuntos de interesse pesquisados (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A pesquisa deu-se com 70 (setenta) questionários para membros da comunidade em geral e visitantes, 10 (dez) entrevistas dirigidas com membros de arranjos produtivos locais e 03 (três) entrevistas com gestores e lideranças ligados aos objetivos da região além de 03 (três) membros ligados ao trade turístico.

Ressalta-se, ainda, que as entrevistas foram encerradas assim que houve um ponto de saturação teórica, ou seja, foram suspensas quando as respostas dos participantes começaram a se repetir, não contribuindo mais com a pesquisa de forma significativa, e não havendo necessidade de mais coletas de dados (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008).

O instrumento utilizado na coleta de dados para a realização da pesquisa a um nível de comunidade em geral e visitantes foi o questionário (APÊNDICE D), com 10 perguntas estruturadas de forma assimétrica a fim de obter as informações desejadas.

Foi aplicado 70 questionários, os quais correspondem a 16% a mais do percentual mínimo estipulado inicialmente, sendo que eles foram aplicados no período de 17 a 21 de novembro de 2022. Dessa forma, ressalta-se que, por meio dessa aplicação, a pesquisa conseguiu de forma satisfatória recolher as informações desejadas.

Objetivando melhor entender o perfil dos entrevistados, além das perguntas constantes no questionário, atribuímos também informações como sexo, faixa de idade, e grau de escolaridade.

A comunidade de Damásio compreende uma sociedade estrutural bem desenvolvida e, também, subdividida em suas funções relacionadas ao gênero. No que diz respeito a receptividade dentro da região, pode-se observar que as mulheres acabam sendo as mais acolhedoras e as responsáveis por introduzir o visitante ou pesquisador nos demais contextos sociais do povoado, além de apresentarem uma porcentagem sutilmente superior em quantitativo, principalmente ao se considerar as gerações mais jovens. Sendo assim, elas correspondem à maioria dentro da pesquisa, com um percentual de 73% do total. Nesse sentido, empiricamente observamos que essa dinâmica se dispõe em sua grande parte pelo modo mais tímido e fechado dos homens, que em sua maioria apontam representantes femininas da família para responderem as perguntas. Na Figura 50, pode-se observar um dos homens da Quilombo prestando entrevista.

Figura 50 – Coleta de Dados com um morador do Quilombo.



Fonte: Autora (2022).

No que tange a faixa etária, destaca-se que foi uma preocupação da pesquisa buscar um grupo etário bem heterogêneo, uma vez que, mesmo indiretamente, intentou-se saber e entender as visões sobre as noções de cultura, identidade e conceitos de alto assimilação e transmissão da cultura quilombola junto aos moradores, entendendo, assim as mudanças e permanências de visões de geração em geração dentro da comunidade.

No grupo geral, 10 % dos pesquisados encontram-se na faixa etária de 12 a 18 anos. Esse grupo foi entrevistado por representar o momento em que começam a ter um maior discernimento sobre sua identidade quilombola, sendo inseridos de forma mais direta na vida política e laboral da comunidade, bem como representa o marco em que os jovens iniciam a sua escolha em permanecer ou não na comunidade. Dos participantes, 22% afirmaram que tinham entre 18 e 30 anos. Destes, a maioria reside em outros povoados/comunidades e visita suas famílias semanalmente, mas comumente nos finais de semana ou em festas de tradição.

Entre a maior porcentagem, 37%, encontrou-se o real núcleo dos moradores da região, os quais são em sua grande parte pessoas de meia idade (entre 30 e 50 anos) que trabalham majoritariamente nos arranjos produtivos locais da região, ou em roças familiares. Além disso, 21% dos entrevistados corresponderam à faixa etária entre 50 e 70 anos, indivíduos estes que ainda costumam ser bem ativos economicamente na região, trabalhando, porém predominantemente em trabalhos mais citadinos. Por fim, cerca de 7% da população é composta por pessoas acima dos 70 anos, grupo de estadia mais escassa na região devido ao trabalho pesado que estes desenvolveram durante a vida, principalmente nas lavouras e trabalhos braçais. Cabe pontuar que este último é o grupo de maior dificuldade de acesso, em virtude das situações

sanitárias e de saúde. Entretanto, foram os que apresentaram com os expressivos níveis de detalhes e com ricas lembranças da história da comunidade. Esses moradores não fazem mais trabalhos laborais, sendo em sua maioria aposentados.

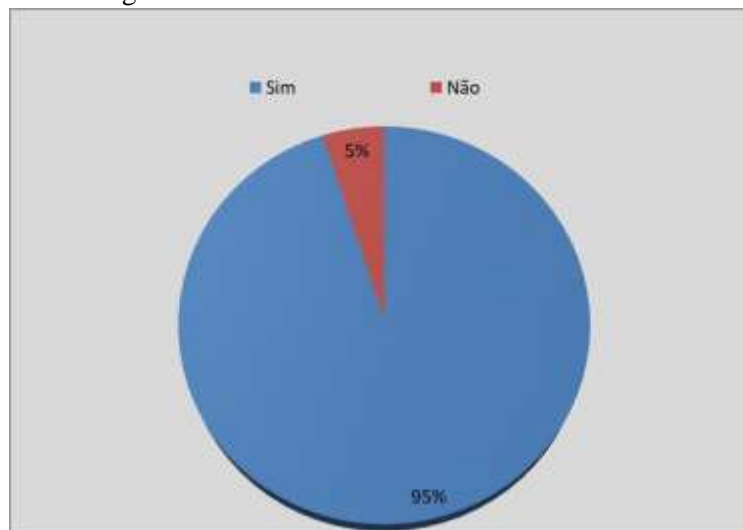
Adentrando na questão da escolaridade, pode-se perceber que esta influi diretamente quanto às noções bilaterais e mais globalizantes da sua situação como quilombolas e de como veem e se representam para os demais.

Embora seja perceptível a valorização do caráter remanescente e da vontade em disseminar seus saberes, foi observado que as percepções sobre os temas relacionados à cultura, bem como as noções de patrimônio e identidade tem grande disparidade no que tange ao nível de escolaridade dos entrevistados. É possível notar ainda que alcançada uma maior escolaridade, tais domínios se tornam de mais fácil compreensão por parte deles, pois além de apontarem problemas e distorções na comunidade, são capazes de propor soluções importantes, efetivas e viáveis para sua realidade, tornando-se mais críticos tanto em relação ao papel do governo quanto do seu próprio para a melhoria de vida dentro o povoado, refletindo num posicionamento frente à eles, incluindo-se no processo e sugerindo iniciativas.

Foi percebido, também, que até o período de realização da pesquisa, a comunidade tinha um grande apelo a necessidade da educação formal e profissionalização dos seus jovens, algo que em parte se dá pelo apelo das gerações mais antigas que se viam obrigadas a abandonar a escola, muitas vezes para ajudar a sustentar suas grandes famílias. Hoje é percebido que mesmo os jovens sendo incluídos nas atividades laborais e de lavoura, estes têm como prioridade a educação e a conclusão de seus estudos. Dito isso, o cenário encontrado foi de 27% de indivíduos com o ensino fundamental completo, acima de 35% o segundo grau completo, seguindo-se de 14% com o superior completo, 16% com segundo grau incompleto e 8% com superior incompleto.

Partindo para análise das perguntas feitas para a comunidade local e visitantes da região, percebeu-se uma postura notavelmente receptiva, positiva e colaborativa por parte da comunidade no sentido de proporcionar um incremento da atividade turística na comunidade remanescente de Damásio. Essa aceitação tão massiva à primeira vista criou vários questionamentos a respeito da ideia sobre a atividade e da forma como esta poderia refletir no território bem como na comunidade. Nessa assertiva, apresenta-se os resultados obtidos sobre este tema no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Você acredita que a comunidade de Damásio em Guimarães- MA tem a possibilidade de se tornar um polo turístico na região?

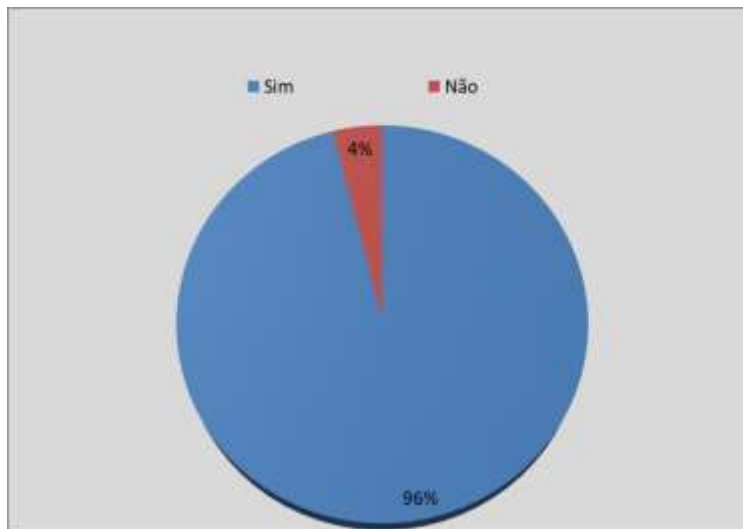


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

À *priori*, buscamos saber se esse público acredita de forma real e efetiva na possibilidade de Damásio vir a se tornar um polo turístico na região. Por sinal, essa foi uma das mais contundentes respostas encontradas no estudo. Constatou-se que cerca de 95% do público acredita que sim, sendo que apenas 5% não. Entre as razões destacadas pelos participantes estão as belezas naturais, os rios e as fontes naturais foram mais sobressaltados, além de citarem também os critérios de organização popular e o acolhimento da comunidade.

Tais fatores foram empiricamente analisados na região e se mostram relevantes para a possibilidade de a comunidade se tornar um polo agregado às demais áreas de interesse já desenvolvidas pelos polos circundantes do município de Guimarães (MA), cujos resultados podem ser observados no Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 - Você é a favor de um desenvolvimento turístico nesta região?

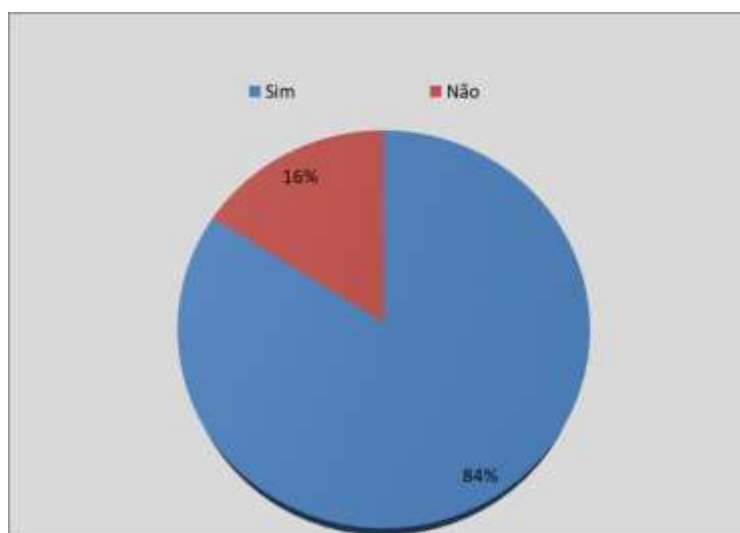


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Além do fato de acreditarem na possibilidade de efetivação da inserção turística na região, buscou-se entender se a população e os visitantes eram a favor desse desenvolvimento, visto que, por se tratar de uma área tradicional e “protegida”, poderiam sofrer várias modificações em sua estrutura tanto territorial e, principalmente, na sua techedura social. No entanto, a margem foi de 94% à favor desse desenvolvimento e apenas 4% contra, alegando que tal atividade feita de forma constante e sem controle necessário iria acabar depredando os bens naturais e descaracterizando socialmente a população.

Outra pergunta que vai ao encontro dessa informação é o fato destes acreditarem ou não na ideia de um turismo desenvolvido em bases sustentáveis e social na comunidade de Damásio, observando-se uma mudança de percentual mais alterada, uma vez que cerca de 16% acreditam que essa visão não consiga se configurar por grandes períodos, principalmente em uma área mais afastada e com poucos recursos humanos para efetivação dessa proteção, sobretudo no que tange os recursos naturais. Além disso, acentua-se que cerca de 84% da população ainda permanece fiel à ideia de que possa sim acontecer esse desenvolvimento de forma controlada e visando esses princípios (sustentável e com bases turismo social), segundo eles fundamentais para a inserção de uma atividade turística em uma área tradicional, como pode ser observado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Você acredita na ideia de um turismo sustentável com bases no turismo social e comunitário em Damásio?

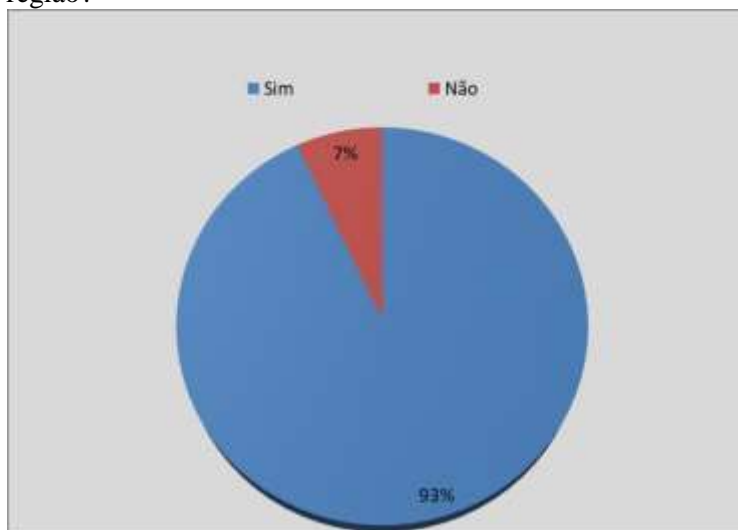


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Prossegue-se abordando a relação do turismo e da comunidade em si, cujas evidências estão apresentadas no Gráfico 4, ao passo em que buscou-se analisar se estes

acreditavam que a inserção da atividade turística poderia ser benéfica para o fortalecimento dos laços na comunidade e ajudar economicamente o território.

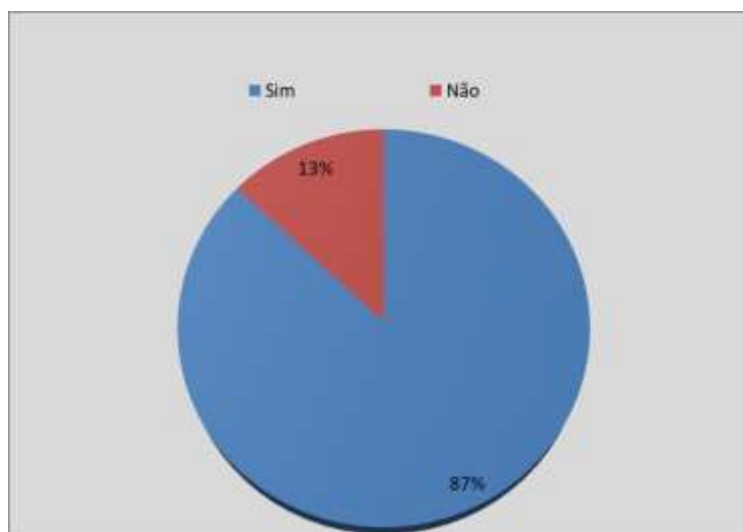
Gráfico 4 - Você acredita que o turismo pode fortalecer os laços na comunidade e dinamizar social e economicamente a região?



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Dentre os resultados presentes no Gráfico 4, destaca-se que cerca de 93% dos participantes concordam com essa ideia, os quais observam que essa postura ainda se tornou mais forte com os primórdios da organização das atividades da região, uma vez que estes precisam estar mais unidos e concordantes com as ideias em geral, tendo em vista que a atividade, ainda pré-incubada conta com um pequeno grupo na sua gestão, planejamento e desenvolvimento. Quanto à dinamização econômica, a maioria dos participantes acredita que será um dos pontos mais fortes dessa implementação, uma vez que parte desses valores é retirada para os prestadores de serviços e os demais repassados ao caixa da comunidade como um todo e voltado para os mais diversos objetivos do grupo.

Gráfico 5 - Você acredita que o turismo pode fazer com que a comunidade tenha uma relação ainda mais próxima com a sua cultura e suas heranças ancestrais quilombolas?

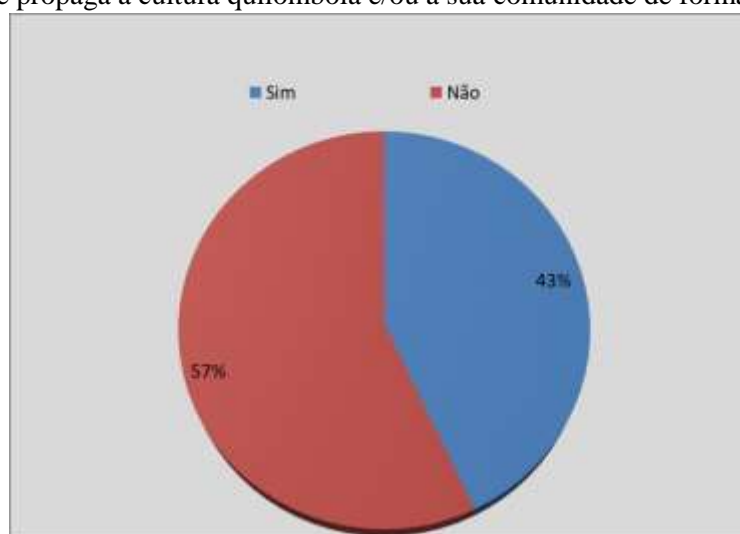


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

No Gráfico 5 observa-se a representação acerca da ideia do turismo poder aproximar a comunidade ainda mais da sua cultura e das suas heranças ancestrais quilombolas, visto que 87% acreditam que esse cenário seria possível. Dentre as ideias frequentes, identificou-se o fato de que turismo de experiência possa ser desenvolvido na comunidade a partir das próprias demonstrações e ações de acolhimento junto aos visitantes, que por sua vez representaram mecanismos que permitem rememorar seu passado ancestral. Nesse sentido, destaca-se que as formas de expressão, saberes e os próprios arranjos produtivos inseridos na comunidade servem para rememorar e utilizar segmentos da sua história e da oralidade sobre o passado quilombola.

Dá-se prosseguimento destacando-se outro ponto de interesse, o qual consiste na percepção da população e dos visitantes na utilização ou não da propagação do passado e da cultura quilombola para atrair novos visitantes para Damásio, cujos resultados podem ser observados no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Você propaga a cultura quilombola e/ou a sua comunidade de forma a atrair visitantes?

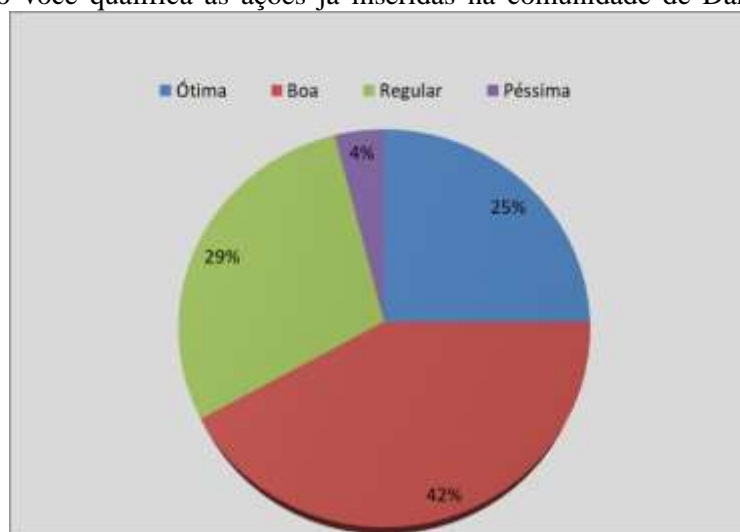


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme observado no Gráfico 6, a maior proximidade percentual até o momento de realização da pesquisa é que cerca de 57% afirmaram não utilizar essa estratégia para atratividade de pessoas, os quais apontaram utilizar somente o potencial dos cenários naturais (rios e fontes) e da sua proximidade com outros pontos de interesse do município, dentre os mais citados está a praia de Aruoca, uma das mais famosas da região de Guimarães.

Acerca da percepção sobre as ações já concebidas a respeito do turismo na região de Damásio, tanto em relação às iniciativas do governo e município como às iniciativas locais, o público as qualificou da forma como está disposto no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Como você qualifica as ações já inseridas na comunidade de Damásio em relação ao

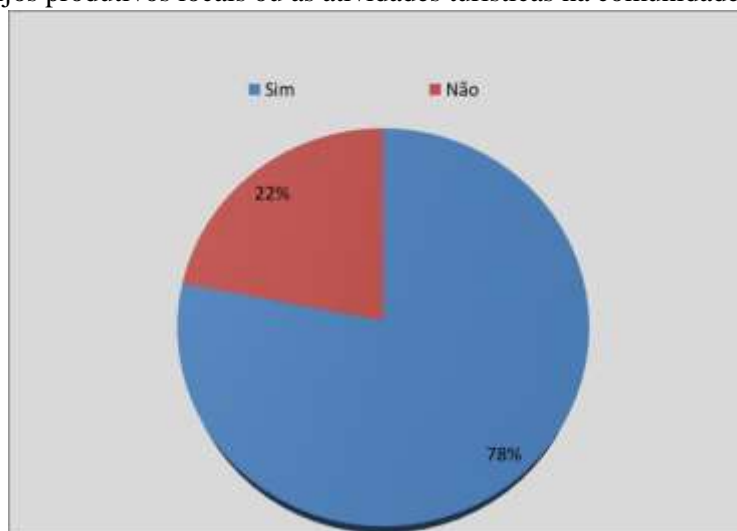


turismo?

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Como visto nos resultados apresentados no Gráfico 7, apesar das pessoas abordadas apontarem, em sua grande maioria, noções de acesso e infraestrutura, constata-se que 42% definem como boas as iniciativas já tomadas no território, principalmente quando se considera o critério de tempo em que tais iniciativas tiveram início, que segundo eles são bem recentes e consistentes. Em seguida, observa-se que 25% concordam que estão ótimas as iniciativas, principalmente no que tange às ações locais de desenvolvimento. Outros 25% definiram como regular, apontando que ainda há muitas coisas a melhorar em níveis de ações principalmente em caráter de ajuda do estado e município para que haja o real fortalecimento da região. Por fim, destaca-se que 4% dos participantes consideraram como péssimas as iniciativas do governo, do município e as iniciativas locais.

Gráfico 8 - Você ou o grupo que representa, se sente contemplado pelas decisões de ação estratégica envolvendo os arranjos produtivos locais ou as atividades turísticas na comunidade?



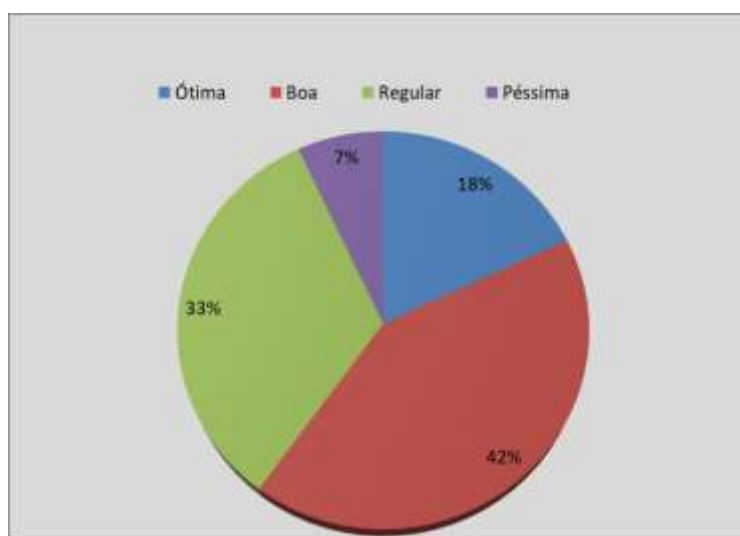
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Ao analisar os dados referentes aos critérios entre a relação do indivíduo com o grupo em relação às suas percepções acerca das estratégias geridas, tanto a respeito dos arranjos produtivos quanto atividades ligadas ao turismo, constatou-se que 78% dos entrevistados sentem-se contemplados pelas estratégias organizadas. Do grupo de participantes, 22% sentem-se à margem das iniciativas. Pontua-se que a porcentagem expressiva de pessoas beneficiadas pode ser facilmente associada ao caráter onipresente de grande parte da população em várias áreas criativas e de arranjos produtivos da região, tendo em vista que os mesmos personagens ou membros familiares se fazem presentes nas atividades e práticas na comunidade.

Outro ponto significativo observado nesse quesito é a força das decisões, como já foi comentado anteriormente, apesar de gerido por uma diretoria, é democraticamente analisado e votado por toda a comunidade que frequenta as principais discussões trazidas em assembleia.

Prossegue-se analisando a questão da participação individual e a participação em grupo nas principais ações que visam o crescimento da comunidade no que se refere a sua participação e auto afirmação e definição como remanescente quilombola. Cabe destacar que essas ideias remetem à sua percepção como remanescentes e seus desdobramentos dentro dia a dia da comunidade da qual fazem parte. Remetem se estes se consideram como tais e se comprometem e participam ativamente dentro das expectativas, que por sua vez estão voltadas ao caráter social, político e de sociabilidades na comunidade, cuja disposição dos resultados pode ser observada no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Como você qualifica a sua participação/a participação do seu grupo, nas ações que visam o crescimento da comunidade de Damásio e sua atuação como membro(s) de uma comunidade quilombola?



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Como observado no Gráfico 9, 7% avaliou sua participação como péssima. Diante disso, pontua-se que tal número reflete a visão da população mais nova e mais velha pesquisada. Na percepção geral, observa-se que no grupo mais jovem tal ideia se dá pelo aumento de interesse por uma outra realidade bem diferente da sua, como o desejo do êxodo e pela não identificação com os valores, os quais são considerados antigos em relação à nova geração globalizante e cada vez mais onipresente em diversas realidades, principalmente através de meios tecnológicos. A parcela da população mais velha acaba por esquecer de todas as suas contribuições de décadas e acredita que, por não terem mais força laboral, não estão servidos de forma eficaz à comunidade, algo que é destoante da mentalidade dos demais, pois estes veem

na população mais velha exemplos de superação e modelos que são seguidos até hoje na organização política e social.

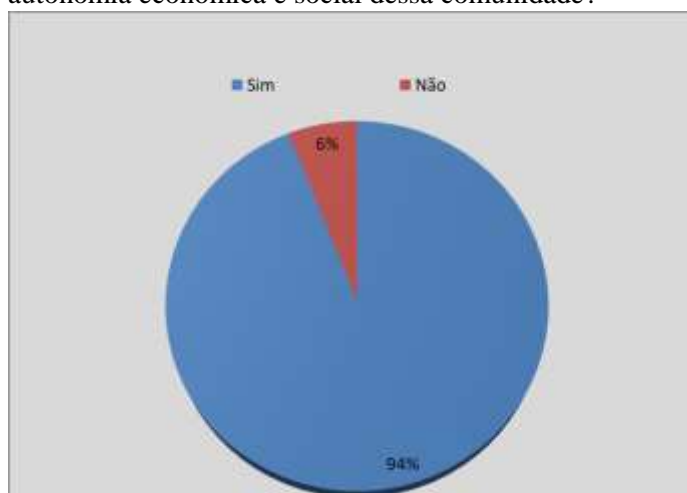
Ainda nessa dimensão, pontua-se que 18% atribuíram o conceito regular para as suas ações nesse contexto. Ressalta-se que, mediante a consecução de uma observação indireta, estes, mesmo trabalhando de forma ativa e efetiva para todo um grupo, algo que dificilmente é visto dentro de um contexto de vivências num território considerado não tradicional, pois eles despreendem de uma cobrança interna e externa para melhoria nas ações e trabalhos coletivos que os fazem perceber seus esforços como ineficientes ou insuficientes, algo que particularmente discordo totalmente.

Nesse sentido, Barreto (2000, p. 46) enfatiza que,

[...] o sentimento de pertença a uma comunidade que partilham importantes referencias comuns: uma mesma história, uma mesma tradição. Através dessa concepção a identidade tem a responsabilidade essencial de trazer segurança às pessoas. Que se sentem unidas por gerações, um costume ou hábito. Fazendo com que elas não esqueçam quem é e de onde vem.

Outro ponto com uma aprovação expressiva no contexto da pesquisa foi em relação à percepção da atividade turística ser mais uma oportunidade de dinamização de renda e de contribuição para um crescimento econômico, na perspectiva de conduzir a uma maior autonomia econômica e social. Pontua-se que esse cenário é o ponto de maior relevância e centralidade desta investigação. Nesse sentido, destaca-se que 94% dos entrevistados optaram por escolher que sim, que eles veem na atividade turística essa oportunidade e uma nova forma de dinamizar a economia da região contra apenas 6% que não acreditam nessa ideia, cuja representação pode ser vista no Gráfico 10.

Gráfico 10 - Você acredita que o desenvolvimento da atividade turística em Damásio pode ser mais uma oportunidade de dinamização de renda, contribuindo para um crescimento econômico e levando assim a uma maior autonomia econômica e social dessa comunidade?



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quando se fala sobre a análise dos vários questionamentos a respeito das percepções sobre a atividade e a forma como esta poderia refletir no território, e na comunidade, embora durante as conversas e entrevistas realizadas no processo de coleta de dados muito pouco ou quase nada viu-se como reflexos negativos dos aspectos que uma atividade turística pode gerar a uma região, aspectos estes que podem ser maximizados dentro de uma realidade tradicional, onde o tempo, o território, o patrimônio e as noções de posse e comunidade grupal são vistas e entendidas de formas tão diferentes a seus possíveis visitantes. Alguns impactos negativos que podem se apresentar na comunidade estão descritos no Quadro 3.

Quadro 3 - Resumo dos impactos socioculturais do turismo.

FATORES ASSOCIADOS COM O TURISMO	IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
O uso da cultura como atração turística	Revitalização das artes tradicionais, festivais e línguas. Acréscimo das culturas tradicionais.	Mudança nas atividades tradicionais. Invasão da privacidade.
Mudanças na estrutura econômica e papéis sociais	Maiores oportunidades econômico-sociais. Diminuição das desigualdades sociais.	Conflitos e tensão na comunidade. Perda da linguagem
Desenvolvimento de infraestruturas	Aumento das oportunidades de lazer.	Perda de acesso às atividades de recreio e lazer.
Aumento da população de turistas	Melhora das condições sanitárias, educação e melhora da qualidade de vida.	Congestionamento, multidão, aumento da criminalidade

Fonte: OMT (1997).

No que tange a concepção de um turismo sustentável no caráter social da palavra, destaca-se que o imprescindível em Damásio já é feito, uma vez que sua comunidade está envolvida no processo desde seu planejamento até sua execução. No entanto, sabe-se que para um real aproveitamento dialético da atividade sem prejuízos aos bens culturais e, principalmente, aos laços sociais tão tocantes dentro dessa tão almejada experiência, esta deve ser pensada e gerida com uma ajuda técnica e científica, que não se sobressaindo a comunidade, mas auxiliando essa na buscar estratégias que fomentem um desenvolvimento turístico seguro.

Uma vez que se reconhecem esses implicadores mais diretamente no cotidiano do grupo receptor é importante que este remete às experiências boas, tanto aos turistas quanto à população local, mas que principalmente não desconfigurem e nem trazem efeitos negativos que possam vir a se tornarem permanentes dentro da comunidade tradicional.

Dá-se prosseguimento evidenciando os resultados dos grupos focais realizados com agentes locais de arranjos produtivos e turismo, gestores e trade. Destaca-se que foram direcionadas perguntas semelhantes ao grupo de visitantes investigados, no entanto, foi dado

ênfoque nas áreas de interesse a respeito das ações individuais e coletivas que podem levar ao fomento da atividade turística em relação ao desenvolvimento comunitário vinculado aos arranjos produtivos locais.

Sobre o entendimento dos agentes, ao serem questionados acerca da possibilidade da Comunidade de Damásio se tornar um polo turístico na região principalmente se relacionada à sua história, seus saberes e seus modos de fazer, e sobre quais seriam o ponto determinantes para a fomentação desse desenvolvimento, tanto os agentes quanto os gestores locais foram unânimes em afirmar que acreditam fielmente nessa proposição, colocando a riqueza cultural e principalmente os bens culturais (apontados principalmente pelos rios da região) como pontos inegáveis de interesse tanto da população local quanto dos visitantes.

De acordo com os agentes, os pontos determinantes para esse desenvolvimento se dariam através de uma maior ajuda, tanto no que tange a conhecimento técnico quanto científico, em modalidades que eles não dominam, tais como mecanismos para melhoria da lavoura e produção, que remeteriam diretamente na qualidade da colheita e na maior produção. No aspecto turístico, os participantes crêem que há uma defasagem de conhecimento em assuntos importantes como saber precificar seus produtos e demais assuntos técnicos relevantes à atividade. Além disso, falou-se muito de uma maior ajuda política e financeira dos gestores externos (município e estado) em ajudarem nas iniciativas tomadas pela população.

Em relação aos aspectos relacionados à gestão, foram pontuadas a necessidade de iniciativas voltadas para a melhoria da produção e, assim, a associação com outros arranjos produtivos da região, arranjos esses que já têm relações financeiras e de negócios com a própria sede, maiores investimentos na infraestrutura voltada para os visitantes e reconhecem a necessidade de uma maior ajuda no que diz respeito ao poder estatal perante a ações da comunidade.

Quando buscou-se investigar os pontos positivos e negativos para implementação da atividade turística para os agentes da região, verificamos a mesma ideia vinculada às já encontradas pelos visitantes que acreditam que a atividade só poderia agregar pontos positivos à comunidade. Entre eles são ressaltadas as ideias de:

- a) Aumento de renda e divisas na região.
- b) Criação de novas chances de emprego.
- c) Melhor conservação das áreas de interesse, bens culturais e de lazer.

d) Maior agregação da comunidade, que estaria ainda mais unida para a fomentação do processo, algo que para eles já é realidade desde a gestação embrionária da versão atual.

Essa visão, apesar de verdadeiramente confirmada empiricamente, se torna perigosa ao ponto em que não há um contraponto de visão, unido todos esses aspectos positivos aos possíveis pontos negativos que possam a ser causados no território.

No que diz respeito aos arranjos produtivos locais já existentes na região e como estes podem auxiliar no incremento no turismo e vice-versa. A visão é de que o visitante passe mais tempo na comunidade e não seja apenas um visitante de “passagem”, ao passo em que este sempre terá interesse em conhecer os arranjos produtivos da região, uma vez que eles fazem parte do cotidiano de todas as famílias da região, determinando a ideia que a vivência nessa contextualização desses arranjos corresponderia a própria experiência, pois seria uma forma de viver os costumes e socializar ainda mais com a população. Outrossim, em contrapartida, o turismo auxiliaria na maior geração de renda que levaria a melhoria e desenvolvimento desses arranjos produtivos, uma vez que, com mais renda, mais pode ser feito para aumentar e melhorar a produção; acredita-se também que isso elevaria o interesse por essas formas de produção manufaturada e principalmente criaria uma maior divulgação dos produtos e da região.

Os participantes foram questionados acerca da concepção de turismo de base social e comunitário: se estes acreditam que os grupos/representantes dos arranjos produtivos locais e da atividade turística da região se sentem representados por tal ação. Foram observados posicionamentos positivos em ambos os casos. Ao se analisar o debate, pode-se perceber que esse caráter de representação é algo já bem fundamentado na comunidade, em que todos trabalham para todos e todos têm direito de vez e voz. Cabe pontuar que por se tratar de um grupo pequeno e por serem realizados trabalhos laborais de subsistência a comunidade, podemos afirmar que um conjunto sempre faz parte do outro, uma vez que este sempre tem participação direta ou indireta através de familiares envolvidos.

Outra questão unânime dentro dos questionamentos se deu quanto ao arranjo produtivo, considerado mais importante e que pode ser mais diretamente envolvido como experiência do turismo. A fabricação da farinha de mandioca e a Casa do Forno foram apontadas como mais significativas dentro desse contexto. Entre os pontos citados, encontramos:

- a) O sistema produtivo que engloba o maior número da população.
- b) a grande sociabilidade gerada no processo.
- c) os critérios e regras geradas na produção que representam regras gerais presentes na comunidade.
- d) o caráter antigo e que representa significativamente seus ancestrais.
- e) o grande número de saberes envolvidos para essa produção.

f) o caráter mais manual e com pouca utilização de máquinas que pode levar o visitante a ter uma experiência bem diferente da sua rotina.

Outro ponto também perguntado para os visitantes e comunidade em geral, mas que merecia melhor desenvolvimento pelos agentes, corresponde se estes são ou não à favor de um desenvolvimento turístico na região, e se estes se veem inseridos ajudando no fomento do turismo na comunidade. Nesse tocante, tivemos algumas respostas contraditórias, pois a maioria deles acredita que contribuem sim diretamente ou indiretamente para as iniciativas de desenvolvimento de um turismo na comunidade, no entanto, uma parte acredita que mesmo trabalhando nas duas frentes (sistemas produtivos e turismo), ainda sentem seus esforços reduzidos diante da grandiosidade do que estes ainda acreditam que precisa ser melhorado na região.

Passando do pressuposto da aceitação e ajuda no desenvolvimento da atividade, passamos a questionar as estes quais ações já podiam ter sido concretizadas em relação ao turismo em Damásio, os pesquisados citam e valorizam bastante as iniciativas locais já criadas até o presente momento, e orgulham-se dessas ações terem partido prioritariamente por ideia e trabalho comunitário com ajuda de toda a população.

No entanto, algumas ações se fazem necessárias, entre elas estes citam:

- a) Casa para os visitantes.
- b) Melhoria nas questões sanitárias e de saúde.
- c) Criação de um museu da comunidade.
- d) Pesquisa, catalogação, conservação e resguardo de documentos referentes a Damásio.

Ao analisarmos os gestores da região, procuramos compreender as suas ideias e ideais em relação à comunidade e a inserção turística na região, bem como suas perspectivas e futuras iniciativas visando esse fim.

Ao questionar de que maneira a implementação de uma atividade turística na comunidade de Damásio em Guimarães (MA) pode possibilitar a conservação de saberes ancestrais quilombolas, fortalecer os laços na comunidade e dinamizá-la, trazendo mais empregos e renda, a ideia central parte que tal mecanismo se torna natural, uma vez que o turismo de experiência feito em uma área tradicional, se dá basicamente pela diversidade nos modos de pensar e agir com a natureza e como grupo, tendo como pano de fundo principal a história quilombola e de resistência que dá um caráter bem diferenciado ao contexto de vida dos visitantes. O que também acontece quando se trata da questão do aumento de renda, uma

vez que mais turistas precisam de uma rede de preparação, desenvolvimento e gestão cada vez maior e representará aumento das possibilidades financeiras.

Quando se analisa a participação da sociedade civil na comunidade de Damásio, esta é vista como diferencial das demais comunidades e como ponto mais forte para o desenvolvimento das ações realizadas até o presente momento. Este se torna um fato de interesse tanto para inserção da atividade como para o próprio sentimento de valorização dos laços e da identidade local, além de tornar-se um objetivo comum pelo que todos trabalham em prol.

“Sim, sem dúvidas, a sociedade civil foi determinante nesse processo, a população vem olhando com para isso com participação e engajamento, a comunidade como um todo está abraçando essa causa, e essa participação sempre pode levar ao aumento e a melhoria desse seguimento.”

Falando em pontos positivos e negativos na implementação de uma atividade turística em uma comunidade remanescente quilombola como Damásio, agora em relação aos gestores, estes foram bem diretos e racionais ao apontarem como pontos positivos o aumento de renda e da visibilidade na região, já quanto aos negativos são citados:

a) o aumento massivo de pessoas e de culturas de fora da realidade do local.

b) a frustração entre a expectativa criada e a realidade das ações, uma vez que nem sempre a atividade vai ser capaz de suprir as expectativas criadas tanto para os moradores, quanto aos visitantes ao visitarem uma comunidade quilombola, isolada e sem muitos apetrechos tecnológicos.

Quanto aos principais entraves na tentativa de uma implantação da atividade turística na região, a resposta uníssona foi a falta de capital e investimentos, isso no que tange aos aspectos dessa implementação, desde as questões de infraestrutura local e turística até a formação e qualificação de pessoas para atuarem nesse segmento.

Buscando-se analisar se os arranjos produtivos locais podem ser usados como mecanismos de fomento e desenvolvimento da atividade turística em Damásio, estes acreditam que é a relação mais fácil e mais propícia aos objetivos vinculados a um turismo de experiência naquele espaço, apontando o sistema de produção de farinha de mandioca como carro chefe para o início da atividade.

Como pergunta final, foi solicitado que os participantes fizessem uma autocrítica sobre os procedimentos que já podiam ter sido concretizados em relação ao turismo em Damásio, os quais até então não foram efetivados e como estes qualificaram sua atuação em relação a esse tema. Os autores sinalizam uma auto crítica positiva, principalmente no que diz

respeito às iniciativas já efetivadas, dadas ao curto período de gestação das ações visando a atividade e apontam vários procedimentos que já podiam ter sido concretizados; a maioria em relação à melhoria da infraestrutura básica dos locais de interesse, uma casa para os visitantes e o lugar de memória da comunidade, no entanto, todos são justificados pela falta de uma maior ajuda financeira (município e estado) viabilizada para este fim.

Dentro da contextualização das entrevistas em relação ao *trade*, cinco aspectos foram observados: a possibilidade real da comunidade de Damásio se tornar um polo de turismo de experiência na região delimitada, se acreditam que tal ação serve para fortalecer a comunidade no que diz respeito a sua cultura ancestral e seus laços de identidade como grupo tradicional quilombola; se há a possibilidade de relacionar os arranjos produtivos da região com a inserção do turismo de experiência na área e, por último, os pontos fortes e os pontos que dificultam o incremento da atividade na região, lembrando que, para tal, buscamos representantes que conhecem empiricamente a região e podem opinar com mais propriedade e riqueza de informações sobre os questionamentos doravante feitos.

Nesse contexto, foram unânimes ao afirmar que Damásio constitui-se de elementos reais que lhe podem configurar uma boa colocação no desenvolvimento de um turismo de experiência na região. Um ponto muito ressaltado foi a proximidade com a sede e com locais de interesse já bem conhecidos como a praia de Araoca. Outro ponto reportado de forma constante foi o forte caráter de gestão comunitária gerido naquele território. Além das belezas naturais e diversidade cultural e da própria curiosidade gerada pela experiência em uma comunidade tradicional remanescente quilombola.

Quando questionados se acreditam que tal ação serve para fortalecer a comunidade, quando considerada a cultura ancestral e de identidade como grupo tradicional quilombola, foi indicado que a própria ação contínua em receber visitantes e rememorar em suas falas (memória oral), bem como nas demonstrações dos seus saberes e modos de fazer, torna mais simbólica suas relações, criando sentimento de orgulho e que, vistos como um grupo, tornam mais forte seus laços de identidade.

Quando se questiona sobre a possibilidade de relacionar os arranjos produtivos da região com a inserção do turismo de experiência, o *trade* foi ressonante ao afirmar que tais arranjos produtivos lá encontrados são fortes mecanismos para o contexto de experiência em questão, tendo um grande diferencial, de serem experiências reais e cotidianas do povo investigado e não apenas criados numa espécie de teatralização e cenário para os visitantes. Trata-se da vida real e diária da comunidade, os saberes e os modos de fazer que lhe dão orgulho como grupo tradicional e lhes conferem a subsistência no dia a dia.

Quanto aos pontos fortes e a serem melhorados, isto quando se vislumbra a inserção da atividade turística na região a médio e longo prazo, destacam-se, entre eles:

i) Pontos fortes:

a) A comunidade demonstra ter lideranças fortes e motivadas a trabalhar com o turismo;

b) A gastronomia local tem peculiaridades com grande potencial para a atividade turística (biscoito e café);

c) A importância histórica da comunidade pelo seu pioneirismo na área;

d) Já é uma comunidade com certa organização, o que ajuda na implantação do turismo.

ii) Pontos fracos:

a) Acesso ao local;

b) Dificuldade em encontrar fornecedores que estejam aptos a levar ao local, de forma organizada, como relatado por um dos participantes: *“Por exemplo, eu como agência não sei quem posso contratar para fazer esse serviço”*;

c) Dificuldade de encontrar intermediários na região da comunidade;

d) Falta de locais de hospedagem.

Sugestão para o melhor aproveitamento turístico

No percurso de todo o estudo, foi percebido que a região de Damásio- Guimarães - MA detém uma grande potencialidade para o incremento da atividade turística, tanto no que tange seu caráter histórico quanto cultural, sendo, inclusive, algumas de suas ferramentas já utilizadas para esse fim e este já é feito de forma intuitiva e sem muito apelo ao lucro. Percebe-se que tal atividade é gerida mais como um ato de orgulho e necessidade de expansão de seus valores e costumes que com um caráter mercadológico (algo que embora tenha a necessidade de ser aperfeiçoado para o próprio benefício da comunidade) mostra-se base principal e singular na localidade.

Nessa região, como bem pontua Bonald Neto (1983, p. 83), “[...] a busca das diferenças num verdadeiro turismo em que o visitante é levado a procurar ver, viver e gozar os ambientes naturais e especificamente os que compõem o acervo cultural da comunidade [...]”.

Esse intento deve-se principalmente pelo desejo de manter-se de forma prioritária as características do turismo de base comunitária, a qual é a principal configuração da comunidade de Damásio. O mais relevante no contexto é fazer com que a comunidade se sinta

envolvida no processo, desde o seu planejamento até sua execução, o que leva a um dialético aproveitamento da atividade, tanto por parte dos visitantes quanto por seus próprios moradores.

Como vimos, percebemos que a comunidade remanescente de Damásio tem grande perspectiva para a inserção bem-sucedida de uma atividade turística voltada a uma segmentação de experiência, principalmente se relacionadas e, porque não dizer, consequentes diretamente dos arranjos produtivos e saberes vinculados a essa localidade. No entanto, ainda surgem como empecilhos a essa efetivação uma defasagem de conhecimentos técnicos, científicos e de mercado, que com certeza contribuíram de forma decisiva para despontar Damásio como polo turístico expressivo na região de Guimarães, podendo inclusive juntar-se a outras comunidades para o incremento de um roteiro turístico voltado a experiências em quilombos ou mesmo compondo de forma satisfatória o roteiro das rotas das emoções.

Tendo em vista essas proposições e pensando majoritariamente na ideia de uma proposta de incursão turística, a qual não torna árdua a dinâmica da comunidade e visando proporcionar ao visitante a experiência somente dos aspectos negativos oriundos da comunidade, é prudente, a princípio, a adesão de um turismo mais brando evitando a desagregação ambiental e forçada teatralização das relações dentro da comunidade. Nesse sentido, deve prezar por ações que não descaracterize o espaço, tampouco o torne exclusivamente comercial, esquecendo-se do seu caráter fundamental que lhe deu origem, os laços culturais e identitários.

Com base nesses ideais, foram elaboradas esferas de atuação que buscam o melhor desenvolvimento para a potencial inserção do turismo de experiência da localidade.

i) Incentivo à infra e superestrutura do local

Tais observações e sugestões aqui dispostas, são redigidas a partir dos ímpetos e desejos formulados pela comunidade agregados a um olhar técnico do pesquisador, que visou concluir de forma satisfatória as demandas da comunidade como sociedade organizada e melhor desenvolvimento da atividade turística na região, isso no tange, tanto as melhorias de infraestrutura para a localidade quanto de superestrutura turística. Para alcançar este objetivo, são necessárias ações como:

a) Melhoria na Infraestrutura básica do local (acesso): seguindo os principais relatos de moradores e visitantes, os principais problemas ligados a infraestrutura básica da região, estão centrados nas vias locais e de acesso ao quilombo, a comunidade não conta com asfalto, sendo suas vias de “chão batido”, o que traz muita poeira durante o dia e no contato com grande

quantidade de veículos, algo que comumente acontece, uma vez que o “povoado” é acesso a uma das mais conhecidas praias da região (Praia de Araoca), muito frequentada em finais de semana e datas comemorativas.

Os moradores comumente reclamam-se de doenças nas vias áreas decorrentes principalmente desta questão e apontam como uma das soluções mais viável e que não se descaracteriza a área como área tradicional, seria a colocação de blocos de cimento que segundo eles amenizaria bastante esse transtorno.

Figura 51 - Via locais dentro do “povoado” e a via de acesso a Damásio.

Fonte: Autora (2022).

b) investimentos mais sérios voltados a área da saúde, considerado um dos problemas ressaltados com mais indignação pela população; como já fora dito, a comunidade conta apenas com um posto de saúde que opera apenas com um funcionário que, além de desempenhar várias funções, é também dispensado das suas atividades todo último trimestre do ano. Logo se um morador vier a sentir algum desconforto durante esse período, precisa deslocar-se para a sede (Guimarães).

c) Treinamento focado em artesanato, serviços e hospitalidade para que sejam efetivamente oferecidas as desejadas experiências memoráveis aos visitantes, isto no que tange tanto os serviços desenvolvidos pelos moradores como pelos prestadores de serviço. Neste enfoque, poderíamos contar com parcerias como as Universidades e entidades como SENAC, SENAI, SEBRAE, além das próprias secretarias municipais e estaduais de turismo.

ii) Incentivo a valorização cultural dos saberes e modos de fazer da região

Tal intuito busca criar na comunidade a consciência sobre a importância e valorização da sua história e dos seus modos de expressão que por meio de ações contribuiria para o seu autoconhecimento e divulgação de sua cultura.

a) Desenvolvimento de cursos profissionalizantes para moradores;

b) Incentivar a produção literária, musical e fotográfica por parte dos moradores e ou formadores de opinião através de documentários, livros e outros meios de documentos audiovisuais;

c) Incremento das oficinas identitárias utilizando-se para isso das próprias manifestações culturais oriundas da comunidade;

d) Incentivar a formação de guias turísticos na comunidade;

f) Criação da Casa de Memória Comunidade de Damásio.

iii) Campanha de marketing

Esta ação deve ser implementada em duas esferas. Primeiramente em nível local, onde deve ser incitado entre os moradores a valorização de pertencer a um território quilombola, através de fóruns de debates e discussões a respeito dos problemas e das potencialidades da comunidade, levando principalmente os jovens a pensarem e participarem das tomadas de decisão e ações voltadas ao território, isso levaria a um maior estreitamento dos laços de identidade na comunidade e a tomada de consciência crítica a respeito de sua história e da sua cultura.

A segunda esfera envolvida no processo seria a comunidade em geral, ou seja, aqueles que não conhecem a comunidade, neste sentido seriam feitas campanhas de cunho informacional em rádios, jornais e emissoras locais que divulgam o novo destino turístico bem como atuariam na divulgação dos eventos que ocorressem na localidade.

a) Criação de material publicitário voltado exclusivamente para o destino Damásio (Guimarães).

b) Criação de uma campanha publicitária voltada para o slogan: *Damásio: Viva essa experiência.*

c) Criação de uma logomarca ressaltando aspectos intrínsecos envolvendo a região e a cultura local ou envolvendo as cores da bandeira do quilombo.

d) Incorporar na localidade (principalmente na área central e dos balneários) e nos acessos à comunidade, sinalização turística que ajudaria na identificação da área e na curiosidade de novos visitantes para o “povoado” no deslocamento em outras regiões próximas.

Todas essas sugestões devem ser incrementadas de maneira coordenada e tendo como principal característica o engajamento da comunidade

Sugestão 4 - Roteiro: Damásio :Viva essa experiência

A intenção de roteirização do destino tem como objetivo conferir realidade turística aos atrativos que estão dispersos através de sua integração e organização.

A roteirização auxilia o processo de identificação, elaboração e consolidação de novos roteiros turísticos e, além disso, tem como função apontar a necessidade de aumento dos investimentos em projetos já existentes, seja na melhoria da estrutura atual, seja na qualificação dos serviços turísticos oferecidos.

Nesse contexto, pretende-se incluir os produtos turísticos do povoado os contextualizando com a realidade e a dinâmica social.

Neste roteiro os visitantes conhecem os seguintes locais, bem como sua história e a importância cultural.

Nas conversas com agentes e gestores, é necessário em média dois dias para se conhecer efetivamente a região. Neste sentido tal roteiro inicia-se às 15 horas.

a) Praça Central de Damásio (história geral da formação das casas e da comunidade como um todo).

b) Ginásio Poliesportivo de Damásio – Helvécio Braga (oficinas esportes locais :futebol de salão, vôlei e atletismo).

c) Biblioteca Vaga Lume.

d) Casa de Juçara (aprender sobre a dinâmica social e econômica da produção da Juçara, entender os processos, experienciar a produção).

e) Centro Comunitário (conhecer a estrutura e as questões de sociabilidade da região).

f) Igreja Nossa Senhora da Assunção.

g) Campo de Futebol.

h) Centro Educacional Professor Rosalino de Lima Martins (Falar sobre a escola e sobre seu marco e importância dentro de uma região quilombola)

i) Praça Central de Damásio (jantar e apresentação do grupo jovem de dança).

j) Praça Central de Damásio (café da manhã com as delícias do cardápio de Damásio).

k) Visita de trator para o Monteiro .

l) Trilha para o Calhau (ruínas na cidade velha e antigas construções já estado de depreciação de elementos voltadas às plantações e grandes fazendas antigas da região) .

m) Rio Passaginha .

n) Rio Bebedor .

o) Casa de Forno (aprender sobre a dinâmica social e econômica da produção da farinha, entender os processos, experienciar a produção).

p) Rio Fonte Grande (experiência de sociabilidade com a comunidade e se possível as festas com paredões).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como foco analisar as possibilidades da fomentação de arranjos produtivos locais na região de Damásio em Guimarães (MA) para o desenvolvimento de um turismo de experiência na região, auxiliando em aspectos de autonomia econômica e social dessa comunidade o que contribuiria significativamente para o seu desenvolvimento local.

No que tange o desenvolvimento local de forma sustentável na região, é sugerido a manutenção de uma atividade turística, como já vem sendo feita na localidade, ou seja, um modelo de turismo mais brando evitando uma massificação que poderia contribuir para a desagregação da dinâmica social e a teatralização das relações dentro dela e desvalorizando o que estas têm de mais importante em suas concepções: seu território e seus personagens.

Para Martins (2002, p. 54), quando se fala de desenvolvimento local, está-se referindo à escala das inter-relações pessoais da vida cotidiana, as quais são construídas sobre uma base territorial. Nesse contexto, o conceito de território torna-se imprescindível, sob pena de se cair num discurso vazio, desprovido de base empírica, inviabilizando trabalhar a sustentabilidade de uma comunidade de forma científica. Portanto, compreende-se o território como o somatório dos sistemas naturais de um determinado país ou uma determinada área, com as realizações introduzidas pelos homens (CASTILHO; ARENHARDT; BOURLEGAT, 2009).

Dentro do contexto, encontra-se, de um lado, a valorização dos atores locais (turismo de base comunitária), e de outro, o visitante (turismo de experiência). A personificação das experiências, as experiências memoráveis, a valorização do profundo intercâmbio entre turista e local visitado, os saberes e os valores locais geram uma relação ímpar entre identidade de uma comunidade e desenvolvimento local, uma vez que é através desta que a região pode se diferenciar dos demais em níveis de experiências singulares em meio aos cenários tão uníssonos; assim sendo, requer a identidade e a parceria da comunidade, bem como que seus componentes culturais estejam centrados na identidade territorial, onde se encontra presente o sentimento de pertencimento que leva à participação e construção coletiva do processo de desenvolvimento local.

Considerando-se que uma boa organização comunitária é imprescindível para o desenvolvimento local, infere-se que a comunidade remanescente de Damásio em Guimarães (MA) dispõe de todos os elementos necessários para o crescimento de seu turismo alicerçado em bases de um turismo comunitário e para o fomento de um programa de marketing visando

este destino como um grande modelo de turismo onde experiências memoráveis, as vivências profundas e trocas culturais entre comunidade e visitantes sejam possíveis .

Além de ampliar a discussão sobre a relação entre os conceitos de desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais, o intuito é o ponto chave para a efetivação do objetivo da pesquisa, está na articulação entre os arranjos produtivos locais já existentes na região, sobretudo aqueles relacionados aos saberes, fazeres e modos de expressão e o desenvolvimento da atividade turística.

Inferese, a partir dos resultados da pesquisa, que os próprios sistemas produtivos existentes em Damásio são, por si só, parte da tão buscada experiência para a região, os quais não apenas se relacionam, mas se incorporam um ao outro. Os arranjos produtivos locais são elementos significativos dos próprios saberes locais e são seus modo de fazer e modos de expressão, estes confluem e remetem para a vida “real” da comunidade, pois são sua subsistência e elementos simbólicos da própria ancestralidade advindos da cultura e história oral tão significativa para esse comunidade.

O grande diferencial dessa experiência se dá por não ser algo teatralizado e criado apenas para “turista ver”, pois se trata de uma experiência consistente e digna de ser mostrada e divulgada.

É relevante pontuar nestas considerações finais a importância e o caráter diferenciador do aspecto humano nessa comunidade. Como o imperativo “O melhor do Maranhão é o povo maranhense”, em Damásio encontram-se pessoas unidas e engajadas em um objetivo único de desenvolver sua região de forma igualitária e sustentável. Logo, aos que têm a oportunidade de conhecer essa terra e o seu povo, é impossível não criar uma conexão real com seus personagens, impossível não se sentir parte daquele lugar, e é isso que faz uma viagem de experiência ser tão memorável e tão inesquecível. Evidencia-se que se chega lá como visitantes e de lá parte-se como amados parentes que, morando distante, sua visita sempre é esperada e desejada; quebra-se nesse ponto o caráter meramente econômico e financeiro das trocas necessárias da atividade, e se percebe o sentido humano da criação de laços verdadeiros de amizade.

Foi grande e agradável a surpresa de ao chegar ao destino, já perceber tantas iniciativas e ações geradas principalmente pela comunidade e que são importantíssimas para um incremento de uma atividade turística eficiente. Entretanto, é evidente que há muito ainda por fazer, principalmente no que tange às ações que necessitam de grandes investimentos privados e do estado, bem como de estudos técnicos e científicos que visem que esse

desenvolvimento feito de maneira desregulada e sem estudos prévios levem a drásticas consequências ambientais.

Nesse cenário, o estudo evidencia que a atividade turística, se bem planejada e desenvolvida de forma sustentável, viabiliza, por meio da prestação de serviços de hospedagem, alimentação e lazer nas unidades familiares, uma maior adesão a proteção ambiental, a salvaguarda cultural, principalmente mediante a ações realizadas através da força da cooperação associativa entre uma população tradicional (agricultores, pescadores, indígenas e grupos extrativistas) e turistas, estes vistos como parceiros.

Dentro dos resultados, percebe-se que a comunidade local, visitantes, gestores, agentes e trade acreditam na real possibilidade e potencial de Damásio vir a ser um local de maior turismo e afirmam que o destino já tem iniciativas importantes (principalmente as que tangem as oriundas de caráter popular) que ajudam e fortalecem muito a inserção da atividade a médio e longo prazo.

Como caráter forte dentro desse contexto, se percebe a organização social que vai além das diretrizes de regras e sociabilidades e geram um pensamento visando o coletivo e a conservação do meio ambiente e das suas próprias relações sociais de amizade e familiaridade. A forma de pensar o território e a propriedade também são aspectos culturais importantes quando investigamos as origens dessa gestão de base social e comunitária: a terra é de todos, logo todos têm direitos e deveres e precisam conservá-la para sua manutenção.

Essa relação entre arranjos produtivos locais e o turismo está prioritariamente na valorização do caráter mais humano na atividade, mostrando a população como protagonista importante no processo desse desenvolvimento, elevando a qualidade de vida da comunidade, dando a estes não apenas a uma mera certificação sobre suas terras, mas também lhes configurando autonomia social, política e econômica.

Outro ponto relevante dentro da pesquisa é a necessidade dos membros da academia se colocarem no papel de coadjuvantes nesse cenário e interagirem com o grupo a fim de ajudá-los com o que para eles é necessário; no caso em questão, conhecimento técnico e científico que os ajude a gerir de forma mais eficiente os que esses já fazem há décadas. Não estamos aqui como protagonistas, estamos exercendo algo que a nós é denotado com maior facilidade e local de interesse. À nós é dado o papel de chamar atenção a esses grupos, a esses indivíduos, a esses locais de interesse, e fazê-los serem vistos e ouvidos (o que historicamente é negado pela historiografia oficial). É tornar seus interesses e problemas elementos de conhecimento público, para que após isso, esses possam exercer o direito de vez e de voz que lhes deviam ser

garantidos mesmo sem nossos esforços, e talhando para si mesmos os futuros do desenvolvimento que estes mesmos querem para si e para seu território.

Hoje finda-se a pesquisa, com grande felicidade na possibilidade de conhecer esse tema tão rico e uma terra tão diversificada em suas belezas naturais, cultura e saberes. O intuito dessa pesquisa inicial foi de ajudar nas concepções sobre o tema e colocá-la como um pequeno norte para uma gestação de uma atividade turística em médio e longo prazo, algo que certamente irá acontecer dada a força de vontade e empenho de toda a população. À comunidade de Damásio, minha sincera gratidão, por tudo que me foi ensinado e repassado nos períodos saudosos em que aí estive. Constitui-se uma alegria e uma honra ter tido a possibilidade de conviver e compartilhar um pouco da jornada de vocês.

É uma grande estrada a percorrer, mas o caminho está apenas no início. O mais importante aqui é iniciarmos a caminhada, seguindo sempre em frente.

Mãos à obra! Damásio: viva essa experiência!

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R.; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALENCASTRO, Luís Felipe de. **As populações africanas no Brasil**. [S.l.: s.n.], 2006. (Texto redigido e apresentado ao Congresso em 15/12/2006 pelo ministro da Cultura, Gilberto Gil).
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**: laudo antropológico, volume I. Brasília, DF: MMA, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos: sematologia face as novas identidades. In: **Projeto Vida de Negro, Frechal, Terra de Preto**: Quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1996. p. 11-19.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Território quilombola, etnodesenvolvimento e turismo no nordeste de Goiás. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 40, p. 130-144, ago. 2017.
- ALTO, Rosana Lacerda Monte. **Saberes e Fazeres Quilombolas**: diálogos com a Educação do Campo. Uberaba, SP: [s.n.], 2012.
- ANDRADE, Jose Vicente de. **Turismo**: fundamentos e dimensões. 8. ed. São Paulo: Ática 2000.
- ANDRADE, Maristela de Paula. Novos sujeitos de direitos e seus mediadores: uma reflexão sobre processos de mediação entre quilombolas e aparelhos de Estado. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 27, 2º sem. 2009.
- ANJOS, R. S. A. **Quilombos**: geografia africana-cartografia étnica, territórios tradicionais. Brasília: Mapas, 2009.
- ARANTES, Antônio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Série Primeiros Passos).
- ARAÚJO, Maria Raimunda. Notícias sobre os quilombos no Maranhão. In: MOURA, Clóvis (org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001. p. 139-156.

ARAÚJO, W. A. de. **Desenvolvimento econômico e arranjo produtivo local**: uma relação necessária. São Mateus, ES: Opção, 2010.

ARNAUDO, M. F.; CORBELLA, V. Análisis de la potencialidad de Monte Hermoso para lograr el desarrollo local a partir de bienes culturales. **Revista de Investigación en Turismo y Desarrollo Local**, Málaga, Espanha, v. 6, n. 15, p. 1-11, dez. 2013.

ARRUTI, José Maurício. A Emergência dos “Remanescentes”: Notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000200001. Acesso em: 03 jul. 2019.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: Edusc, 2006. (Coleção Ciências Sociais).

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. **Olhar, memória e reflexões sobre a gente do Maranhão**. Organização de Izaurina Maria de Azevedo Nunes. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2003.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Quilombos Maranhenses *In*: GOME, Flávio dos Santos. REIS, João José Reis. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 433-466.

AULETE, C. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. 3. ed. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1948.

AVELAR, Ricardo Santos. **Saberes Entrelaçados**: a ciência das plantas medicinais utilizadas na comunidade quilombola de Damásio - Guimarães – MA. São Luís: IFMA, 2021.

AZANHA, J. M. P. Planos e políticas de educação no Brasil: alguns pontos para reflexão. *In*: MENESES, J. G. C. *et al.* **Estrutura e funcionamento da educação básica**: leituras. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 102-123.

BALULA, Luís. Planejamento urbano, espaço público e criatividade. Estudos de caso: Lisboa, Barcelona, São Paulo. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 93-122, jan./jun. 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARLALACH, Lisenet. **A criatividade Humana sob a ótica do empreendedorismo inovador**. São Paulo: [s.n.], 2009.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária**. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

BATALLA, G. B. **El Etnodesarrollo**: sus premisas jurídicas, políticas y de organización. San José: FLACSO, 1982.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. bras. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENI, Mario Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.

BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**: Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. (coord.). **Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio CDS; UNB; Abipti, 2000.

BOORSTIN, D. **The image**: a guide to pseudo – events in America. Nova York: Frist Vintagebooks, 1992.

BOSI, Alfredo. Cultura Brasileira e culturas brasileiras. *In*: BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Capital cultural, escuela y espacio social**. Madrid: SigloVeintiuno de España Editores, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é folclore?** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. **Decreto nº 6.040 de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação-Geral de Segmentação. **Turismo Cultural**: orientações básicas. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural**: orientações básicas. 3. ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010.

BURNETT, F. L. Da cidade unitária à metrópole fragmentada: crítica à constituição da São Luís moderna *In*: LIMA, A. J. **Cidades Brasileiras**: Atores, Processos e Gestão Pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CAILLOIS, Roger. **O Homem e o Sagrado**: o sagrado de transgressão, teoria da festa. Lisboa: Ed. Lisboa; 1988.

CAMMARATA, E. B. El Turismo como Práctica Social y su Papel en la Apropiación y Consolidación del Territorio. *In*: LEMOS, A. M. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. **América Latina**: cidade, campo e turismo. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales (CLACSO); São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

CANEPA, Carla. **Cidades sustentáveis**: o município como lócus da sustentabilidade. São Paulo: RCS, 2007.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHAVES, César Roberto Castro. Patrimônio cultural e relações de poder: estratégias discursivas e conflitos na cena do patrimônio cultural. *In*: ENCONTRO HUMANÍSTICO, 11., 2011. **Anais** [...] São Luís: EDUFMA, 2011.

CHIOCHETTA João Carlos; HATAKEYAMA Kazuo. Implementação de um APL – Arranjo produtivo Local: o caso do setor metal mecânico da região sudoeste do estado do Paraná. **Revista Produção Online**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 1-13, 2007.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP; Estação Liberdade, 2001.

CORIOLOANO, L. N. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Anablumme, 2006.

COUTINHO. Gisela Aguiar Soares. Reestruturação da cadeia produtiva têxtil em Valença RJ. **Revista Economia & Gestão**, v. 8, n. 17, p. 1-17, 2008.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contato, 2002.

CRUZ, Rodrigo Díaz. Experiencias de la Identidad. **Revista Internacional de Filosofía Política**, n. 2, p. 63-74, 1993.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru: USC, 2002.

CUCHE, Denys. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, Danilo Fontenele Sampaio. **Patrimônio cultural**: proteção legal e constitucional. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2008.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e Bio-diversidade**. Brasília, DF: MMA, 2001.

DURAND, Gilbert. **O imaginário**: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Tradução: René EveLevié. Rio de Janeiro: Defil, 2001.

FARIA, M. C. P. **Análisis de la capacidad del turismo em el desarrollo econômico regional**: el caso de Inhotim y Brumadinho. 2012. 234 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidad de Alicante, Espanha, 2012.

FERREIRA, Daciléia Lima. **Inventariando os saberes culinários das comidas emblemáticas da Vila das Almas no Quilombo Saco das Almas, em Brejo/MA: entre memórias e identidades.** 2021. 208 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade/CCH) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. *In*: FONSECA, Maria Cecília Londres. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação.** Brasília, DF: IPHAN., 2000.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (org.). **Turismo e Patrimônio Cultural.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. (Coleção Turismo Contexto).

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford. **Saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991.

GRAMMONT, Anna Maria de. A construção do conceito de Patrimônio Histórico: restauração e cartas patrimoniais. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural – PASOS**, v. 4, n. 3, p. 437-442, sep. 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 7. ed. Tradução de Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP &A, 2003.

IPHAN. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.** Brasília, DF: IPHAN, 2006.

IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação.** Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas,** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e Esfera Pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KASHIMOTO, E. M.; MARINHO, M.; RUSSEFF, I. Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. **Interações: Revista**

Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, MS, v. 3, n. 4, p. 35-42, mar. 2002.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**. São Paulo: Aleph, 2000.

LAGE, Beatriz Helena G.; MILONE, Paulo César. Fundamentos econômicos do turismo. *In*: LAGE, Beatriz Helena G.; MILONE, Paulo César (org.). **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LAMAS, J. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1993.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEFEBVRE, H. Barrio y vida de barrio. *In*: LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. 3. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1975.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **L'Identité**. Paris: Grasset, 1977.

LEVI-STRAUSS, Claude. **La Identidade**. Seminário interdisciplinar dirigido por. Espanha, Ediciones Petrel. [*S.l.: s.n.*], 1981.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, DF: UnB, 2002. (Série Antropologia; 322).

LONDRES, Cecília, Patrimônio e performance: uma relação interessante. *In*: TEIXEIRA, João Gabriel L. C. *et al.* (org.). **Patrimônio Imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização**. Brasília, DF: ICS-UNB, 2004. p. 19-30.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI**: novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Tradução: Ricardo. Corrêa Barbosa; posfácio: Silvano Santiago. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009. 156 p.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. **Turismo, cultura e Identidade**. São Paulo: Roca, 2003.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, MS, v. 3, n. 5, p. 51-9, set. 2002.

MOLINA, Sérgio. **O pós-turismo**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2003.

MONTES, Maria Lucia. **Raça e Identidade**: entre o espelho, a invenção e a ideologia. São Paulo: EDUSP, Estação Ciência, 1996.

MOREIRA, Eliane Cristina Pinto. Direito dos povos tradicionais: afirmação e aplicação. *In*: DIAS, Jean Carlos; SIMÕES, Sandro Alex de Souza. **Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método; Belém: CESUPA, 2013.

MORIGI, Valdir José. Memória, Representações Sociais e Cultura Imaterial. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, ano 9, n. 14, 2012.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na Senzala, Quilombos, Insurreições, Guerrilhas**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1981.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo em África. *In*: MOURA, Clóvis (org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió, AL: EDUFAL, 2001. 378 p.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Pan-Africanismo na América do Sul**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

NICOLAS, Daniel H. (org.). **Teoria y práxis delespaciaturístico**. México: Universidad Autonoma Metropolitana-Xochomilco, 1989.

NITSCHKE, L. B. Por um turismo para as comunidades locais. **Turismo e Sociedade**, v. 6, n. 3, p. 713-717, 2013.

OLIVEIRA, C. A. F.; BLOS, W. S. Ecoturismo: desenvolvimento, comunidades tradicionais e participação. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 12, n. 2, p. 137-151, 2012.

OLIVEIRA, Jucilene Belo de. **Território e políticas de ação afirmativa para remanescentes quilombolas na Amazônia**: programa Raízes e Pará Quilombola nas comunidades de ItacoãMiri e Guajará- Miri. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Pósgraduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003a.

PELLEGRINI, Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

PERALTA, Elsa; ANICO, M. (ed.). **Patrimónios e Identidades**: ficções contemporâneas. Oeiras: Celta, 2006.

PÉREZ. Xerardo Pereiro. **Turismo Cultural**: uma visão antropológica - El Sauzal. Tenerife, España: ACA y PASOS; RTPC, 2009.

- QUEIROZ, M. M. A. **Turismo de Raízes na Bahia**: um estudo sobre a dinâmica do turismo étnico (afro) na Bahia: os casos do Pelourinho Salvador e da Festa da Boa Morte/Cachoeira. 2019. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. O Direito ao patrimônio cultural preservado: um direito e uma garantia fundamental. **Pensar**, Fortaleza, ed. especial, p. 52-61, abr. 2007.
- RODRIGUES, M. Preservar e Consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (org.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Turismo Contexto).
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Espetáculo. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Cultura e atualidade**. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 11-28.
- SÁ, N. S. C. **Cultura e turismo na contemporaneidade**: as festas populares religiosas baianas. 2007. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) - Universidade Salvador, Salvador, 2007.
- SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um "objeto" em via de extinção. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 1997.
- SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K.; FALK, V. C. V. Arranjo socioprodutivo de base comunitária: interconectando o turismo comunitário com redes de comércio justo. **Turismo-Visão e Ação**, v. 10, n. 2, p. 244-263, 2008.
- SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO, L. N. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e América Latina para compreensão do Turismo Comunitário e Solidário. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 3, n. 1, p. 4-24, 2009.
- SAMPAIO, C. A. C.; ZAMIGNAN, G. Estudo da demanda turística: experiência de turismo comunitário da Microbacia do Rio Sagrado, Morretes (PR). **Cultur - Revista de Cultura e Turismo**, v. 6, n. 1, p. 25-39, 2015.
- SANSOLO, D.; BRUSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras**. [S.l.]: Ed. Letra e Imagem, 2009.
- SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.
- SATTERTHWAITE, D. Como as cidades podem contribuir para o desenvolvimento sustentável. In: MENEGAT, R.; ALMEIDA, G. (org.). **Desenvolvimento sustentável e**

gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 129-169.

SCHIELE, Bernard (dir.). **Patrimoineset Identités**. Québec: Éditionsmultimonds, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moitz; QUEIROZ, Renato da Silva (org.). **Raça e Diversidade**. São Paulo: Estação Ciência: EDUSP, 1996.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SGARBI, M. A imaterialidade da cultura: o que se vê na perspectiva de educandos entre seu cotidiano e suas referências. **Boletín OPCA**, v. 6, p. 27-34, 2014.

SILVA, Carlos Benedito R. da. **Ritmos da Identidade:** mestiçagem e sincretismos na cultura do Maranhão. 2001. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

SILVA, Creudercy Costa. **Nos labirintos do Patrimônio:** representações sobre o bairro do Desterro. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Luís, 2005.

SILVA, R. E.; CARVALHO, K. D. Turismo Étnico em Comunidades Quilombolas: perspectiva para o etnodesenvolvimento em Filipa (Maranhão, Brasil). **Turismo e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 203-219, 2010.

SILVA, Wânia Suely Santos da. **Sobre a identidade cultural como construção discursiva:** um estudo do carnaval de São Luís do Maranhão. 2002. Dissertação (Mestrado e Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades**. Editora: Autêntica. Belo Horizonte: 2006.

SOARES, Edimara Gonçalves. **Quilombo:** território e territorialidades. Curitiba: Governo do Paraná, 2017.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável:** conceitos e impacto ambiental. São Paulo: ALEPH, 2000.

UNESCO. **Literacy skills for the World of tomorrow:** further results from Pisa 2000. [Paris]: OECD, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história:** micro história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VASCONCELOS, Marcos Antônio S.; GARCIA Manuel E. **Fundamentos de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VERDUM, Ricardo. **Etnodesenvolvimento**: nova/velha utopia do indigenismo. 2006. 190 f. Tese (Doutorado) - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

VIANA, Virgílio M. Bolsa Floresta: um instrumento inovador para a promoção da saúde em comunidades tradicionais na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 143-153, dec. 2008.

VIGNATI, Frederico. **Gestão de destinos turísticos**. São Paulo: SENAC, 2008.

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação**. Brasília: Editora UnB, 2004.

ZAMBAM, Neuro José; KUJAWA, Henrique Aniceto. As políticas públicas em Amartya Sen: condição de agente e liberdade social. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 13, n. 1, p. 60-85, mar. 2017.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CULTURA E SOCIEDADE

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

(Roteiro de entrevista a ser aplicada aos gestores públicos)

DADOS GERAIS da pessoa entrevistada (sem identificação):

Idade: _____

Profissão: _____

Gênero: _____

1 - Você acredita que a comunidade de Damásio em Guimaraes- MA tem a possibilidade de se tornar um polo turístico na região dada sua história, seus saberes e seus modos de fazer? Se sim qual(ais) o ponto(s) determinantes tendem a ser analisados para a fomentação e desenvolvimento dessa atividade?

2 - De que maneira você acredita que a implementação de uma atividade turística na comunidade de Damásio em Guimarães- Ma pode possibilitar a conservação de saberes ancestrais quilombolas, fortalecer os laços na comunidade e dinamiza-la trazendo mais empregos e renda?

3 - Você acredita que a participação da sociedade civil na comunidade de Damásio foi determinante para o desenvolvimento da atividade turística? Como você percebe isso, e como a comunidade tem participado até o momento?

4 - Quais são os principais pontos positivos e negativos na implementação de uma atividade turística em uma comunidade remanescente quilombola como Damásio”?

5 – Quais os principais entraves que você como gestor pode citar na tentativa de uma implantação da atividade turística na região?

6 - Você acredita que os arranjos produtivos locais já existentes na região podem ser usados como mecanismos de fomento e desenvolvimento da atividade turística em Damásio? Se sim quais você acha mais forte e possível de se relacionarem ao turismo?

7- Em uma auto crítica, o que você pode apontar como procedimentos que já podiam ter sido concretizados em relação ao turismo em Damásio que até então não foram efetivados? E como você qualifica a atuação dos gestores como um todo em relação a esse tema?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CULTURA E SOCIEDADE

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA A SER APLICADA AOS AGENTES
RELACIONADOS AOS ARRANJOS PRODUTIVOS, DE TURISMO E LÍDERES
COMUNITÁRIOS**

**(Roteiro de entrevista a ser aplicada aos agentes relacionados aos arranjos produtivos,
de turismo e líderes comunitários)**

DADOS GERAIS da pessoa entrevistada (sem identificação):

Idade: _____

Profissão: _____

Gênero: _____

1 - Você acredita que a comunidade de Damásio em Guimaraes- Ma tem a possibilidade de se tornar um polo turístico nessa região dada sua história, seus saberes e seus modos de fazer? Se sim qual(ais) o ponto(s) determinantes tendem a que ser analisados para a fomentação e desenvolvimento dessa atividade ?

2 – Na sua opinião, quais são os principais pontos positivos e negativos para a implementação do turismo na região de Damásio?

3 – De que maneira os arranjos produtivos locais já existentes na região podem auxiliar na incrementação no turismo em Damásio e como esta atividade pode dinamizar tais arranjos produtivos?

4 - No que se refere a ideia de um turismo de base social e comunitário você acredita que os grupos/representantes dos arranjos produtivos locais e da atividade turística da região se sentem representados por tal ação?

5 – Na sua concepção, dentre os arranjos produtivos locais já inseridos na comunidade, saberes ou modos de fazer ,você considera mais importante e que poderia ser diretamente relacionado ao turismo dentro da comunidade?

6– Você é a favor de um desenvolvimento turístico nessa região? Se sim, como você se vê inserido ou ajudando para o fomento da comunidade nesse viés?

7- o que você pode apontar como procedimentos que já podiam ter sido concretizados em relação ao turismo em Damásio que até então não foram efetivados? E como você qualifica sua atuação como representante em relação a esse tema?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CULTURA E SOCIEDADE

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA A SER APLICADA AO TRADE TURÍSTICO

(Roteiro de entrevista a ser aplicada ao trade turístico)

DADOS GERAIS da pessoa entrevistada (sem identificação):

Idade: _____

Profissão: _____

Gênero: _____

1 - Você acredita na possibilidade real a comunidade de Damásio em Guimaraes- Ma tem a possibilidade de se tornar um polo turístico nessa região?

2-Você concorda com a ideia que a inserção turística de experiência em Damasio pode vim como mecanismo para fortalecer a comunidade no que diz respeito a sua cultura ancestral e seus laços de identidade como grupo tradicional quilombola?

3- Você entende a possibilidade de relacionar os arranjos produtivos locais já existentes na região com a ideia de experiência ligada ao turismo?

4- Quais pontos fortes você pode destacar sobre a possibilidade da inserção da atividade turística no local?

5- Quais os pontos fracos ou que devem ser melhor observados para a efetivação de uma atividade turística coerente de médio a longo prazo?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CULTURA E SOCIEDADE

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO

- 1- Você acredita que a comunidade de Damásio em Guimaraes- Ma tem a possibilidade de se tornar um polo turístico na região?
() SIM () NÃO
- 2- Você é a favor de um desenvolvimento turístico nessa região?
() SIM () NÃO
- 3 - Você acredita na ideia de um turismo sustentável com bases no turismo social e comunitário em Damásio?
() SIM () NÃO
- 4 - Você acredita que o turismo pode fortalecer os laços na comunidade e dinamizar social e economicamente a região?
() SIM () NÃO
- 5 - Você acredita que o turismo pode fazer com que a comunidade tenha uma relação ainda mais próxima com a sua cultura e suas heranças ancestrais quilombolas?
() SIM () NÃO
- 6 - Você propaga a cultura quilombola e / ou a sua comunidade de forma a atrair visitantes?
() SIM () NÃO
- 7 - Como você qualifica a ações já inseridas na comunidade de Damásio em relação ao turismo?
() ÓTIMA () BOA () REGULAR () PÉSSIMA
- 8 – Você ou o grupo que representa, se sente contemplado pelas **decisões** de ação estratégica envolvendo os arranjos produtivos locais ou as atividades turísticas na comunidade?
() SIM () NÃO
- 9 - Como você qualifica a sua participação/ a participação do seu grupo, na ações que visam o crescimento da comunidade de Damásio e sua atuação como membro(s) de uma comunidade quilombola?
() ÓTIMA () BOA () REGULAR () PÉSSIMA
- 10 - Você acredita que o desenvolvimento da atividade turística em Damásio pode ser mais uma oportunidade de dinamização de renda, contribuindo para um crescimento econômico e levando assim a uma maior autonomia econômica e social dessa comunidade?
() SIM () NÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CULTURA E SOCIEDADE

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro (a)

Você está sendo convidada para participar, como voluntário da pesquisa de mestrado de minha autoria, cujo título é **Saberes locais e fomento comunitário: uma estratégia de articulação entre arranjos produtivos e turismo de experiência na comunidade de Damásio em Guimaraes – MA.**

Meu objetivo é analisar como a implementação e a articulação de arranjos produtivos locais na comunidade de Damásio em Guimarães- Maranhão pode desenvolver subsídios para criação de uma atividade turística (turismo de experiência) visando maior incremento econômico e social na comunidade.

Assim, para esse fim desejo realizar uma coleta de dados qualitativos obtidos através de questionário / entrevista para entender a sua percepção sobre o assunto.

Você como participante voluntário nessa pesquisa poderá recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, não havendo qualquer penalidade por isso.

Vale ressaltar que não há compensação financeira relacionada à sua participação, pois esta pesquisa será desenvolvida sem nenhum fim lucrativo.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

Os riscos relacionados com sua participação na pesquisa estão relacionados a aplicação dos questionários e entrevistas e poderão ser: Invasão de privacidade. interferência na vida e na rotina dos sujeitos, embaraço de interagir com estranhos, cansaço ao responder as entrevistas e questionários, medo de repercussões eventuais com a divulgação de imagem e áudios mesmo com o consentimento do participante; contudo, o desenvolvimento deste estudo ocorrerá de forma adequada, visando minimizar a ocorrência de tal desconforto, contando para isso, com a garantia de sigilo em relação as suas respostas, as quais serão tidas como confidenciais e utilizadas apenas para fins científicos; é também garantindo um ambiente que proporcione privacidade durante a sua coleta de dados, asseguramos a confidencialidade , a privacidade e proteção a sua imagem e a sua não estigmatização , garanto também uma abordagem cautelosa , considerando seus valores , cultura e crenças , é garantida a guarda adequada as informações coletadas , assumindo o compromisso de não publicar o nome dos participantes ,bem como, o seu direito a qualquer momento retirar seu consentimento ou se recusar a responder qualquer pergunta.

Ao participar desta pesquisa a sr (a) terá como benefício, contribuir coletivamente, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta, possa contribuir para o fomento comunitário e a criação de estratégias para articulação de arranjos produtivos e inserção de

turismo de experiência no local, o que viabilizara a ampliação das possibilidades econômicas e de organização social levando a uma perspectiva de crescimento de trabalho e renda. dentro comunidade.

Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, tal indenização consiste na cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa conforme decisão judicial ou extrajudicial.

O pesquisador garante e se compromete com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

É garantido a você, seu acompanhante e/ou responsável legal, o direito a ressarcimento em caso de despesas comprovadamente relacionadas à sua participação no estudo, que serão pagas em dinheiro e que incluem todo e qualquer gasto do participante dada a efetivação da pesquisa.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é confeccionado em duas vias e disponibilizado uma via para o pesquisador e uma para o participante da pesquisa, desta forma comprometo-me a entregar uma via devidamente assinada, bem como cumprir todas as informações aqui descritas.

Peço a você, como participante dessa pesquisa, ou seu representante legal (em casos específicos previstos em lei) rubricar em todas as páginas deste termo, bem como, assine ao término dele, de forma legível garantindo assim o seu consentimento ao uso das suas informações.

Esta pesquisa será regida pelas coordenadas legais de um comitê de ética em pesquisa (CEP). Um CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos responsável por essa pesquisa é o CEP/UFMA (Hospital Universitário) e poderá ser contatado para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa pelo endereço físico: Rua Barão de Itapary, 277, quarto andar, Centro, São Luís -Ma. Cep:65.020-07 e atendendo pelo telefone: (98)21091250 e e-mail: cep@huufma.br.

Prestarei qualquer esclarecimento que você deseje sobre os procedimentos, sobre a pesquisa e sobre este documento, bem como garanto assistência para qualquer situação da qual você necessite no decorrer da pesquisa.

Agradeço sua participação e me coloco à disposição para maiores esclarecimentos pessoalmente ou através do e-mail: tcl.pereira@discente.ufma.br ou do número (98) 988495837 em horário comercial e/ou emergencial a qualquer momento.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de

consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

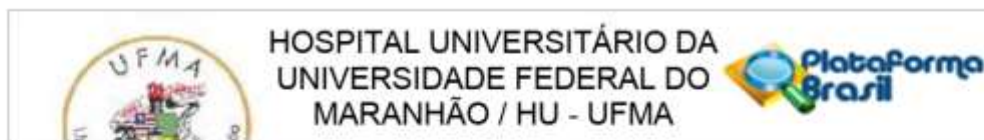
Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

ANEXOS

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SABERES LOCAIS E FOMENTO COMUNITÁRIO: uma estratégia de articulação entre arranjos produtivos e turismo de experiência na comunidade de Damásio em Guimarães *z* MA.

Pesquisador: TEREZA CRISTINA LOBATO PEREIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 57683722.0.0000.5086

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.656.158

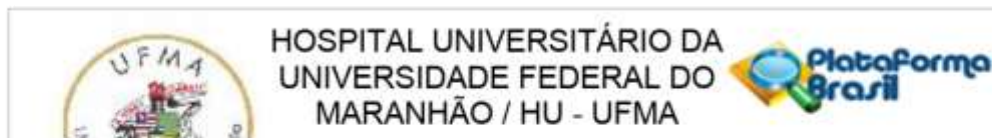
Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1894607.pdf 02/09/2022 17:41:38).

Resumo

O presente projeto de pesquisa tem por tem como problema: De que forma a fomentação de arranjos produtivos locais na região de Damásio em Guimarães –MA, pode contribuir para a inserção e desenvolvimento do turismo de experiência na região, auxiliando assim a autonomia econômica e social dessa comunidade? Resultante do problema tem-se o objetivo geral que é analisar como a implementação e a articulação de arranjos produtivos locais na comunidade de Damásio em Guimarães- Maranhão pode desenvolver subsídios para criação de uma atividade turística (turismo de experiência) visando maior incremento econômico e social na comunidade. Metodologicamente a pesquisa é de caráter dialético e utilizará a pesquisa bibliográfica, documental e análise de conteúdo. Destaca-se que o trabalho apresenta como uma de suas hipóteses a fomentação de arranjos produtivos locais na região de Damásio em Guimarães –MA, pode contribuir para a inserção e desenvolvimento do turismo de experiência na região, auxiliando a autonomia econômica e social dessa comunidade. Os participantes da pesquisa serão tanto os

Endereço: Rua Barão de Itapary nº 227
Bairro: CENTRO **CEP:** 65.020-070
UF: MA **Município:** SAO LUIS
Telefone: (98)2109-1250 **E-mail:** cep@huufma.br



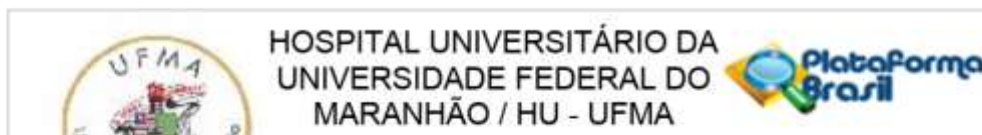
Continuação do Parecer: 5.656.158

moradores da comunidade, priorizados em grupos divididos entre agentes relacionados aos arranjos produtivos e a agentes ligados a atividade turística, bem como os visitantes, trade e gestores atuantes na região. Para a execução da pesquisa serão utilizados como instrumentos de coleta de dados a entrevista e o questionário. Como desfecho primário a pesquisa ajudará no melhor esclarecimento sobre a relação entre os arranjos produtivos locais e a possibilidade do desenvolvimento do turismo de experiência na região, enfatizando especificamente os seus pontos fortes e as ações necessárias ao seu fortalecimento, podendo com isso, auxiliar no crescimento econômico e social na comunidade de Damásio em Guimarães - Ma. Como desfecho secundário à pesquisa proporcionará a avaliação sobre a implementação do turismo de experiência na comunidade de Damásio em Guimarães - Ma, tal como o avanço nas estratégias de articulação entre os mesmos e os arranjos produtivos já presentes na região relacionados a atividade. Por fim, os impactos esperados com a realização da pesquisa são: ampliar as discussões sobre a possibilidade da introdução de uma atividade turística de forma sustentável na comunidade, de forma que leve em consideração seus saberes, formas de expressão e seus modos de produção salientados na incorporação dos seus arranjos produtivos locais como ferramenta de fomentação da atividade, levando a novas possibilidades de criação de renda e assim sendo, melhorias de vida para a população.

Introdução:

A questão quilombola, principalmente no que tange, a identificação, qualificação e demarcação das suas terras, ainda é um assunto complexo e contraditório; mas traz com consigo grande fascínio aos que se dispõe a estudá-la a fundo em suas variadas nuances e possibilidades, sejam estas antropológicas, sociais, políticas ou mesmo mercadológicas, como é o caso da utilização dos arranjos produtivos locais como ferramenta para o desenvolvimento da atividade turística de experiência nessas comunidades; mecanismos estes que garantiriam , além ampliação da sua perspectiva de novas fontes econômicas, também agregariam para uma autonomia tanto política quanto social . Centro de discussões políticas e latifundiárias desde o decreto 4887 de 20 de novembro de 2003, assinado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, em que define, que a garantia das terras ocupadas por remanescentes de quilombos é dever constitucional e compromisso do estado, as comunidades quilombolas, até antes negligenciadas, passam a ganhar uma grande visibilidade a âmbito nacional; o que por um lado garantiu a estes diretos, por outro, os incrustaram em grandes problemas de cunho social e principalmente por lutas, muitas vezes sangrentas, por terras.No entanto, atualmente as comunidades, hoje reconhecidas como

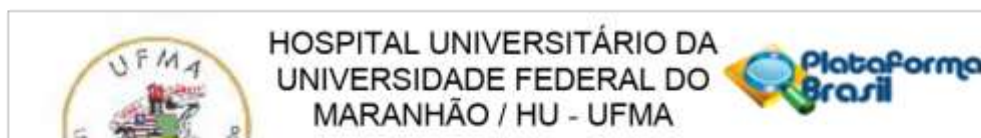
Endereço: Rua Barão de Itapary nº 227	CEP: 65.020-070
Bairro: CENTRO	
UF: MA	Município: SAO LUIS
Telefone: (98)2109-1250	E-mail: cep@huufma.br



Continuação do Parecer: 5.656.158

remanescentes quilombolas não ocupam necessariamente territórios originários de quilombos no passado, visto que, os territórios ora ocupados por elas provêm de diversas origens e desdobrados para os mais diferentes fins, a maioria voltados ao “desenvolvimento e progresso” do país. Muitas dessas terras são resultantes de fazendas negligenciadas por seus proprietários, de doações de terras para escravos por seus antigos donos, de compras de terras por ex-escravos que conseguiram a liberdade, de recompensa por prestação de serviços de escravos em guerras e, ainda, de terras de ordens religiosas deixadas no início da segunda metade do século XVIII, quando houve a expulsão dos jesuítas na colônia. A categoria comunidades remanescentes de quilombos foi inserida na Constituição de 1988, no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, determinando que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (OLIVEIRA JUNIOR, 2005:208). Transcorridos quase cinco séculos desde o início da escravidão no país, o modo de vida nas comunidades remanescentes quilombolas ainda mantém muitas semelhanças. As comunidades remanescentes vivem e sobrevivem da terra, compartilhando delas seus frutos e tudo o que ela oferece; praticam manejo sustentável, a agricultura familiar, a pesca e o extrativismo; vivendo em regiões de difícil acesso, muitos grupos ainda preservam muitos dos seus costumes e tradições ancestrais. Originalmente no Brasil, os quilombos eram regiões de grande concentração de escravos que se escondiam em matas e montanhas fugindo dos maus tratos e dos serviços compulsórios infligidos por seus senhores e capatazes desde o período colonial; em nosso país, o primeiro registro histórico que aponta o surgimento de um quilombo foi 1575, no estado da Bahia. Já no estado do Maranhão, a formação das comunidades quilombolas está relacionada a lavoura de algodão e de arroz no final do século dezoito e da criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, bem como ao abandono de terras por proprietários rurais, com a decadência econômica no final do século XIX. Atualmente, no país, segundo um levantamento da Fundação Cultural Palmares, são 3.524 grupos remanescentes quilombolas, desses, só 154 foram titulados — fase final do processo de reconhecimento e proteção de quilombolas no Brasil. Destes, 1.700 grupos estão aguardando a conclusão dos estudos antropológicos ou a emissão de laudos técnicos para conquistar um título. O Maranhão figura entre os estados brasileiros com maior número de comunidades negras rurais reconhecidas ou em vias de serem reconhecidas como comunidades remanescentes de quilombo, porém, são poucas as que possuem título de posse dessas terras; até o ano de 2018, existiam 713 comunidades quilombolas reconhecidas, com 518 certidões fornecidas pela Fundação Cultural Palmares, concentradas especialmente na Baixada Maranhense e nos vales do Itapecuru e do

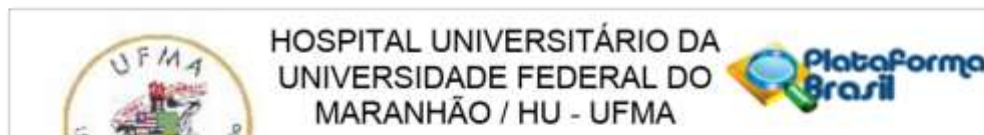
Endereço: Rua Barão de Itapary nº 227
Bairro: CENTRO **CEP:** 65.020-070
UF: MA **Município:** SAO LUIS
Telefone: (98)2109-1250 **E-mail:** cep@huufma.br



Continuação do Parecer: 5.656.158

Mearim. Neste contexto, encontramos a comunidade remanescente de Damásio situada na cidade de Guimarães no Maranhão, a região apesar de se configurar como uma das mais antigas comunidades remanescentes do estado, não possui substancial referencial bibliográfico sobre sua história e domínio das suas terras, isso devido prioritariamente, as dificuldades em se encontrar documentações contemporâneas a essas comunidades (tidas no período, como não dignos de uma historicidade) e mais recentemente a um incêndio ocorrido na cidade de Guimarães na década de 80 que deu fim à grande parcela significativa de documentos do período; tendo sua história e suas memórias repassadas de geração em geração a partir da memória e oralidade dos mais antigos da comunidade. Essa como as demais regiões semelhantes, mesmo esquecidas e desvalorizadas por grande parte da população que muitas vezes as denominam de forma pejorativa como "terra de pretos", mesmo não sendo espaços forjados, e oficialmente institucionalizados de memória coletiva, convergem para si, muito da memória coletiva e remetem a laços de afetividade e pertencimento tanto para sua comunidade originária quanto para os que lhes conhecem e dividem com estes suas experiências, saberes, costumes e crenças. Partindo desse intento, acredita-se que, aglutinando e desenvolvendo esses lugares e saberes de interesse, em que a história, a memória e os laços de afetividade e pertencimento se tornam ponto chave para a autovalorização de um povo e de um território, cabe a adaptação de mecanismos de arranjos produtivos já encontrados na região ao incremento de uma atividade turística de experiência, podendo com isso, torna-la uma grande possibilidade para o incremento social, político e principalmente econômico nessas regiões. Aproveitando-se das suas vivências e dos seus saberes para se auto suprir e transmitir estes conhecimentos aos demais, o que seria facilmente conseguido através da atividade turística, que além de trabalhar na valorização dessas regiões, trará também um grande potencial para a criação de trabalho e renda para esses polos, objetivo que passa a ser de interesse comum tanto as comunidades, quanto a academia e demais setores da sociedade interessados nessa questão. Este projeto, é fruto da observação da atual necessidade de incluir novos personagens e cenários, a tão engessada atividade turística do nosso estado, uma atividade não dinamizada e excludente, que valorizam em demasia cenários e personagens que representam o "passado de glórias" do Maranhão (representada por uma elite branca, escravistas intelectualizada, ainda bom e enaltecido por uma historiografia oficial e institucionalizada), mas que não espelham, as peculiaridades e complexidades do dia a dia real da nossa sociedade; nem seu complexo de crenças e saberes; atuando assim, como espelhos anacrônicos e deslocados da atual realidade o que nos provoca grande inquietação e dissabor. Em virtude dos fatos acima, somos levados a acreditar que através do fortalecimento da ideia de pertencimento, surge o turismo (neste tocante especial, o turismo de

Endereço: Rua Barão de Itapary nº 227	CEP: 65.020-070
Bairro: CENTRO	
UF: MA	Município: SÃO LUIS
Telefone: (98)2109-1250	E-mail: cep@huufma.br



Continuação do Parecer: 5.656.158

experiência gestado com ideias de um turismo de base comunitária) como uma perspectiva de dinamizar a cultura e fazer dela um produto que atenda principalmente as demandas das comunidades locais, e a valorização da cultura do outro; não como um ser exótico e bizarro, mas como um conjunto de uma perspectiva entre cenário e contexto de vivências. Saberes locais, arranjos produtivos e turismo de experiência baseado no turismo de base comunitária, daí encontramos o tripé que imprime a nossa pesquisa na comunidade remanescente quilombola de Damásio, região que detém uma vocação inata a variadas vertentes do turismo cultural e que conta com um leque riquíssimo de aspectos naturais, sociais e humanos que favorecem ainda mais sua fomentação.

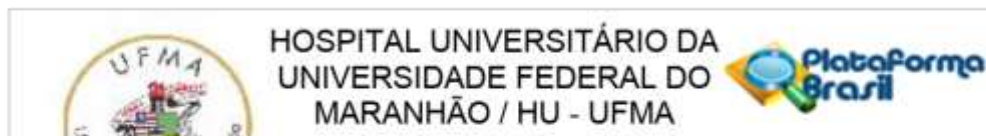
Hipótese:

Destaca-se que a pesquisa esclarecerá De que forma a fomentação de arranjos produtivos locais na região de Damásio em Guimarães –MA, pode contribuir para a inserção e desenvolvimento do turismo de experiência na região, auxiliando assim a autonomia econômica e social dessa comunidade?

Metodologia Proposta:

Levando-se em conta a forma como foram delimitados os problemas e os objetivos da referida pesquisa, fora de grande relevância adotar estratégias metodológicas apropriadas, ou seja, de natureza qualitativa e exploratória. Diante das características principais desta pesquisa, permearemos por caminhos de um estudo de pesquisa participe, com base em estudo de caso; neste tocante, a escolha por este segmento de pesquisa caracterizou-se pelo envolvimento da comunidade na análise de sua própria realidade e os interesses desta a serem seguidos nessa análise. Utilizaremos para esse fim, evidências qualitativas para melhor entendimento do grupo e da percepção dos envolvidos no processo; levantamento dos bens culturais e a sugestão de novos produtos, bem como a fomentação de arranjos produtivos ligados ao objetivo específico. Os meios utilizados serão as pesquisas bibliográficas, qual nortearam toda pesquisa, bem como a pesquisa documental e principalmente de relatos de memória e oralidade, pois iremos analisar os últimos trabalhos realizados na perspectiva da pesquisa, e ainda prioritariamente a imersão empírica, uma vez que utilizaremos de nossas experiências na comunidade com material de pesquisa em caráter complementar. Mediante a atual conjuntura da pandemia de Covid 19, cabe salientar, que tais mecanismos podem por necessidade excepcional do dado período, virem a serem feitos de forma remota, através de entrevistas dirigidas, gravação de áudios, reuniões em plataformas digitais e

Endereço: Rua Barão de Itapary nº 227	CEP: 65.020-070
Bairro: CENTRO	
UF: MA	Município: SAO LUIS
Telefone: (98)2109-1250	E-mail: cep@huufma.br



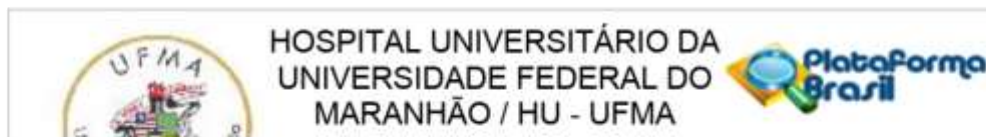
Continuação do Parecer: 5.656.158

obtenção de questionários através do google forms. Os questionários serão constituídos contendo perguntas que permitam a coleta de dados complexos, o uso desses instrumentos permite além da coleta sistemática de informações a realização de correlação de suas variáveis e informações em relação ao tema pesquisado. Muitas vezes esses instrumentos podem ser enviados por meio eletrônico, sem necessidade da presença do pesquisador. Com relação a este aspecto, é importante destacar que todo material a ser recolhido será submetido a uma seleção, a partir da qual se estabelecera um plano de leitura; bem como investigação de campo através de questionários com questões abertas e fechadas, visando melhor elucidação dos questionamentos pretendidos. Quanto a relação aos arranjos produtivos locais, em primeiro momento, será feito um mapeamento geral de identificação de aglomerações produtivas, na segunda etapa, se pretende refinar o conjunto primeiramente identificado, com o propósito a ser alcançado busca-se circunscrever o universo àqueles com maior aderência aos objetivos traçados pela pesquisa e que possuíssem importância significativa para contribuir para o desenvolvimento econômico da região vinculando-as a atividade turística. Para o fim de delimitação e catalogação dos bens culturais da comunidade, utilizaremos a inventariação como ferramenta nesta pesquisa; como inventário podemos definir, a descrição e enumeração minuciosa; ou levantamento individualizado e completo de bens e valores. Assim sendo, descrever de forma acurada cada bem considerado, de modo a permitir a sua adequada classificação. Como dados gerais relacionados a perspectiva da pesquisa apresentam-se :•Local da pesquisa: O local da pesquisa compreende a comunidade remanescente quilombola de Damásio, sediada na cidade de Guimarães, estado do Maranhão.•Universo e amostra: Considerando o grande universo possível de pesquisa, pretende-se trabalhar com grupos focais que pesquisados em dois tocantes, história e relatos da comunidade e os diretamente relacionados a criação e fomentação dos arranjos produtivos e do turismo de experiência no local, bem como os potenciais desmistificadores da região.•Instrumentos de coleta de dados: O instrumento a ser utilizado para a realização da pesquisa será coleta de dados através de questionário com perguntas estruturadas de forma assimétrica, a fim de obter as informações desejadas; dando ênfase a se conhecer o entrevistado.

Critério de Inclusão:

Os principais critérios de inclusão são: ser maior de 18 anos; se identificar com qualquer identidade de gênero; ser morador ou visitante da comunidade, ter ou fazer parte de algum arranjo produtivo inserido na comunidade, ser envolvido na fomentação da atividade turística da região.

Endereço: Rua Barão de Itapary nº 227
Bairro: CENTRO **CEP:** 65.020-070
UF: MA **Município:** SAO LUIS
Telefone: (98)2109-1250 **E-mail:** cep@huufma.br



Continuação do Parecer: 5.656.158

Critério de Exclusão:

Já os critérios de exclusão abrangem: não assinar o TCLE; não responder aos questionários; não responder as entrevistas; não estar relacionado de forma direta ou indireta ao objetivo da pesquisa.

Metodologia de Análise de Dados:

Tendo a análise de conteúdo como técnica principal destaca-se que a pesquisa será desenvolvida em três fases: (a) pré-análise, (b) exploração do material, e (c) tratamento dos dados, inferência e interpretação. (Bardin, 1977, p. 95 apud Gil, 2008, p. 152). A análise, a exploração e codificação do conteúdo serão feitas em documentos específicos, revistas e jornais. Segundo Gil (2008, p. 155) "a análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de repostas ao problema proposto para investigação." Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriores obtidos." (GIL, 2008, p. 155) Assim, afirma-se que os dados e as informações obtidas na análise de conteúdo serão codificados, bem como as possíveis respostas obtidas tanto nas entrevistas quanto nos questionários poderão ser submetidas a análise e interpretação para a compreensão mais profunda do problema, objetivo geral e dos objetivos específicos do trabalho.

Desfecho Primário:

A pesquisa ajudará no melhor esclarecimento sobre a relação entre os arranjos produtivos locais e a possibilidade do desenvolvimento do turismo de experiência na região, enfatizando especificamente os seus pontos fortes e as ações necessárias ao seu fortalecimento, podendo com isso, auxiliar no crescimento econômico e social na comunidade de Damásio em Guimarães - Ma.

Desfecho Secundário:

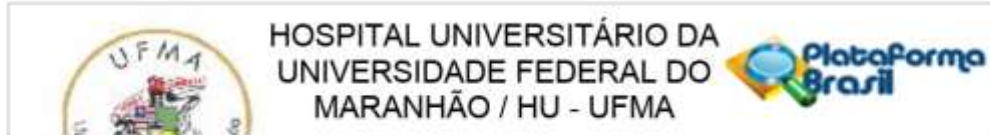
O desfecho secundário à pesquisa proporcionará a avaliação sobre a implementação do turismo de experiência na comunidade de Damásio em Guimarães - Ma, tal como o avanço nas estratégias de articulação entre os mesmos e os arranjos produtivos já presentes na região relacionados a

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar como a implementação e a articulação de arranjos produtivos locais na comunidade de

Endereço: Rua Barão de Itapary nº 227	CEP: 65.020-070
Bairro: CENTRO	
UF: MA	Município: SAO LUIS
Telefone: (98)2109-1250	E-mail: cep@huufma.br



Continuação do Parecer: 5.656.158

Damásio em Guimarães- Maranhão pode desenvolver subsídios para criação de uma atividade turística (turismo de experiência) visando maior incremento econômico e social na comunidade.

Objetivo Secundário:

- 1) Investigar como as relações entre os saberes locais (patrimônio imaterial) , a interação comunitária e os arranjos produtivos se desenham para o desenvolvimento social , territorial e econômico da comunidade.
- 2) Verificar a viabilidade de formatação de um novo produto turístico na comunidade a partir dos arranjos produtivos locais já existentes inseridos no contexto de roteiro cultural de vivência e experiência, baseado no turismo de base comunitária.
- 3) Mapear e relacionar os saberes e bens simbólicos da comunidade visando a fomentação de uma atividade turística alicerçada no desenvolvimento de arranjos produtivos.
- 4) Relacionar formas de utilização para o melhor aproveitamento turístico da região de Damásio levando em consideração a sustentabilidade social e territorial da região.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com o pesquisador:

Riscos:

Os riscos previstos para essa pesquisa estão relacionados a um possível desconforto e vergonha, ou ainda levar algum profissional de enfermagem a conciliar e/ou disponibilizar o seu tempo para a realização da entrevista. Porém, os entrevistados poderão interromper a entrevista a qualquer momento ou deixar de responder as perguntas.

Benefícios:

A pesquisa busca ampliar visão dos cuidados de enfermagem prestados a pacientes durante a pandemia da Covid-19 e, uma vez que, trata-se de uma abordagem qualitativa isso possibilita maior aprofundamento dos pensamentos e opiniões do público pesquisado. Desse modo, a pesquisa pode contribuir para uma autorreflexão da equipe de enfermagem, assim como, influenciar a prestação de cuidado humanizado e oferecer uma assistência planejada dentro das normas das boas práticas de enfermagem. Além do mais, a pesquisa tem o potencial de investigar como uma pandemia afetou o cuidado e assistência de enfermagem, e se esta consegue ser prestado de forma humanizada apesar dos conflitos da Covid-19. E consequentemente, essa

Endereço: Rua Barão de Itapary nº 227	CEP: 65.020-070
Bairro: CENTRO	
UF: MA	Município: SAO LUIS
Telefone: (98)2109-1250	E-mail: cep@huufma.br



Continuação do Parecer: 5.656.158

pesquisa pode orientar a equipe de enfermagem para praticar um melhor cuidado com os pacientes, o que resulta em clientes mais assistidos e diminui sentimentos de ansiedade, medo e angústia. Ademais, o estudo possibilitará o aumento do conhecimento e permitirá uma melhor compreensão do cuidado humanizado durante a pandemia da Covid-19.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo com abordagem qualitativa que será realizado em uma comunidade remanescente quilombola de Damásio, sediada na cidade de Guimarães, estado do Maranhão.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo apresenta documentos referente aos "Termos de Apresentação Obrigatória": Folha de rosto, Declaração de compromisso em anexar os resultados na plataforma Brasil garantindo o sigilo, Orçamento financeiro detalhado, Cronograma com etapas detalhada, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou Termo de Dispensa do TCLE, Autorização do Gestor responsável do local para a realização da coleta de dados e Projeto de Pesquisa Original na íntegra em Word. Atende à Norma Operacional no 001/2013 (item 3/ 3.3).

Recomendações:

Após o término da pesquisa o CEP-HUUFMA solicita que se possível os resultados do estudo sejam devolvidos aos participantes da pesquisa ou a instituição que autorizou a coleta de dados de forma anonimizada.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

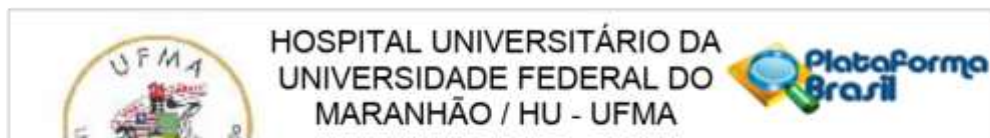
O PROTOCOLO não apresenta óbices éticos, portanto atende aos requisitos fundamentais da Resolução CNS/MS nº 466/12 e suas complementares, sendo considerado APROVADO.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa—CEP-HUUFMA, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº.466/2012 e Norma Operacional nº. 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do projeto de pesquisa proposto.

Eventuais modificações ao protocolo devem ser inseridas à plataforma por meio de emendas de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Relatórios parcial e final devem ser apresentados ao CEP, inicialmente após a coleta de dados e ao término do estudo.

Endereço: Rua Barão de Itapary nº 227	CEP: 65.020-070
Bairro: CENTRO	
UF: MA	Município: SAO LUIS
Telefone: (98)2109-1250	E-mail: cep@huufma.br



Continuação do Parecer: 5.656.158

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1894607.pdf	02/09/2022 17:41:38		Aceito
Outros	CARTA.PDF	02/09/2022 17:34:50	TEREZA CRISTINA LOBATO PEREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.docx	02/09/2022 17:32:51	TEREZA CRISTINA LOBATO PEREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	02/09/2022 17:20:37	TEREZA CRISTINA LOBATO PEREIRA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	02/09/2022 17:20:20	TEREZA CRISTINA LOBATO PEREIRA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.docx	13/03/2022 21:55:46	TEREZA CRISTINA LOBATO PEREIRA	Aceito
Folha de Rosto	Documento.pdf	13/03/2022 18:23:45	TEREZA CRISTINA LOBATO PEREIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO LUIS, 21 de Setembro de 2022

Assinado por:

Rita da Graça Carvalho Frazão Corrêa
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Barão de Itapary nº 227

Bairro: CENTRO

CEP: 65.020-070

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)2109-1250

E-mail: cep@huufma.br